



Flávia Barbosa Pardini dos Santos

**A produção do conhecimento sobre o
trabalhador assistente social: o que
revelam os estudos desenvolvidos no
período de 2012 a 2016?**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Inez Terezinha Stampa

Rio de Janeiro

Março de 2018



Flávia Barbosa Pardini dos Santos

**A produção do conhecimento sobre o
trabalhador assistente social: o que revelam
os estudos desenvolvidos no período de
2012 a 2016?**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada:

Prof^a. Inez Terezinha Stampa

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Márcia Regina Botão Gomes

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Mônica de Castro Maia Senna

Escola de Serviço Social – UFF

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Coordenador Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 23 de março de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Flávia Barbosa Pardini dos Santos

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1997. Tornou-se especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2012. É assistente social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj). É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus), do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Santos, Flávia Barbosa Pardini dos

A produção do conhecimento sobre o trabalhador assistente social : o que revelam os estudos desenvolvidos no período de 2012 a 2016? / Flávia Barbosa Pardini dos Santos ; orientadora: Inez Terezinha Stampa. – 2018.

138 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Trabalho. 3. Precarização. 4. Superexploração. 5. Trabalhadores assistentes sociais. 6. Produção acadêmica do Serviço Social. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

A Deus, que até aqui me ajudou.

Aos meus filhos Yan e Giovanni.

Agradecimentos

A realização do mestrado representa ganhos imensuráveis para mim. É mais que uma conquista; é algo que marcou a minha história como muita felicidade; que me fez enxergar mais uma vez que sou capaz. É algo que vai muito além do conhecimento adquirido. Mas não venci sozinha: do início ao fim, tive ao meu lado pessoas maravilhosas que me impulsionaram a este constructo. Por esta razão, venho agradecer:

A Deus, por tudo. Sem Ele, com certeza não teria superado tantos desafios. Obrigada Senhor, por mais essa vitória!

A professora Inez Stampa, com todo carinho. Agradeço por ter acreditado em mim, pela rica oportunidade de convivência e aprendizado. Sua atenção, dedicação, ensino, palavras... me valerão para a vida. Não tenho palavras que expressem a real gratidão que sinto por todo afeto e apoio dedicado a mim. Você será eternamente a minha grande mestra.

A grande amiga Paula Valéria de O. Terra. Paulinha, obrigada por ter marcado a minha história com tantas coisas boas e pelo incentivo ao ingresso no mestrado em Serviço Social na PUC-Rio. Se cheguei até aqui, devo isso também a você, amiga. Este título é, também, fruto da sua sementeira.

Aos meus pais, Jorge (*in memoriam*) e Nair que, na base da luta cotidiana, me ensinaram o valor do estudo e a perseverar nesse caminho. Obrigada por terem me marcado com esse legado!

Aos meus filhos Yan e Giovanni. Obrigada filhos, pela compreensão. Obrigada por entenderem a minha ausência. Eu amo vocês com todas as minhas forças.

Ao meu marido Julio Cesar, pelo permanente auxílio. Pelo afago nas horas certas e incertas. Por ter compreendido a minha dedicação e ausências durante o processo árduo de construção desta dissertação.

A tão querida e fascinante professora Mônica de Castro Maia Senna. Já se passaram 24 anos desde que fui sua aluna e ainda me lembro de suas aulas que tanto contribuíram não só para a minha formação profissional, mas, também, para a minha formação pessoal. Se me tornei a assistente social que sou e se prossegui na jornada acadêmica, devo isso também a você.

A estimada professora Márcia Regina Botão Gomes, pela constante disponibilidade em prestar auxílio. Pela dedicação, pelas valiosas contribuições durante as aulas, na qualificação do mestrado e na banca examinadora. Sua colaboração nesse processo enriqueceu este estudo.

A querida professora Ana Elizabeth Lole dos Santos, pela atenção especial, pela simplicidade ao nos transmitir seu valioso conhecimento. Professora Lole, obrigada por tudo. Eu te admiro muito!

Aos queridos professores Andréia Clapp Salvador, Irene Rizzini, Antonio Carlos de Oliveira e Rafael Soares Gonçalves, que contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico.

Às colegas de turma e, em especial, agradeço às companheiras Aline, Taiane e Soraya, as quais, de um jeito singular, estiveram mais próximas nessa trajetória acadêmica. Obrigada amigas, pela escuta! Por compartilhar comigo angústias e alegrias!

A equipe do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pela pronta atenção e cordialidade.

Resumo

Santos, Flávia Barbosa Pardini dos; Stampa, Inez Terezinha (orientadora). **A produção do conhecimento sobre o trabalhador assistente social: o que revelam os estudos desenvolvidos no período de 2012 a 2016?** Rio de Janeiro, 2018. 138p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação resulta do estudo que se propôs a desvendar as conformações do trabalho do assistente social na contemporaneidade, bem como os aspectos que o inter-relacionam. Constitui-se na pesquisa sobre a produção acadêmica retratada em teses e dissertações no âmbito de programas de pós-graduação, da área de Serviço Social, situados no estado do Rio de Janeiro. Teve como escopo a análise de 24 dissertações e 5 (cinco) teses defendidas no período de 2012 a 2016 junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social vinculados a importantes universidades do estado do Rio de Janeiro, a saber: PUC-Rio, UFF, UFRJ e UERJ. Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica que, apoiando-se na teoria social marxista, busca estabelecer um panorama sobre as condições e relações de trabalho, bem como sobre os desafios que se impõem aos trabalhadores assistentes sociais no contexto atual. Com base em revisão bibliográfica sobre o assunto e diante das análises levantadas no processo da investigação, assevera que os assistentes sociais são também trabalhadores partícipes do processo de produção e reprodução da vida social. Buscou caracterizar o "estado da arte" acerca do debate sobre o trabalho do assistente social contido nas teses e dissertações produzidas nos cinco anos destacados, na área do Serviço Social. Nessa medida, apresenta um retrato da realidade atual em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais a partir da análise das produções acadêmicas que se constituíram objeto de pesquisa.

Palavras-chave

Trabalho; Precarização; Superexploração; Trabalhadores assistentes sociais; Produção acadêmica do Serviço Social.

Abstract

Santos, Flávia Barbosa Pardini dos; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **The production of knowledge about the social worker: what are the revelations of studies developed in the period from 2012 to 2016?** Rio de Janeiro, 2018. 138p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present dissertation results from a research that proposed to unravel the conformations of the work of the social worker in the contemporaneity, as well as some aspects that interrelate their work, through research on the academic production in theses and dissertations in the scope of post-graduation programs in the Social Work area, located in the state of Rio de Janeiro, Brazil. The analysis include 24 dissertations and 5 (five) from 2012 to 2016, and some strict sense post-graduation courses in Social Service linked to important universities in the state of Rio de Janeiro (PUC-Rio, UFF, UFRJ and UERJ). It is therefore a bibliographical research that is based on Marxist social theory and seeks to establish a panorama on the conditions and labor relations, as well as on the challenges that are placed on social workers in the current context. Based on a bibliographical review on the subject and the analysis made in the research process, it asserts that social workers are also workers who participate in the process of production and reproduction of social life. It sought to characterize the "state of the art" about the debate about the work of the social worker contained in the theses and dissertations produced in the five years highlighted, in the area of the Social Work. To this extent, it presents a picture of the current reality in which the social workers are inserted, based on the analysis of the academic productions that were constituted object of research.

Keywords

Work; Precariousness; Super exploration; Social workers; Social work academic production.

Sumário

1.	Introdução	16
2.	A categoria trabalho e suas conformações no contexto brasileiro atual	29
2.1.	Apontamentos sobre a centralidade do trabalho	29
2.2.	Particularidades do trabalho no contexto brasileiro atual	44
2.3.	Serviço Social é trabalho	60
3.	A produção do conhecimento sobre o trabalho do assistente social: "estado da arte"	68
3.1.	Trabalho do assistente social: desafios do presente	69
3.2.	O trabalho do assistente social: uma cartografia sobre pesquisas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social	80
3.3.	Perspectivas que nortearam as dissertações e teses no debate sobre o trabalho do assistente social	99
4.	Considerações finais	116
5.	Referências bibliográficas	126
6.	Apêndice - Relação das 24 dissertações e 5 teses que se constituíram objeto de análise desta dissertação	135

Lista de siglas

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

BM - Banco Mundial

BPC - Benefício da Prestação Continuada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCQs - Círculos de Controle de Qualidade

CESSS - Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde

CF/1988 - Constituição Federal de 1988

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

CRESS/7ª Região- Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região (RJ)

CRESS/AL - Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região

FMI - Fundo Monetário Internacional

HMLJ - Hospital Municipal Lourenço Jorge

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPC - Modo de Produção Capitalista

NOB/RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

OMC - Organização Mundial do Comércio

OS - Organização Social

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAE - Programa de Assistência ao Empregado

PBF - Programa Bolsa Família

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PEP - Projeto Ético-Político

PL - Projeto de Lei

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGSSDR-UFF - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF
PTB-RS - Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RPA - Recibo de Pagamento Autônomo
SEAP - Secretaria de Administração Penitenciária
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
TRAPPUS – Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Lista de ilustrações

Tabela

Tabela 1 - Rendimento cai e taxa de desocupação sobe no mês	55
---	----

Quadros

Quadro 1 - Produções acadêmicas que abordaram a temática "trabalho do assistente social"	23
--	----

Quadro 2 - Produções acadêmicas que discorreram sobre o trabalho do assistente social	81
---	----

Quadro 3 - Produções acadêmicas que abordam o trabalho do assistente social defendidas no período de 2012 a 2016	83
--	----

Quadro 4 - Número de produções acadêmicas que efetuaram o levantamento do perfil dos assistentes sociais	86
--	----

Quadro 5 - Autores mais utilizados nas produções acadêmicas, ao se reportarem ao contexto social, político e econômico em que se realiza o trabalho, bem como ao abordarem as categorias trabalho e trabalho do assistente social	90
---	----

Quadro 6 - Incidência da utilização da pesquisa de campo e bibliográfica	92
--	----

Quadro 7 - Políticas públicas utilizadas e seu grau de incidência	94
---	----

Quadro 8 - Número de dissertações e teses que se debruçaram sobre políticas públicas municipais	95
Quadro 9 - Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no estado do Rio de Janeiro	97
Quadro 10 - Áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no estado do Rio de Janeiro	98
Quadro 11 - Dissertações e teses que enfatizaram o debate sobre a operacionalização do PEP no trabalho do assistente social	100
Quadro 12 - Dissertações e teses que frisaram o debate entre a relativa autonomia dos assistentes sociais e a operacionalização do PEP do Serviço Social	100
Quadro 13 - Dissertações e teses que se debruçaram sobre o debate da manutenção do conservadorismo no trabalho do assistente social	101
Quadro 14 - Dissertações e teses que tiveram como objeto Central as condições de trabalho do assistente social	101
Quadro 15 - Dissertações e teses que defendem que o Processo de reestruturação produtiva impacta o trabalho do assistente social	102
Quadros 16 - Dados sobre a precarização do trabalho do	

assistente social 119

Quadro 17 - Dissertações e teses que discutem as relações
Entre o processo de restrição dos direitos sociais dos
trabalhadores e a redução da autonomia no trabalho do
assistente social 111

Quadro 18 - Produções que afirmam que os assistentes
sociais têm se apropriado dos valores fundamentais que
regem o projeto profissional no seu exercício profissional 111

Quadro 19 - Produções que afirmam que os assistentes
sociais não têm se apropriado dos valores fundamentais que
regem o projeto profissional no seu exercício profissional 112

Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho - que cria, mas também subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza - converte o estudo do trabalho humano numa questão crucial de nosso mundo, de nossas vidas, nesse conturbado século 21.

Ricardo Antunes

In: A dialética do trabalho I: escritos de Marx e Engels.

Introdução

As recentes transformações no mundo do trabalho que afetam o conjunto dos trabalhadores se traduzem em verdadeiros desafios que estão postos, também, aos trabalhadores assistentes sociais. Os processos de intensas mudanças no Estado e nas políticas sociais brasileiras apontam um novo cenário marcado por verdadeiros retrocessos e prejuízos para a "classe que vive do trabalho" (ANTUNES, 2008).

No campo dos direitos sociais do trabalho assiste-se a um verdadeiro ataque aos direitos legalmente instituídos, os quais se constituem fruto de intensa mobilização dos trabalhadores. Assiste-se a um movimento permeado de articulações político-econômicas que ditam uma nova ordem, que implica na redução do Estado para os trabalhadores e sua livre apropriação pelo capital. Capitaneado pelos interesses da burguesia, o Estado, ainda que permeado por contradições próprias do modo de produção capitalista, se torna lócus do mercado, institucionalizando novos mecanismos de exploração da força de trabalho e mercantilização das políticas públicas. É possível falar em intensificação da contrarreforma do Estado para atender aos interesses da classe dominante, o que requer, cada vez mais, a regressão de direitos dos trabalhadores.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, portanto, segue acompanhado de pressões por flexibilização nas relações do trabalho, como ação indispensável à oferta de empregos e desenvolvimento econômico, como quer fazer crer o discurso político-ideológico das classes hegemônicas. Esse discurso fetichizado, no entanto, encobre o real interesse do mercado, que é ampliar suas bases de lucro através de sua fonte matricial: o trabalho. Assim é que se observam tendências atuais a mais intensificação do trabalho, configurando um contexto de verdadeira barbárie social.

Em face desta perspectiva, compreende-se que os assistentes sociais, aqui entendidos enquanto sujeitos trabalhadores, inseridos nos diferentes espaços socio-ocupacionais, são também acometidos pelo processo de reestruturação produtiva. Este interfere em suas condições de trabalho, assim como nos processos de trabalho em que se encontram inseridos. A intensificação e a precarização do trabalho, ou melhor, as diversas alterações

degradantes no universo do trabalho, atingem direta e/ou indiretamente o trabalhador assistente social.

A pesquisa aqui apresentada, assentada no materialismo histórico e dialético, método de apreensão do real constituído por Marx, buscou delinear um panorama sobre a produção do Serviço Social, a respeito do trabalhador assistente social, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* situados no estado do Rio de Janeiro. Nessa medida, objetivou o estudo de dissertações e teses defendidas nesse campo e que tinham como objeto de análise o trabalho do assistente social e, ainda, que haviam sido defendidas no período de 2012 a 2016, ou seja, nos últimos 5 (cinco) anos¹.

A partir dos estudos das dissertações e teses selecionadas, buscou-se identificar os desafios, apontamentos, proposições e indicadores que pudessem desvelar a realidade concreta vivida pelos trabalhadores assistentes sociais na contemporaneidade, de maneira crítica.

Assim, o estudo aqui exposto se assenta na elucidação das principais questões levantadas pelos pesquisadores acerca do exercício profissional do assistente social, sobre suas condições de trabalho, experiências, bem como os limites de sua ação no campo. Além disso, foram abordadas as proposições e estratégias de enfrentamento apontadas pelos autores das dissertações e teses analisadas, dentro da ótica da garantia de direitos e fortalecimento da organização dos trabalhadores assistentes sociais.

Trata-se, portanto, de estudo com base em revisão bibliográfica que busca apresentar o "estado da arte" das pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Serviço Social situados no estado do Rio de Janeiro e que está centrada no estudo sobre o trabalho do assistente social.

De maneira introdutória, podemos inferir que a pesquisa, nos moldes do "estado da arte" ou "estado do conhecimento", pressupõe uma análise através de revisão bibliográfica sobre determinado tema em uma área de conhecimento específico. Desta forma, busca identificar as teorias em construção, os debates e as lacunas sobre a temática pesquisada, bem como os referenciais teóricos utilizados para embasá-las, destacando sua relevância científica e social (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

É considerado, ainda, no procedimento de pesquisa "estado da arte" o recorte temporal e espacial do objeto de estudo. Isto porque as análises

¹ As teses e dissertações defendidas em 2017 não estavam disponíveis na Plataforma Sucupira e/ou no Banco de Teses da Capes durante o período da pesquisa.

realizadas sempre traduzem certas concepções e práticas determinadas por contextos sociais, políticos, econômicos e culturais específicos.

Dentro dessa concepção, o recorte temático é imprescindível para definir e delimitar o tema da pesquisa, o que possibilita ao pesquisador, uma análise mais aprofundada sobre o assunto. Por outro lado, essa delimitação permite ao pesquisador a construção de um panorama amplo sobre determinado tema (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Embasado nesse modelo, o estudo foi desenvolvido com o objetivo de elaborar um panorama, claro e rigoroso, com riqueza de informações a partir dos trabalhos recentes da pós-graduação *stricto sensu* na área do Serviço Social que abordam a temática "trabalho do assistente social".

Vale dizer, o interesse por esta construção foi conduzido pela vontade de agregar ao conhecimento já produzido sobre o assunto, trazendo mais à luz debates atuais, proposições e desafios do presente em torno da temática. Assim, sem a pretensão de esgotar o tema, a pesquisa foi projetada diante da possibilidade de se construir um referencial para o fomento de novas investigações que possam se constituir em importantes ferramentas, sobretudo, para os trabalhadores assistentes sociais.

A adoção do modelo "estado da arte", no entanto, seguiu de maneira complementar ao método que serviu de base para o estudo: o método materialista dialético defendido por Marx. Nessa medida, partiu da abstração dos fatos determinados em certo tempo e espaço, buscando desvendar o real em sua essência. Foi essa base teórico-metodológica que direcionou a análise em torno do trabalho do assistente social, buscando caracterizar esse tema em sua complexidade, no contexto atual.

Nesta direção, cabem serem pontuadas, ainda, as razões que motivaram a escolha pelo exame de trabalhos em nível de pós-graduação. Entende-se que estas produções correspondem a um nível intelectual mais elevado de análise, sobretudo as situadas no âmbito *stricto sensu*. Desta forma, considera-se que a pós-graduação *stricto sensu* e suas respectivas produções representa mais que a consolidação da produção intelectual sobre o objeto pesquisado.

Resgatando a história, observa-se que a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil demarcou um novo tempo profissional, no final dos anos 1970 e início da década de 1980. Isso se deve, acima de tudo, ao fato da pós-graduação significar, no período citado, o rompimento com a postura positivista, propondo a vinculação entre o pensar e o agir, isto é, uma intervenção crítica sobre a realidade social (CARVALHO; SILVA, 2005).

Cabe destaque nesse processo, a construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social, promovida na década de 1990. Sua consolidação também se constitui fruto desse novo momento marcado pela maturidade intelectual dos assistentes sociais. Isto se deve, sobretudo, à expansão dos cursos de pós-graduação, que ampliou a produção do conhecimento entre os assistentes sociais (BRAZ, 2001).

Os estudos oriundos da pós-graduação *stricto sensu*, portanto, além de representarem meios de capacitação para os respectivos pesquisadores, podem se traduzir em valiosas ferramentas de análise e intervenção crítica na realidade. É por essa razão que foram apropriados nesta dissertação.

Ainda no tocante às motivações que conduziram ao tema da pesquisa, cabe destacar a percepção sobre a carência de produções acadêmicas em torno da relação entre trabalho e Serviço Social, sobretudo no que se refere aos estudos sobre o assistente social enquanto trabalhador. Tal fato foi identificado, numa análise preliminar realizada pela pesquisadora no ano de 2011, momento em que realizou o Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde (CESSS) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assim, foram encontradas, quase sempre, nos trabalhos que versam sobre trabalhadores e Serviço Social, a abordagem a outros sujeitos, como os usuários dos serviços, ao invés de trabalhos que tomassem como objeto de estudo as próprias relações e condições de trabalho do assistente social.

O curso de especialização realizado oportunizou uma pesquisa de campo sobre o impacto da atividade realizada numa unidade de emergência hospitalar na saúde do assistente social. Como resultados, esse trabalho evidenciou a interferência do modelo político-econômico neoliberal nos mais diferentes espaços socio-ocupacionais, nos diversos âmbitos da vida desses trabalhadores, constituindo significativos prejuízos para a saúde destes².

Vale dizer, à época, a autora se encontrava inserida no mesmo espaço socio-ocupacional que se tornou objeto do referido estudo³. Nessa medida, a experiência profissional de Serviço Social adquirida no processo de trabalho em saúde, no setor emergência do Hospital Municipal Lourenço Jorge (HMLJ), trouxe a inquietação sobre a especificidade desta atividade.

²Com o título "O Assistente Social e as Relações Trabalho-Saúde: um estudo exploratório em emergência hospitalar no Rio de Janeiro", o trabalho em epígrafe foi concluído em novembro de 2012, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Inês Simões C. de Melo. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida junto às assistentes sociais do Hospital Municipal Lourenço Jorge, situado no município do Rio de Janeiro/RJ.

³ Cabe informar que a autora atuou no HMLJ como assistente social durante 5 (cinco) anos, de 2007 a 2012, com vínculo de trabalho estatutário.

Ao longo dos anos, por meio da própria vivência e através de relatos das assistentes sociais inseridas nesse campo, percebeu-se que a diversidade de questões apresentadas no cotidiano dessa realidade específica provocam a sobrecarga e o sofrimento psíquico, como o estresse. E isto sem citar a própria exposição a que este profissional se submete, visto que nas unidades de saúde de emergência são tratadas múltiplas doenças, inclusive as infectocontagiosas.

Outra questão extraída do cotidiano do trabalho do Serviço Social nessa unidade refere-se à angústia deflagrada nos relatos das assistentes sociais que percebem o distanciamento entre operar o compromisso ético-político da profissão e as requisições institucionais. Considerando que aos assistentes sociais é atribuído o papel de contribuir para a consolidação dos direitos sociais, inclusive os de saúde, esses profissionais são compelidos a participar do processo de desmonte das políticas públicas que integra não só o projeto político-econômico do município do Rio de Janeiro, mas também o próprio padrão de desenvolvimento econômico brasileiro nas últimas décadas.

Somada a essas razões, cabe citar que, mesmo a autora sendo assistente social com vínculo de trabalho estatutário, portanto, considerado não precário, era afetada pelas injunções impostas pelos processos de reestruturação capitalista que submete os trabalhadores à exploração e as políticas públicas, inclusive as de saúde, aos ditames do mercado. Ao refletir sobre esses aspectos de sua realidade de trabalho, foi progressivamente estimulada a buscar conhecimentos, se debruçando sobre o assunto.

Desse modo, a aproximação com o tema estudado e seus questionamentos sobre o trabalho do assistente social, partiram de sua própria relação com o trabalho profissional. Percebeu a autora, através de sua trajetória profissional e, ainda, durante e após a especialização, a necessidade de se desvelar a realidade em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais, no contexto atual, de maneira propositiva. À vista disso, esta dissertação representa outra análise que buscou desvendar, com mais profundidade, as indagações até então não exploradas sobre o tema.

Desde a conclusão da graduação em Serviço Social, no ano de 1997, a autora manteve o interesse em realizar pesquisas no âmbito da pós-graduação. Contudo, dadas as suas condições objetivas de sobrevivência e domínio do trabalho sobre seu tempo, só retomou os estudos, efetivamente, no ano de 2011, por meio do curso de especialização já mencionado. A marca da centralidade do trabalho em sua própria vida foi outro elemento que a compeliu a investigar as

tensões entre capital e trabalho e, mais particularmente, o trabalho do assistente social.

Deve ser ainda adicionado ao conjunto de fatores que impulsionaram a construção deste objeto de pesquisa, o levantamento preliminar efetuado sobre as dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio⁴, no período de 2007 a 2016, durante o curso do mestrado. Esta análise apontou que, do universo de 143 (cento e quarenta e três) dissertações construídas ao longo desse período, somente 5 (cinco), com temas diversificados, abordam o assistente social enquanto trabalhador, trazendo à luz suas relações e condições de trabalho. E, diante de 36 (trinta e seis) teses realizadas durante esse mesmo período, apenas uma mantém relação com o tema estudado⁵. Tais dados sinalizam e, ao mesmo tempo, reiteram a necessidade de pesquisas referentes ao tema aqui abordado.

Após esse levantamento inicial, buscou-se uma análise junto às demais universidades que compõem o conjunto de instituições com programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no estado do Rio de Janeiro, a saber: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Cabe informar que a UFF possui dois programas de pós-graduação em Serviço Social: o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR), sendo que este último conta somente com o curso de mestrado acadêmico.

Importa dizer que, nesse primeiro momento, adotou-se o cuidado de observar com mais cautela os trabalhos que não tinham como objeto central de análise o assistente social enquanto trabalhador, que não tinham foco sobre os impactos do processo de reestruturação produtiva nas relações e condições de trabalho dos assistentes sociais, mas que em seus temas e resumos indicavam conexão com o interesse deste estudo. Nessa medida, avançou-se para o exame da introdução, conclusão e até mesmo para o último capítulo das dissertações e/ou teses.

Após a definição dos programas de pós-graduação a serem perscrutados, partiu-se para a exploração paulatina das produções acadêmicas, segmentando-

⁴As referidas dissertações e teses se encontram disponíveis no sistema *online* da PUC-Rio. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>>. Acesso em dez. 2016.

⁵ Cabe ressaltar que o referido levantamento foi realizado em dezembro de 2016. Posteriormente, os dados encontrados foram submetidos a novo estudo junto à plataforma *Maxwell* da PUC-Rio, buscando confirmar os trabalhos defendidos no ano de 2016 relacionados ao tema.

as de acordo com suas respectivas universidades. Assim, no que tange a Pós Graduação em Política Social da UFF, a busca se deu na página do curso⁶. Não obstante, em razão do Programa não estar relacionado diretamente a estudos em Serviço Social, buscou-se, na primeira aproximação, uma análise com todas as dissertações e teses inseridas na plataforma do curso.

Isso posto, durante os anos de 2004 a 2016, foram identificadas 170 (cento e setenta) dissertações com temas diversos, tais como movimento funk carioca, ações afirmativas, educação à distância em Serviço Social, sistema penitenciário carioca, questão étnico-racial, cidadania, comunidade quilombola, programas e políticas sociais como Benefício da Prestação Continuada (BPC), SUAS, Programa Bolsa Família (PBF) e outros. Dentre esses trabalhos de dissertação, foi localizado apenas 1 (um) trabalho que, embora não tivesse o tema central voltado para o objeto de estudo aqui apresentado, abordou criticamente as relações entre trabalho e Serviço Social, considerando esta categoria como trabalho, logo, os assistentes sociais como sujeitos trabalhadores.

Em relação às teses defendidas no mesmo curso, foram examinados 36 (trinta e seis) trabalhos realizados no mesmo período. Contudo, também foi encontrada somente 1 (uma) tese com o tema relacionado ao objeto de estudo de interesse.

No processo de busca de informações junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, foram encontrados alguns entraves para o acesso aos trabalhos. Esse curso não disponibilizava as dissertações defendidas em sua plataforma digital⁷. Nessa medida, foram localizados apenas dados básicos como título, autor e data da defesa da dissertação de alunos que fizeram parte da turma do ano de 2012. Insistindo no alcance de informações, foi feito contato com a coordenação do referido Programa. Assim, recebeu-se a informação de que só dispunham daqueles registros contidos no site. A opção de acesso às produções acadêmicas só era possível, então, por meio da plataforma Capes/Sucupira. Apesar disso, posteriormente, em novo contato, foram encaminhados, através do endereço eletrônico particular, os arquivos das dissertações que se constituíam parte do objeto desta pesquisa.

De posse desses dados, prosseguiu-se para a análise junto aos demais programas de pós-graduação.

⁶ Disponível em: <<http://politicassocial.sites.uff.br>>. Acesso em 9 fev. 2017.

⁷ Disponível em: <www.ppgssdr.uff.br>. Acesso em 13 fev. 2017.

Por conseguinte, em relação aos trabalhos vinculados ao Programa de Pós-Graduação da UFRJ, foi obtido acesso aos mesmos por meio da plataforma Minerva⁸. Seguindo a opção do filtro de pesquisa “multicampo” dessa página, em relação ao período de estudo demarcado, foram localizadas 71 (setenta e uma) dissertações e 58 (cinquenta e oito) teses. No entanto, neste conjunto, foram encontradas apenas 2 (duas) dissertações e 1 (uma) tese com abordagens referentes ao tema escolhido.

Passando para a análise junto ao Programa de Pós-Graduação da Uerj, foi efetuada a consulta das dissertações e teses através da plataforma digital Rede Sirius⁹. Do universo de 40 (quarenta) dissertações defendidas no período selecionado, foram encontradas 5 (cinco) que correspondem ao interesse deste estudo. No que se refere às teses, do conjunto de 14 (quatorze) trabalhos, apenas 1 (um) está relacionado ao tema da pesquisa.

Nesse esforço exploratório inicial, foram examinados 591 (quinhentos e noventa e um) trabalhos ao todo. Contudo, em relação ao recorte temporal da pesquisa, período compreendido entre 2012 a 2016, foram observadas 257 dissertações e 129 teses. Estas foram estudadas a partir de seus temas, resumos, palavras-chave (como trabalho, trabalho do assistente social, processo de trabalho, Serviço Social, assistente social), introdução, sumário, conclusão. Em meio a essa seleção, foram identificados 21 (vinte e um) trabalhos, dentre as dissertações e teses, que possuem relação com o tema escolhido. O quadro 1 sintetiza o que foi relatado até aqui:

Quadro 1 – Produções acadêmicas que abordaram a temática "trabalho do assistente social"

Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no estado do RJ	Período de defesa dos trabalhos	Mestrado	Dissertações e teses relacionadas ao objeto de pesquisa
		Doutorado	
PUC-Rio	2012 a 2016	60 dissertações	04 dissertações
		21 teses	01 tese
UERJ	2012 a 2016	40 dissertações	05 dissertações
		14 teses	01 tese
UFRJ	2012 a 2016	71 dissertações	02 dissertações
		58 teses	01 tese
UFF / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e		23 dissertações	05 dissertações

⁸ Disponível em: <www.minerva.ufrj.br>. Acesso em 16 fev. 2017.

⁹ Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/index.php>. Acesso em 27 fev. 2017.

Desenvolvimento Regional	2012 a 2016	0 tese	0 tese
UFF / Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social	2012 a 2016	63 dissertações	01 dissertação
		36 teses	01 tese
TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
4 Universidades e 5 Programas diferentes, visto que a UFF possui 2 Programas	2012 a 2016	257 dissertações	17 dissertações
		129 teses	04 teses

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Observa-se que do total dos trabalhos finais encontrados, ou seja, 493 pesquisas realizadas, 257 dissertações foram localizadas e, destas, apenas 17 (6,61%) atendem aos requisitos da pesquisa. No caso das teses ocorre situação semelhante: das 129 localizadas, apenas 4 (3,1%) atendem ao buscado pelo estudo.

Com base nas informações primárias alcançadas junto aos cursos de pós-graduação citados, as quais ratificaram a necessidade exploratória desse objeto de análise, passamos a definir mais precisamente o recorte do estudo. Assim, a presente pesquisa se constitui num estudo exploratório de cunho qualitativo.

O estudo, portanto, foi desenvolvido sob a compreensão de que a pesquisa qualitativa possibilita a ressignificação dos fatos sociais, ampliando o conhecimento da realidade observada. Considera-se que a realidade social detém níveis visíveis, que podem ser expressos em medidas, em dados quantificáveis. Apesar disso, por outro lado, possui também níveis invisíveis repletos de significados que, para serem interpretados em suas particularidades, exigem uma abordagem qualitativa, superando a mera aparência dos fatos.

Parafraseando Minayo (2002, p. 21-22), a pesquisa qualitativa:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ancorada nesta perspectiva, após a qualificação do projeto de pesquisa, foi realizada a releitura das dissertações de mestrado e teses de doutorado que fazem parte do acervo dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e da Escola de Serviço Social da Universidade

Federal Fluminense (UFF). Estas se constituem as instituições de ensino superior que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* na área do Serviço Social no estado do Rio de Janeiro. Cumpre destacar que esta região concentra um expressivo número de programas de pós-graduação em Serviço Social, num total de 5 (cinco) programas (um na Uerj, um na PUC-Rio, um na UFRJ e dois na UFF).

Foram observados os trabalhos defendidos no período de 2012 a 2016, ou seja, nos últimos 5 (cinco) anos, que tiveram como objeto de estudo o trabalho do assistente social. Desta forma, além do recorte temporal, este estudo se manteve delimitado no campo, uma vez que se propôs a investigar as produções acadêmicas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social existentes no estado do Rio de Janeiro.

O período em tela foi selecionado tendo em vista o interesse em captar elementos atuais sobre o tema da pesquisa. Dispondo dos dados alcançados no levantamento bibliográfico realizado junto à PUC-Rio como parâmetro, numa primeira investida exploratória quanto ao objeto de estudo, considerou-se que o período demarcado proporcionava relevância científica em termos de alcance de dados qualitativos sobre o objeto.

A análise partiu da observação dos resumos, títulos, palavras-chave (como trabalho, trabalho do assistente social, relações e condições de trabalho, Serviço Social), sumários destas dissertações e teses, buscando relações com o tema escolhido. Nesta abordagem inicial, os trabalhos que sugeriam esta relação, mas sem apresentar clareza nos itens apontados, tiveram também a introdução, conclusão e último capítulo analisados.

As pesquisas que tiveram conexão com o objeto deste estudo foram selecionadas para uma investigação mais ampliada. A partir daí, foram observadas as teses e dissertações que têm como objeto de análise o trabalho do assistente social, apreendendo os apontamentos dos autores sobre o processo de trabalho no qual o assistente social está inserido, sobre suas condições de trabalho, principais desafios, proposições, além de captar as dimensões apontadas nas dissertações e teses relacionadas ao assunto. Questionou-se, ainda, no desenvolvimento da pesquisa, se os estudos abordavam o assistente social como trabalhador.

Nesse percurso, a pesquisa buscou elaborar uma cartografia sobre a produção do Serviço Social no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu* situados no estado do Rio de Janeiro a respeito do trabalho do assistente

social, tendo como base as dissertações e teses defendidas no período de 2012 a 2016, conforme já exposto.

Importa salientar que, inicialmente, a proposta de estudo buscava se debruçar somente sobre os trabalhos cuja análise estava centrada na abordagem do assistente social enquanto sujeito trabalhador. A intenção era captar suas experiências concretas nos diferentes espaços socio-ocupacionais, construindo um panorama sobre as condições e relações de trabalho do assistente social no contexto atual, com o recorte para o estado do Rio de Janeiro.

Nesse espectro, o levantamento preliminar realizado junto aos diferentes programas de pós-graduação existentes no estado do Rio de Janeiro, no período demarcado, ratificou a assertiva sobre a carência de produções acadêmicas alusivas ao tema. Esta realidade tornou explícita a necessidade de se ampliar a abordagem sobre o assunto, para além da observação sobre pesquisas de campo voltadas para os assistentes sociais enquanto sujeitos trabalhadores.

Por outro lado, cumprindo a etapa da qualificação da dissertação, importantes contribuições foram obtidas, as quais acrescentaram ideias sobre a definição do objeto e condução da pesquisa. Nesta direção, mantendo a pesquisa bibliográfica no período demarcado, o foco da pesquisa manteve-se voltado para as seguintes indagações: de que forma as dissertações e teses têm abordado o trabalho do assistente social? Quando o estudo está relacionado ao trabalho do assistente social, este é versado a partir de quais referenciais? O que é defendido nessas produções? Quais as dimensões consideradas? No que se refere ao tema, o assistente social é considerado como um sujeito trabalhador? Quantas pesquisas de campo foram encontradas? Quais os principais desafios e proposições identificadas nas dissertações e teses estudadas?

Nessa medida, buscando refinar o objeto da pesquisa, definimos como foco da análise o estudo sobre as dissertações e teses que abordassem o trabalho do assistente social. Assim, na medida em que se buscou analisar todas as produções, no período demarcado, que falassem sobre o trabalho do assistente social, outros trabalhos foram adicionados ao rol do material a ser analisado.

Nesse novo processo de investigação, foram incluídas, também, as dissertações e teses que tinham como foco de análise os sujeitos trabalhadores usuários do Serviço Social, mas que citavam, ainda que de maneira pontual, o trabalho do assistente social.

Como resultado da revisão do objeto e desse novo direcionamento metodológico, foram abarcadas mais 7 dissertações e 1 tese, totalizando 24 dissertações e 5 teses selecionadas para uma análise aprofundada. Estas, vale dizer, estão destacadas no anexo do presente estudo.

A dissertação foi compilada em dois capítulos, além da introdução (que é numerada como capítulo 1) e da conclusão (numerada como capítulo 4). Desta forma, o segundo capítulo intitulado "A categoria trabalho e suas conformações no contexto brasileiro atual", é composto de três partes que se conectam e buscam traçar um breve panorama do trabalho no contexto brasileiro atual, com o intuito de demonstrar o cenário no qual as teses e dissertações examinadas foram desenvolvidas.

O segundo capítulo inicia o debate discorrendo sobre a centralidade do trabalho na vida do ser humano fundamentando-se, essencialmente, nas análises marxianas. Sublinha os impactos do processo de globalização, assim como da ofensiva neoliberal, que incidem sobre o conjunto dos trabalhadores, sustentando que o Serviço Social é trabalho. Essa assertiva é apresentada a partir das constatações identificadas no contexto atual brasileiro, estabelecendo diálogo com as reflexões de alguns autores que dissertam sobre o assunto.

No terceiro capítulo, que versa sobre o tema "A produção do conhecimento sobre o trabalho do assistente social: o 'estado da arte'", expõe-se um retrato da realidade atual em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais a partir da análise das produções acadêmicas que se constituíram objeto de pesquisa, as quais estão vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social circunscritos no estado do Rio de Janeiro. Cabe informar que este capítulo também está dividido em três itens interligados e que, nesse ponto, buscou-se caracterizar o que se convencionou chamar de "estado da arte" acerca do debate sobre o trabalho do assistente social.

Os dados alcançados foram sistematizados e tratados buscando a correlação com o estudo bibliográfico, sendo os principais resultados e reflexões apresentados na dissertação. O interesse nessas informações se justificou na possibilidade de reunir dados atuais referentes ao tema, no período e espaços supracitados, como elemento agregador de conhecimento e impulsionador de indicadores e apontamentos.

Como corolário, verificou-se a carência de produções acadêmicas que abordem o trabalho do assistente social, sobretudo no que se refere às suas relações e condições de trabalho. Na análise das dissertações e teses

identificou-se um verdadeiro descompasso entre as produções referentes aos trabalhadores assistentes sociais e aos estudos referentes a outros temas.

Por essa razão, esta análise sustenta, dentre outros elementos aqui tratados, a premissa de que são necessários estudos que abordem os assistentes sociais enquanto sujeitos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito aos processos de trabalho nos quais se encontram inseridos, no sentido de apreender suas relações e condições de trabalho nesse contexto de intensificação da precarização e regressão de direitos. O entendimento de que o trabalho ocupa lugar central na vida do ser humano deve ser propulsor da busca pelo conhecimento dos diferentes aspectos que determinam as relações de trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade.

Assim, a pesquisa ora apresentada visa subsidiar o debate sobre o trabalho do assistente social, compreendendo-o como ser social humano, sujeito trabalhador integrante de uma classe, a classe trabalhadora. Nessa medida, contextualizando sua atividade, as condições objetivas e subjetivas de realização de seu trabalho, busca-se decifrar os elementos que se colocam como pano de fundo no processo dinâmico do real na atualidade.

Objetivou-se, ainda, através da construção deste trabalho, a difusão do tema escolhido, ampliando a reflexão acumulada sobre o assunto. Desse modo, busca contribuir para que o objeto deste estudo esteja na pauta de debates, dando luz às experiências, às questões sobre o exercício profissional nesse campo, aos limites, desafios e proposições atuais frente à constante espoliação da força de trabalho e consequente violação de direitos a que estão submetidos os trabalhadores no Brasil, de forma geral, e em particular no que se refere aos assistentes sociais.

2

A categoria trabalho e suas conformações no contexto brasileiro atual

Considerando a importância da teoria social de Marx para decifrar a realidade e os aspectos que incidem sobre a categoria trabalho, este capítulo inicia o debate discorrendo no primeiro item sobre a centralidade do trabalho na vida do ser humano, fundamentando-se, essencialmente, nas análises marxianas.

Passando para a segunda parte do capítulo, cuja explanação se atém à refuncionalização do processo de acumulação do capital, sublinha os impactos do processo de globalização, assim como da ofensiva neoliberal que incidem sobre o conjunto dos trabalhadores. Essa assertiva é apresentada a partir das constatações identificadas no contexto atual brasileiro, estabelecendo elos com as reflexões de alguns autores que dissertam sobre o assunto.

Nessa linha, no terceiro ponto de discussão do capítulo são colocados em pauta argumentos que sustentam que o Serviço Social é trabalho, ancorando-se em análises que se firmam como balisas nesta temática. Destaca a pesquisa como elemento essencial para decifrar a realidade em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais em tempos de "capital fetiche" (IAMAMOTO, 2007). A relevância da pesquisa é salientada sob o entendimento de que é por meio dela que se alcançam subsídios e se constroem as mediações necessárias para uma intervenção propositiva e transformadora.

2.1

A centralidade do trabalho na vida do ser humano

Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho.

Karl Marx

O trabalho é produto de múltiplas determinações. Ele se configura diversamente em certo tempo e espaço. Nessa medida, para além dos seus aspectos técnico-operativos, o trabalho deve ser desvendado sob seu aspecto social, considerando sua centralidade na vida do ser humano, sobretudo na

contemporaneidade, quando a clivagem de classes está ainda mais demarcada, com o crescimento exponencial das desigualdades sociais, resultantes do acirramento da contradição capital *versus* trabalho, no âmbito da crise capitalista que se arrasta desde o ano de 2008.

Nesta acepção, apropriando-se de argumentações marxianas, o trabalho é aqui compreendido como fruto da relação entre o homem e a natureza. É através de sua ação consciente, previamente pensada e idealizada que o homem projeta algo, apropriando-se da natureza e transformando-a, para alcançar determinado fim. É visando atender a satisfação de suas necessidades que o homem dá materialidade a algo que estava circunscrito à sua imaginação. Isso é eminentemente humano; é esta capacidade que nos difere dos outros animais. Desta forma, para Marx (1985b, p.149-150) o trabalho é:

[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem [...] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente.

O trabalho, portanto, é atividade central na vida do ser humano. É por meio do trabalho que o homem modifica a natureza, buscando materializar algo que se tornou necessário para a manutenção da própria vida. Assim, ao se deparar com suas necessidades, o homem age teleologicamente, isto é, projeta na consciência o resultado final de sua ação, procurando, a partir daí, meios para concretizá-lo. É esta capacidade teleológica, projetiva, que difere os homens dos animais.

Nesta interação processual, o homem¹⁰ não apenas transforma a natureza, como também modifica a si mesmo. O trabalho é, para Marx, categoria fundante do ser social, ou seja, atividade central na produção e reprodução da sociabilidade humana. Assim, o homem [...] "não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, ser genérico que enquanto tal deve atuar e confirmar-se tanto em seu ser como em seu saber" (MARX, 1985a, p.41).

¹⁰ A utilização da palavra homem se refere à racionalidade humana e não a um gênero específico.

Esta objetivação do trabalho, portanto, permite ao homem, ser genérico, a aquisição de novos conhecimentos e habilidades. Disto decorre que todo trabalho é determinado pelas suas condições objetivas e subjetivas de realização. E, paradoxalmente, o trabalho gera novas perspectivas objetivas e subjetivas que alteram a realidade vivida pelos homens.

De acordo com Lessa e Tonet (2011, p.22),

[...] todo ato de trabalho, portanto, dá origem a uma nova situação, tanto objetiva quanto subjetiva. Essa nova situação possibilitará aos indivíduos novas prévias-ideações, novos projetos e, desse modo, novos atos de trabalho, os quais, modificando a realidade, darão origem a novas situações, e assim por diante.

O homem, ser social, ou em outros termos, "ser natural humano", se humaniza por meio do trabalho que executa. É o ser tornado humano pela realização do trabalho cotidiano. Por outro lado, quanto mais o homem trabalha, mais modifica a natureza.

Por essa lógica, a objetivação do ser social é atravessada pela história dos homens. Ao idear algo, ele se apropria do conhecimento já construído histórica e coletivamente para produzir algo novo. Assim, ele também produz uma história social, na mesma medida em que é produto dela. O trabalho, dessa forma, possui uma dimensão social, que é acertada historicamente na relação social entre os homens.

O trabalho não se resume numa atividade humana; ele é repleto de significado. É ação, movimento que atravessa todos os âmbitos da vida social. Frigotto (2008, p.399) faz referência à categoria trabalho destacando que, para Marx, a especificidade do trabalho humano pode ser observada em três características centrais: "diferenciamo-nos do reino animal; é uma condição necessária ao ser humano em qualquer tempo histórico; e [...] assume formas históricas específicas nos diferentes modos de produção da existência humana".

Nos termos colocados por Frigotto, o trabalho deve ser analisado sob a concepção ontológica ou "ontocriativa", pois atende a diversas necessidades humanas, superando o atendimento às necessidades de subsistência. Vejamos:

Na sua dimensão mais crucial, o trabalho aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos como seres ou animais evoluídos da natureza. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, que, por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço (FRIGOTTO, 2008, p.400).

Daí decorre que, nesse processo histórico de relação do homem com o trabalho, é imprescindível a captação das diversas dimensões e expressões dessa atividade que alcançou a centralidade na vida humana, sob pena de uma visão parcial sobre essa realidade. É através do trabalho que o homem projeta a própria vida, buscando a manutenção de sua própria existência.

Para Marx, a análise das relações sociais de produção e reprodução da força de trabalho deve se dar com base na perspectiva ontológica do ser social, que compreende o homem como ser que projeta, cria alternativas e toma decisões, diferenciando-se dos outros animais. Ele é sujeito de sua própria história. Dessa forma, o ser social é concebido como um ser concreto, histórico, constituído dialeticamente em determinado tempo e espaço. Logo, o ser humano tem uma objetividade que é social. Nesse marco, o ser social objetiva, enquanto também é objetivado, na teia das relações sociais humanas que se fundam no processo contraditório intrínseco às sociedades capitalistas.

Em acordo com esta assertiva, Tonet (2013, p.14) acrescenta:

Ponto de vista ontológico é, por sua vez, a abordagem de qualquer objeto tendo como eixo o próprio objeto. Lembrando, porém, que ontologia é apenas a captura das determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular) e não, ainda, da sua concretude integral. Deste modo, a captura do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também e principalmente, àqueles que constituem a sua essência.

Essa aceção conduz ao entendimento de que a compreensão da realidade exige a análise histórica dos elos entre as relações sociais de produção e valores, normas, ideias, que vigoram em uma determinada sociedade. Como expõem Marx e Engels (2009, p.57-58):

Essa concepção da história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a história, e bem assim na representação de sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência - a religião, a filosofia, a moral etc. - e estudando a partir destas o seu nascimento; desse modo, naturalmente, a coisa pode também ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras). Ao contrário da visão idealista da história, não tem de procurar em todos os períodos uma categoria, pois permanece constantemente no *solo* histórico; não explica a práxis a partir da ideia, explica as formações das ideias [*Ideenformationen*] a partir da práxis material [...]. (grifos dos autores).

Assim, e de maneira central, o ser social é determinado pelas condições e relações sociais produtivas que se processam na vida cotidiana. Para Marx "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser

social que determina sua consciência" (2008, p.47). Dessa forma, trata-se de considerar a realidade social em sua historicidade, singularidade, buscando decifrar seus aspectos sociais micro e macroscópicos.

A "consciência" que se adquire e se produz é fruto desse processo complexo, socialmente construído. "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 1985a, p.329).

Esta concepção está ancorada no que se convencionou chamar de materialismo histórico dialético. Tem como fundamento a ideia de que a realidade não é estática. Ao contrário, ela se situa num movimento contraditório e constante que enseja tanto a manutenção das relações sociais instituídas historicamente, quanto a sua transformação.

Ao materialismo histórico dialético também se atribui a perspectiva da totalidade. Para Marx, a categoria totalidade se constitui a base da compreensão dos fatos sociais para além de sua aparência. Isso pressupõe a relação orgânica das partes com o todo; da compreensão do todo como síntese de múltiplas determinações. Isto é, a unidade entre pensamento e experiência, a identidade entre sujeito e objeto. É por meio desse método, que implica movimento, que se constrói ciência, visto que a essência dos fenômenos não está dada no cotidiano da vida em sociedade.

Considerando a inter-relação entre os fatos sociais e uma materialidade objetiva e subjetiva, a construção do conhecimento, portanto, implica num esforço de abstração e teorização do movimento dialético da realidade.

Para Marx, a busca pelo conhecimento científico deve partir do abstrato para se chegar ao concreto e, posteriormente, realizar o caminho de volta, elaborando o que denomina de "concreto pensado". O conhecimento científico sobre a realidade só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo concreto, forem rearticuladas ao todo concreto.

Sobre isto Marx (1985a, 116-117) afirma que:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e a representação. [...] Por isso é que [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. (grifos do autor).

A realidade, portanto, deve ser concebida como um todo estruturado entre as partes, dialética, superando a aparência dos fatos. O caráter científico de toda observação repousa nesta aceção. Assim,

Se, pois, os fatos, devem ser tomados corretamente, convém inicialmente apreender, clara e exatamente, esta diferença entre a sua existência real e o seu núcleo interior, entre as representações que deles se formam e os seus conceitos. [...] Trata-se, de uma parte, de arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, de outra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. [...] Esta dupla determinação, este reconhecimento e esta ultrapassagem simultâneos do ser imediato é precisamente a relação dialética. (LUKÁCS apud TONET, 2013, p.119).

O método de pesquisa definido por Marx, bem como as categorias de análise que apresenta, aponta o caminho a ser percorrido pelos pesquisadores no processo de aprender e abstrair a realidade a ser estudada. Assim, a explanação fundamentada no referencial teórico marxiano se tornou necessária diante do desafio de desvelar a realidade em um contexto onde se apresentam variadas formas sutis de precarização do trabalho e, conseqüentemente, de mais exploração dos trabalhadores.

Esta concepção está assentada na ideia de que, na sociedade capitalista, a contradição entre capital e trabalho evidencia a lógica de exploração que não se restringe a relação de compra e venda da força de trabalho dos trabalhadores. Ao contrário, esta relação encobre o trabalho excedente não remunerado que é capturado pelos detentores dos meios de produção. Tal concepção também é defendida por Cohn e Marsiglia (1993, p.59), as quais afirmam que:

O advento do capitalismo transforma radicalmente a relação do homem com a natureza e dos homens entre si, possibilitando a apropriação privada dos meios de produção apenas por uma parte da sociedade, a exploração do trabalho de segmentos significativos da população, e, conseqüentemente, a apropriação por parte dos proprietários dos meios de produção do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores.

Na relação de compra e venda de sua força de trabalho, mantém-se uma relação desigual entre o capitalista e o trabalhador. Enquanto o primeiro detém os meios de produção e o capital, o segundo conta apenas com sua força de trabalho como meio de subsistência. Assim, a transação efetuada entre o empregador e o empregado, aparece “fetichizada”, como um acordo livre entre iguais, embora efetivamente não o seja. Dessa forma, ao invés de se constituir o

produto de uma escolha, trata-se de um processo histórico no qual o capitalista barganha com o trabalhador, aumentando seu lucro. Vejamos:

Mesmo que venha sob os auspícios da legalidade de um contrato, pela assimetria de poder entre o capitalista e o trabalhador, constrangido a vender sua força-de-trabalho, materializa-se um processo de alienação – vale dizer, uma apropriação indevida, um roubo legalizado. Com efeito, no modo de produção capitalista, o trabalho daqueles desprovidos de propriedade de meios e instrumentos de produção é reduzido à sua dimensão de força-de-trabalho. (FRIGOTTO, 2008, p.403).

Nessa direção, o fetiche do capital, subjacente às relações sociais de produção, encobre a exploração da força de trabalho, mantendo a aparência do circuito da acumulação, bem como da contradição entre capital e trabalho como fatos naturais, legais (no que concerne ao âmbito jurídico-formal), independentes da ação humana, imutáveis.

Sobre o fetiche do capital, Marx (1985b, p.71) acrescenta que:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores como o trabalho total como uma relação social existente fora deles, ente objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. [...] Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém [...] do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.

Compreender as determinações que configuram o trabalho no cenário atual implica, portanto, ir além das aparências dos fenômenos sociais imbricados no trabalho:

A determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, mas de nenhum modo sua forma material. (MARX, 1985b, p.73).

Numa observação mais acurada, percebe-se que as mudanças atuais adensadas no "mundo do trabalho" (ANTUNES, 1996), sob o fetiche de que são necessárias para o benefício dos próprios trabalhadores, impactam substancialmente o trabalho e a própria vida destes. A legitimação do processo de acumulação do capital se dá de maneira estratégica, onde as formas de

gestão e organização do trabalho são constantemente alteradas para modelar a espoliação da força de trabalho silenciosamente, neutralizando as resistências populares.

Tem-se por suposto que as requisições atuais ocorridas no processo de trabalho no capitalismo evidenciam a reatualização das pressões por aumento da produtividade e, conseqüentemente, a acumulação do capital. Paralelamente, são criadas estratégias para romper com o movimento dos trabalhadores, as quais são objetivamente realizadas com o fito de deixar livre a ação e interesses do mercado (COHN; MARSÍGLIA, 1993). Assim, o processo de trabalho se constitui não só como um processo técnico, mas também “social e econômico, sendo os instrumentos de trabalho o resultado de determinadas relações de classe e do desenvolvimento científico-tecnológico.” (COHN; MARSÍGLIA, 1993, p.59).

Marx (1985b, p.150) considera que os elementos básicos do processo de trabalho são: “a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”. O processo de trabalho não se constitui uma atividade simples, mas é algo que se realiza por meio das “forças físicas e espirituais” do homem. Isto é, mobilizado pela objetivação de uma ideia, o homem utiliza sua força física e mental, enfim, toda a sua corporeidade humana, para alcançar um fim que foi previamente idealizado.

Todas essas construções humanas, importante dizer, são atravessadas por processos historicamente determinados. Destarte, são os meios de realização do trabalho utilizados nesses processos, bem como as condições sociais nas quais o homem concretiza sua atividade, que irão medir o grau de desenvolvimento social e econômico de uma determinada sociedade. Desta forma, Marx (1985b, p.151) afirma que:

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.

Em vista disso, Cohn e Marsiglia (1993, p.57) afirmam que o modo de produção, a forma como o processo de trabalho é organizado e desenvolvido nas sociedades, não é determinado pela tecnologia aplicada apenas, mas é essencialmente “produto histórico das relações sociais dominantes nessas sociedades”.

A categoria trabalho deve, assim, ser apreendida através de múltiplas dimensões, tendo o homem como o principal protagonista de sua história. De acordo com essa perspectiva, Cohn e Marsiglia (1993, p.57) afirmam:

[...] a categoria trabalho implica uma gama extremamente diversificada de dimensões, nucleadas nas concepções do homem como ator ou como autor da sua própria história. Assim sendo, estudar o processo e a organização do trabalho implica em contemplar a dimensão tecnológica, a dimensão organizacional, e portanto do controle do processo de trabalho, e a dimensão, dentre outras, da construção dos sujeitos coletivos.

Nessa medida, a acumulação do capital demanda o controle sobre o processo de trabalho. O interesse está em fazer com que o trabalhador produza cada vez mais, enquanto se acentua a divisão do trabalho e se desqualifica seu conhecimento e sua força de trabalho, supervalorizando a máquina. No entanto, se encontra subjacente a esse movimento contraditório da realidade a possibilidade de organização dos trabalhadores em torno de seus próprios interesses e necessidades.

O debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade capitalista nos remete ao estudo sobre o processo de produção e reprodução da força de trabalho e às relações sociais engendradas nesse movimento. A compreensão das novas requisições impostas pelo capital ao mundo do trabalho requer situar as mudanças no processo produtivo em sua historicidade.

Sob essa ótica, Antunes (1996) afirma que a crise do capitalismo, iniciada na década de 1970 e aprofundada na década de 1980, provocou “metamorfoses” no mundo do trabalho. Ao contrário de uma simples substituição de um determinado padrão de organização e gestão da produção e de reprodução da força de trabalho, novas formas de operar foram associadas, com o fim de aprimorar a dinâmica de trabalho instituída para a acumulação do capital, intensificando sua difusão em escala mundial com sérias perdas para os trabalhadores.

Após a década de 1970, especialmente, o universo do mundo do trabalho sofreu novas mudanças em função da crise e reestruturação do capital que não se restringiu às condições materiais, objetivas dos trabalhadores. Para além disso, afetou a classe trabalhadora em sua própria forma de ser, em sua subjetividade.

Sobre essa realidade, Antunes (2008, p.183) realiza a seguinte colocação:

Começamos indicando que a crise afetou tanto a *materialidade* da classe trabalhadora, a sua *forma de ser*, quanto a sua *subjetividade*, o universo dos seus

valores, do seu ideário, que pautam suas ações e práticas concretas. Isso porque, desde o início dos anos 70, vivenciamos um quadro de *crise estrutural do capital*, que atingiu o conjunto das economias capitalistas centrais, com fortes repercussões em diversos países, dado o caráter mundializado do capital (ANTUNES, 2008, p.183) (grifos do autor).

Nesse espectro, as profundas mudanças ocorridas nos processos de trabalho na década de 1980 marcaram o período como de uma “dupla crise” (ANTUNES, 1996) que atingiu tanto a materialidade, quanto a subjetividade dos trabalhadores. Como características importantes desse período cabe mencionar a flexibilização dos direitos trabalhistas duramente conquistados, como também a retração do movimento organizado dos trabalhadores e a crise dos sindicatos.

Dentre as importantes inflexões na década de 1980, que marcaram o “mundo do trabalho”, cabe abordar o avanço tecnológico, o qual provocou uma revolução técnica no modo capitalista de produção e reprodução da força de trabalho. Segundo Antunes (1996, p.79):

Esse enorme salto tecnológico, de que a automação, a robótica, a micro-eletrônica são as expressões por excelência, fez com que o modelo de produção que tanto particularizou o capitalismo do século XX, o padrão fordista de produção fabril, a lógica taylorista de organização do trabalho, deixasse de ser o único modelo dominante no processo de trabalho. Houve a emergência de um conjunto expressivo de processos produtivos no interior do capitalismo que de alguma forma mesclam, substituem, alteram esse padrão fundado no binômio fordismo e toyotismo. Se considerarmos, por exemplo, a experiência japonesa, o chamado toyotismo, talvez sintetize com mais riqueza esse modo alternativo de produção do capital nos nossos dias, explicitando em que medida ele altera, mescla, transforma esse padrão taylorista e fordista dominante.

O toyotismo emergiu no pós-guerra japonês (ANTUNES, 1996) como estratégia de destruição do sindicalismo enraizado nesse país. Através dos denominados “expurgos vermelhos” do pós-guerra, institui-se um modelo do sistema produtivo que supera e difere do modelo fordista de produção em série. Agora, trata-se de um sistema que busca atender imediatamente às necessidades apresentadas pelo mercado, que detém a flexibilidade para alterar o sistema produtivo de modo que não haja grandes estoques, mas que seja produzido o necessário para atender prontamente às demandas da “acumulação flexível”, diferenciando-se da rigidez típica do fordismo.

Nesse novo momento de acumulação que afeta o trabalho, buscam-se novas relações no meio produtivo não mais focadas entre o homem e a máquina, mas num trabalho em equipe, onde há o chamamento à participação e ao envolvimento do trabalhador ao ideário da empresa. Há a substituição da relação de coerção entre empregador e empregado para uma cooptação mais

sutil dos trabalhadores. Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), baseados no “modelo japonês”, são expressões dessa estratégia de produção capitalista destrutiva que atinge as décadas de 1970 e 1980.

A dinâmica do trabalho baseada no toyotismo expandiu-se pelo mundo, conformando a lógica contemporânea do capital e atingindo diversos ramos do trabalho. O que se torna essencial nessa nova forma de produção é o processo de trabalho organizado de forma “flexível” e com o envolvimento do trabalhador, tendo como consequência a alienação diferenciada deste em relação aos mecanismos de acumulação do capital.

O controle sobre o trabalhador e seu processo de trabalho agora é modificado, uma vez que ele é requisitado a se tornar, também, “o vigia de si mesmo”, sendo manipulado não mais pelo uso da força ou pelo medo, mas pela sua adesão ao plano ideário da empresa. O estabelecimento dessa nova relação no “mundo do trabalho” desencadeou, conseqüentemente, a fragilização dos direitos trabalhistas, pois a “flexibilização” das relações e condições de trabalho significou, de fato, sua precarização:

Um sistema de produção flexível supõe direitos do trabalho também flexíveis, ou de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos do trabalho, e se o trabalhador tem direitos “rígidos”, essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas obsta essa flexibilidade produtiva que necessita do trabalhador disponível; necessita do trabalho parcial, do trabalho de terceiros e do trabalho precário, dessas várias formas de trabalho que eu chamo de subtrabalho, uma subproletarização dos trabalhadores, de modo que flexibiliza e dá efetividade a um modo de produção que é essencialmente destrutivo e que também destrói a mercadoria força de trabalho.(ANTUNES,1996, p.81).

Nesse sentido, o citado autor ainda afirma que esse processo se constitui em um desafio para a classe trabalhadora, uma vez que aprofunda a fragmentação existente entre os trabalhadores. Os desafios se tornam maiores se consideradas as novas requisições do “mundo do trabalho”, as quais afetam a subjetividade dos trabalhadores, sua consciência de classe, sua consciência sindical e política, deixando vulneráveis seus interesses e necessidades.

Para Iamamoto (2007, p.110), esse estágio contemporâneo de desenvolvimento do capital e de mudanças nas relações produtivas requer decifrar seu significado social no presente. De acordo com a autora, ocorre na arena internacional um processo de mundialização da economia, onde o capital transnacional e investidores financeiros exercem dominação sobre os Estados nacionais, com o respaldo destes últimos.

Nesse contexto, o que deve ser decodificado é o processo operado pelo capital no universo do trabalho: enquanto a classe trabalhadora vivencia a extrema espoliação de sua força de trabalho, submetendo muitas vezes a própria vida a risco, para os donos dos meios de produção esse processo de exploração gera riqueza. A adoção da política neoliberal em favor do capital provoca a retração do movimento dos trabalhadores. “Em outros termos, tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação”. (IAMAMOTO, 2007, p.107).

O fetiche do capital se encontra essencialmente no mecanismo de transformação de sua forma em dinheiro, em capital que porta juros. Encontra-se oculto no primeiro o seu caráter alienante que é acentuado no segundo, visto que encobre toda espoliação do trabalhador, adquirida no processo de extração da mais-valia (MARX, 1985b). Nas relações entre capital e trabalho, a força de trabalho adquire valor de uso no processo de produção, enquanto trabalho concreto exercido pelo trabalhador alienado frente às estratégias de valorização do capital. Dentro dessa perspectiva, Castro (2008, p. 406) complementa:

O valor de troca da força de trabalho aparece, necessariamente, na forma mistificada de ‘preço do trabalho’, chamado salário. Tal mistificação decorre do fato de que o salário é pago em troca da realização de uma determinada quantidade de trabalho criador de novo valor em quantidade superior ao custo da força de trabalho.

Nesse processo de desenvolvimento do “capital fetiche” (IAMAMOTO, 2007), reafirmam-se as soberanias nacionais sob a orientação de corporações transnacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), considerados pela autora como a “santíssima trindade do capital em geral” (IAMAMOTO, 2007, p. 110). Busca-se a difusão dos interesses do capital por meio da dominação ideológica e dos objetos de consumo, através da tecnologia e da multimídia. Acentuam-se as desigualdades entre os distintos países e no interior destes, beneficiando as classes dominantes enquanto são aprofundadas a pobreza e a miséria:

A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada ‘flexibilidade’ das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social (IAMAMOTO, 2007, p.111).

Dentre as estratégias do capital financeiro, lamamoto (2007) afirma que o investimento no mercado de ações significa um investimento na apropriação da

mais-valia presente e futura dos trabalhadores, fato que aumenta a lucratividade das empresas em conformidade como os ditames internacionais. Nesse contexto, são ampliados os mecanismos de acumulação de riqueza e de expropriação da força de trabalho através de diferentes recursos, tais como:

[...] políticas de gestão; “enxugamento de mão-de-obra”; intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento dos salários; estímulo à competição entre os trabalhadores em um contexto recessivo, que dificulta a organização sindical; chamamentos à participação para garantia das metas empresariais; ampliação das relações de trabalho não formalizadas ou “clandestinas”, com ampla regressão dos direitos; entre outros mecanismos, como os aperfeiçoamentos técnicos e a incorporação da ciência e da tecnologia no ciclo da produção no sentido lato (produção, circulação, troca e consumo). (IAMAMOTO, 2007, p.113-114).

Sob esse ângulo, se faz necessária a permanente leitura da realidade, das relações sociais e de trabalho engendradas no contexto atual de redefinição da economia que mantém rebatimento direto no trabalho. Decifrar a realidade para intervir nela (IAMAMOTO, 1999) torna-se imperativo, uma vez que as questões inerentes ao processo produtivo se transmutam em questões “autônomas”, como se fossem problemas individuais, ao passo que se constituem, de fato, produto das contradições intrínsecas ao capitalismo.

Por outro lado, a compreensão acerca da contradição existente na sociedade capitalista nos transfere à convicção sobre as possibilidades de superação desse quadro atual. Não se pode ignorar o poder da ideologia do sistema capitalista, tampouco a força dos trabalhadores como sujeitos de uma classe politicamente organizada.

Baseando-se em categorias marxianas, Vázquez (2011, p.157) acrescenta que:

A necessidade da práxis revolucionária que conduz a essa solução não surge de uma contradição entre a história e a verdadeira essência humana, mas, sim, de uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. O proletariado não é agora o ser que encarna o sofrimento humano universal, ou o trabalhador que nega sua essência humana no trabalho, mas, sim, antes de tudo, o membro de uma classe social que, pelo lugar que ocupa na produção, e pode estar vinculado à forma mais avançada de produção, entra em conflito com a classe dominante e, ao adquirir a consciência da necessidade da revolução, leva-a a cabo para abolir o domínio de todas as classes, abolindo as próprias classes. A classe revolucionária aparece de antemão, apenas pelo único fato de contrapor-se a uma *classe*, não como classe, mas, sim, como representante de toda a sociedade, como toda a massa da sociedade, diante da única classe, a classe dominante. (grifo do autor).

Para Marx (2008, p.48), "as forças produtivas que se desenvolvem na sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para

resolver esse antagonismo". Assim, a ideação e materialização de mecanismos de resistência que façam frente a toda forma de exploração dos trabalhadores exige, a priori, a transição da aparência para a essência dos fatos. A transformação da realidade vivida demanda o conhecimento profícuo sobre as determinações objetivas e subjetivas que dão forma ao mundo contemporâneo.

A emancipação humana defendida por Marx supõe a superação do cenário de exploração a que estão submetidos os trabalhadores nas sociedades capitalistas, para que se materialize a real igualdade entre os homens. Dessa forma, o alcance da real liberdade só se torna possível com a superação do próprio capitalismo, por meio da luta organizada dos trabalhadores.

Baseando-se na perspectiva marxiana, Tonet (2016, p.119), assevera que uma "humanidade humanamente emancipada" é,

[...] por sua própria definição, uma forma de sociabilidade onde impera a solidariedade, não por alguma imposição externa, mas porque a construção dessa forma de sociedade implicou uma luta solidária que, além de transformar o mundo objetivo - as relações de trabalho, a natureza da produção, a distribuição da riqueza - também transformou em profundidade a própria personalidade dos indivíduos. Além disso, também porque a partir de todo esse processo saltará aos olhos de todos que a cooperação resultará em uma situação da qual todos se beneficiarão.

Contrapondo-se ao socialismo meramente utópico, Marx defende um socialismo que tem aplicação concreta na realidade vivida pelos homens. Trata-se de um socialismo real que resulta das condições materiais e visa a superação da realidade de opressão vivida pelos trabalhadores, do próprio capitalismo, por meio da revolução comunista constituída pelo proletariado.

Nesses termos, Marx e Engels (2009, p.52) afirmam que:

O comunismo não é para nós um *estado de coisas* [*Zustand*] que deva ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade [terá] de se regular. Chamamos comunismo ao movimento *real* que supera o atual estado de coisas. As condições desse movimento resultam do pressuposto atualmente existente. (grifos dos autores).

Sob esta acepção, o alcance da emancipação humana em tempos atuais exige a solidariedade entre os trabalhadores, como sujeitos integrantes de uma mesma classe. A superação das diferentes formas aviltantes do trabalho está condicionada à organização coletiva mobilizada pela construção de uma nova sociabilidade humana baseada na equidade, na materialização da igualdade social.

Para tanto, a concepção socialista aqui defendida torna-se essencial, dado que não se resume numa ideologia: ao contrário, propõe a superação e transformação concreta do real com a supressão das classes sociais. Isto supõe uma transformação radical das relações de produção e intercâmbio entre os trabalhadores, que devem possuir a consciência da realidade dos fatos que determinam suas relações, seu trabalho, sua própria vida.

Baseados nestas considerações, Marx e Engels (2009, p.56) afirmam que:

[...] as condições, no seio das quais podem ser aplicadas determinadas forças de produção, são as condições do domínio de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, decorrente da sua propriedade, tem a sua expressão *prático-idealista* na respectiva forma de Estado, e por isso toda a luta revolucionária se dirige contra uma classe que até então dominou; [...] a revolução comunista se dirige contra o *modo* da atividade até os nossos dias, elimina o *trabalho* e supera [*aufhebt*] o domínio de todas as classes suprimindo as próprias classes, porque é realizada pela classe que na sociedade não vale como uma classe, não é reconhecida como uma classe, é a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., no seio da sociedade atual; [...] que , tanto para a produção massiva dessa consciência comunista quanto para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens, que só pode se processar num movimento prático, numa *revolução* [...]. (grifos dos autores).

Ancorada nessa compreensão, pode-se inferir que a construção de um novo Estado que objetive a materialização dos reais interesses da classe trabalhadora implica na superação da hegemonia do capital. Exige a transição de um Estado capturado pelos interesses capitalistas para o socialismo, como resultado da luta dos sujeitos trabalhadores. Uma nova ordem social livre da exploração e dominação de classe, portanto, requer permanente resistência forjada por uma consciência política, a consciência de classe.

Posto isso, asseveramos que o diálogo estabelecido no decurso do texto entre a categoria trabalho e as demais que se sucederam se fez necessário em face da necessidade de demarcar as perspectivas que orientaram o presente estudo. Assim, a teoria crítica marxiana, mediada pelas categorias apresentadas, irá iluminar as reflexões que se seguem, considerando a necessidade de se avançar, descortinando as particularidades do trabalho na realidade brasileira.

2.2

Particularidades do trabalho no contexto atual brasileiro

Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca de sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites.

Karl Marx

As profundas mudanças que acompanham o desenvolvimento do mundo “globalizado” impactam significativamente as condições de vida e de trabalho do conjunto dos trabalhadores, implicando em sérios prejuízos para estes.

A recente crise do capital que afeta não só o Brasil, mas o mundo, repercute diretamente na vida dos trabalhadores: altos índices de desemprego, intensificação da exploração da força de trabalho, redução de políticas públicas, dentre outros retrocessos. Nesse sentido, Harvey (1992, p.143-144) acrescenta:

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...] O propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como "nove dias corridos" ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns.

Entende-se que estes fatos que compõem a atualidade se constituem reflexos do processo de globalização, que se funda por meio da circulação acelerada do capital financeiro em escala mundial. Nesse âmbito, Hirata (2011) afirma que o processo de globalização promove diferentes formas de trabalho e, simultaneamente, aprofunda a desigualdade social na contemporaneidade:

O processo de globalização tornou mais nítida a diversidade, pois justamente nesse processo as desigualdades entre os sexos, entre classes sociais e entre raças aparecem de uma maneira mais visível. Elas são dimensões importantes a serem analisadas em relação com os movimentos de precarização, pois apontam para um movimento simultâneo de concentração de riquezas e aumento da pobreza [...]. (HIRATA, 2011, p.16).

A discussão sobre os impactos da globalização na própria vida dos trabalhadores requer também atenção sobre as colocações de Hobsbawn

(2007). Para ele, os processos de intercâmbio internacional não beneficiam os diferentes países no mesmo grau de igualdade. Ao contrário, são marcados por relações desiguais entre os países, impactando, sobretudo, a vida da população mais pauperizada:

A globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica com as que se criaram com os mercados livres globais desde a década de 1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século. O impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela [...]. (HOBSBAWN, 2007, p.11).

As profundas mudanças que ocorrem no "mundo do trabalho" (ANTUNES, 2003), portanto, se constituem produto das novas imposições do capitalismo em escala mundial. Com o recorte no Brasil, assiste-se ao ataque feroz do Estado às políticas públicas e aos direitos dos trabalhadores. Esta nova configuração do cenário brasileiro se traduz em novos desafios ao conjunto dos trabalhadores, em tempos de barbárie social.

A conjuntura político-econômica atual, permeada de imposições adensadas pelo capital, requer a supressão dos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora. É o tempo de superexploração da força de trabalho por meio da difusão do discurso sutil, não menos perverso, da instituição das relações de trabalho flexíveis (HARVEY, 1992), totalmente funcionais ao grande capital. Em outras palavras, o contexto atual impressiona com suas severas injunções em prol do resgate à livre ação do comércio. Sob novas roupagens, é claro, esse processo se transmuta de tal maneira para os trabalhadores que traz a indagação: estamos revivendo o início do processo de industrialização instituído no país? Estamos diante de pressões políticas e econômicas pelo regresso a um liberalismo nos termos *laissez-faire*, *laissez-passer*¹¹, com a defesa de um estado mínimo para a "classe que vive do trabalho" (ANTUNES, 2008) e máximo para o capital?

Assentada nesta perspectiva tem-se por suposto que, diante da nova ordem do capital, acentuam-se as pressões por flexibilização do trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas como meios de intensificar a

¹¹ *Laissez-faire*: parte da expressão em língua francesa: "laissez-faire, laissez-aller, laissez-passar", que quer dizer: "deixai fazer, deixai ir, deixai passar". Compreende-se que *laissez-faire*, atualmente, é o modelo de real expressão do liberalismo econômico contemporâneo, onde são promovidas injunções de todas as ordens, criando um ambiente totalmente favorável a livre ação do mercado, sem interferência do Estado.

exploração do trabalho, o que constitui a base do modo de produção capitalista. Daí a necessidade de mecanismos que facilitem a "acumulação flexível" do capital, que se apoia na intensificação do trabalho.

Partindo da espoliação da força de trabalho para atender a lógica de acumulação do capital, este movimento integra um sistema tecnológico e organizacional dinâmico que é intrínseco ao modo de produção capitalista. No entanto, estas intencionalidades não estão dadas na realidade: elas surgem travestidas de ideias que buscam a adesão pacífica do trabalhador à superexploração. Sobre isso, Netto e Braz (2012, p.117)¹² destacam que:

O trabalho assalariado é a forma específica do regime a que vivem submetidos os produtores diretos do MPC. Isso significa que ele é parte constitutiva do sistema de exploração do trabalho que é próprio do MPC: por mais significativas que sejam as conquistas salariais dos trabalhadores (e elas são importantes em si mesmas, entre outras razões porque podem melhorar as suas condições de vida), não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/trabalho. Do ponto de vista ideológico, aliás, o regime salarial contribui para difundir a falsa ideia, tão cara aos capitalistas, segundo a qual, mediante o salário, os trabalhadores obtêm a remuneração integral do seu trabalho [...].

Em sua expressão moderna, o capitalismo busca a efetivação de uma "objetividade fantasmagórica" (ALVES, 2015), onde a relação entre as pessoas aparece como relação entre coisas. Nesse processo fetichizado e alienante¹³, encobre o essencial na sociabilidade humana: a relação entre os homens; o ser social humano.

A utilização da esfera mercantil como meio de dominação efetiva, através da reificação, promove a sujeição de consciências humanas ao mito difundido nas relações mercantis. Assim, a força de trabalho também assume a forma de mercadoria, objetivada nesse processo (ALVES, 2015).

Nessa equação, os desdobramentos das formas de reificação e objetivação fantasmagórica da mercadoria encobrem a unidade do produto como valor de uso¹⁴. Isto se evidencia na:

¹² Cabe informar que a sigla MPC utilizada por Netto e Braz na referida citação, se refere ao termo "Modo de Produção Capitalista".

¹³ O termo utilizado está alinhado ao conceito de "alienação" defendido por Marx. Nesse sentido, em síntese, compreende-se que a alienação se refere ao desconhecimento do trabalhador sobre a riqueza socialmente produzida por meio do trabalho, a qual é expropriada pela classe dominante. Assim, o homem exerce sua atividade sem se reconhecer no trabalho socialmente produzido, visto que aparece como uma relação ente coisas, permanecendo alienado de sua humanidade neste processo. A alienação do trabalhador o mantém subjugado à opressão da exploração de sua força de trabalho pelo capitalista. Assim, "A essência da alienação da sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano; e, como mercadoria é coisa e não gente, a desumanidade desse tratamento não poderia ser maior." (LESSA; TONET, 2011, p.96).

¹⁴ O "valor de uso" sob o conceito marxiano se refere ao valor que um mercadoria possui, o que, em linhas gerais, é determinado pela utilidade de um objeto que, por suas propriedades características, atende às necessidades humanas.

[...] fragmentação do processo de trabalho, pela redução do trabalho a funções mecânicas, repetitivas, reiterativas, em operações parciais, bem como pelo processo de racionalização do tempo de trabalho necessário, quebrando a unidade do produto como valor de uso. A outra dimensão desse processo refere-se ao sujeito, em que se efetiva sua fragmentação, ou seja, o homem passa a constituir-se como parte mecanizada e o processo de trabalho aparece, de forma mistificadora, apartada do ser social. (ALVES, 2015, p. 187).

A racionalização do tempo de trabalho é outro elemento a considerar no contexto de desumanização do capitalismo moderno. Nessa linha, Alves (2015, p. 187) afirma que:

A redução do espaço e tempo a um mesmo denominador em virtude da racionalização e mecanização do processo de trabalho ocorre de forma que o tempo é tudo quanto passa a ser mensurado e calculado pela especialização das funções, e onde ao mesmo tempo em que se fragmenta o objeto do trabalho, o mesmo acontece com os sujeitos do trabalho.

Particularizando o Brasil na conjuntura atual, Behring e Boschetti (2008) afirmam que um conjunto de mudanças, ajustes e direcionamentos, os quais, denominados como reformas, foram operados no país de forma negativa, no que se refere a mudanças substanciais direcionadas a melhoria das condições de vida e trabalho da população brasileira. O que se visualiza, na realidade, se constitui uma "contrarreforma" do Estado, visto que se trata de reformas às avessas, considerando seu sentido original que se mantinha vinculado às conquistas da classe trabalhadora. Assim, as autoras sublinham que:

Se os "anos de ouro" comportaram algumas reformas democráticas, o que incluiu os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais, o período que se abre é contra-reformista, desestruturando as conquistas do período anterior, em especial os direitos sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.124).

A adesão do Brasil ao acordo internacional denominado Consenso de Washington¹⁵, após o ano de 1989, período que coincide com o processo de redemocratização instituído no país, instaurou na realidade brasileira a drástica experiência do modelo neoliberal (BEHRING, 2008; MOTA, 1995). Assim, o fim do regime militar e a abertura política não representou uma substituição de um

¹⁵ Em síntese, afirma-se que, no final da década de 1980, fizeram parte da agenda do Estado, um conjunto de políticas macroeconômicas direcionadas a um amplo programa de reformas estruturais. Estas, vinculadas ao plano do Consenso de Washington e dirigidas aos países de capitalismo periférico, se constituíram num real movimento de globalização financeira e produtiva. De acordo com Mota (1995, p.80), o Consenso de Washington "deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise de 80, especialmente no que diz respeito às reformas a serem implementadas pelos países periféricos, devedores do capital financeiro internacional".

projeto político no seio do Estado, mas a composição de projetos societários em disputa.

A partir daí, o neoliberalismo propagou-se enquanto ideologia, se tornando lócus do Estado, centralizando os interesses políticos e econômicos em disputa. Como resultado, vivenciou-se na arena brasileira "[...] uma contrarreforma conservadora e regressiva, diferente do que postularam os que projetaram entre as paredes dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações das agências multilaterais" (BEHRING, 2008, p.171).

Para Anderson (1995), o neoliberalismo se constitui uma estratégia de dominação da classe burguesa que tem sua capilaridade nas relações econômicas, sociais e ideológicas. Desta forma, objetiva uma alteração radical do Estado em defesa das liberdades do mercado, enquanto que, por outro lado, reduz ao extremo a proteção à classe trabalhadora.

Nessa medida, as crises econômicas vivenciadas no país representam a própria refuncionalização do processo de acumulação do capital, posto que alteram toda a dinâmica do processo de produção visando a diminuição de custos e, conseqüentemente, o aumento do lucro. Tal fato tem rebatimentos diretos na própria vida dos trabalhadores, uma vez que se constata alterações em suas condições de trabalho provocadas pelos interesses contrários aos de sua classe.

De acordo com Behring e Boschetti (2008) o capitalismo atual tem como marco três processos fundamentais que se articulam entre si como resposta às suas crises: a reestruturação produtiva, a mundialização da economia e os ajustes neoliberais. Dessa forma, a reestruturação produtiva tem como característica central a:

[...] geração de um desemprego crônico e estrutural. Esse desemprego implicou uma atitude defensiva e ainda mais corporativa dos trabalhadores formais e um intenso processo de desorganização política da resistência operária e popular, quebrando a espinha dorsal dos trabalhadores, que, segundo a assertiva neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios, na forma dos direitos sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.124).

Quanto à mundialização da economia, trata-se de:

[...] uma reformulação das estratégias empresariais e dos países no âmbito do mercado mundial de mercadorias e capitais, que implica uma redivisão social e internacional do trabalho e uma relação centro/periferia diferenciados do período anterior, combinada ao processo de financeirização (hipertrofia das operações financeiras). (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.124).

E, no que concerne aos ajustes neoliberais, estes estão relacionados a:

[...] um novo perfil das políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais, bem como um novo padrão da relação Estado/sociedade civil, com fortes implicações para o desenvolvimento de políticas públicas e sociais [...] para a democracia e para o ambiente intelectual e moral, marcado pelo consumismo, hedonismo e autismo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.124).

Nesse quadro, as novas determinações que surgem com a maturação do modo de produção capitalista apontam o paradoxo existente na realidade brasileira: o avanço do capital em detrimento do trabalho. Como corolário, constata-se o aprofundamento das desigualdades sociais, retrocessos em torno dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores, além do surgimento de diferentes formas de precarização das condições de trabalho, lastreamento das privatizações de espaços e políticas públicas, dentre outros.

Caracterizando o período denominado de capitalismo monopolista contemporâneo, pautado no legado de globalização econômica, Netto (1996) afirma que este fez aparecer na arena brasileira transformações societárias que trouxeram à tona novas necessidades sociais, como também mudanças na produção e reprodução da força de trabalho.

Nessa medida, as novas conformações do capitalismo no Brasil, as quais se tornaram mais visíveis a partir da década de 1990, integram um complexo de medidas próprias do receituário neoliberal e ao contexto de “acumulação flexível” (NETTO, 1996).

Situando os impactos desse processo na realidade nacional, verificam-se profundas mudanças nas relações de trabalho que não afetam e alteram apenas as questões relativas ao trabalho, mas também as diversas dimensões da própria vida do trabalhador. Nessa reestruturação do processo de produção, segundo Amaral e César (2009, p.417-418), podem ser observadas diversas iniciativas do capital para intensificar os mecanismos de produção e reprodução da força de trabalho:

a) “Consumo da força de trabalho” – as empresas apropriam-se das inovações tecnológicas que favorecem a “informatização do processo de produção” e, conseqüentemente, exigem “maior qualificação [de] determinados segmentos de trabalhadores”. Assim, as empresas despendem em cursos, treinamento, enfim, de recursos que proporcionem a requalificação da força de trabalho a fim de atender os objetivos e necessidades da acumulação. Esse novo padrão de qualificação, vinculado ao incremento da polivalência e multifuncionalidade, evidencia condições precárias de realização do trabalho, uma vez que “intensifica-se o ritmo de execução das tarefas em prol de maior

produtividade, além de eliminar postos e ocupações, aumentando o desemprego” (AMARAL; CESAR, 2009, p.417).

b) “Controle da força de trabalho” – nesse ponto o enfoque é dado às empresas que aprimoram seus recursos visando “a adesão do trabalhador às metas de qualidade e produtividade” (AMARAL; CESAR, 2009, p.417). Busca-se o distanciamento da defesa coletiva dos direitos do trabalhador na relação salarial, enquanto é difundida a “individualização dos salários”. No acordo direto entre o empregador e o empregado, os sindicatos ficam isolados, enquanto os trabalhadores se distanciam do seu potencial de organização e mobilização política. Instituem-se “critérios meritocráticos de julgamento” sob as orientações de avaliação de desempenho e sob o falso discurso de horizontalidade de tratamento nas relações de trabalho. “Tais estratégias, por sua vez, se associam aos incentivos, que passam a compor o sistema de remuneração, e à ascensão funcional, condicionando-os à geração de resultados” (AMARAL; CESAR, 2009, p.417).

c) “Reprodução material da força de trabalho” – buscando a adesão passiva dos trabalhadores ao seu ideário, a empresa concede ao trabalhador – especialmente, àqueles que integram o núcleo central – diversos benefícios, denominados de “salários indiretos”. Essa “benesse” mascara o interesse em reduzir a intervenção estatal na relação entre o empregador e empregado, ao passo em que há progressiva redução dos direitos sociais e trabalhistas. Percebe-se o deslocamento da proteção do Estado aos trabalhadores para a proteção dos objetivos institucionais. “Com isso, as empresas ampliam os sistemas de benefícios e incentivos, reforçando a dependência dos trabalhadores e intensificando a sua subordinação à disciplina fabril” (AMARAL; CESAR, 2009, p.417-418).

d) “Reprodução espiritual da força de trabalho” – as empresas desenvolvem um “processo de ‘acultramento’” dos trabalhadores, de maneira que afeta não só suas condições materiais, mas também sua subjetividade. Buscam a difusão de ideologias que promovam o envolvimento pacífico dos trabalhadores, em um “novo comportamento produtivo” às novas exigências da acumulação capitalista. Assim,

Disseminando valores e formas de racionalidade, as empresas estabelecem uma lógica menos despótica e mais consensual, envolvente e manipulatória que atinge a consciência, a subjetividade do trabalho e as suas formas de representação. (AMARAL; CESAR, 2009, p.418).

O envolvimento dos trabalhadores com os objetivos da empresa, denominados como “parceiros” e/ou colaboradores, requer a compreensão de que isso exige mais do que a aplicação da força de trabalho. Devem ser valorizadas as diversas necessidades do trabalhador, às quais, segundo Amaral e César (2009, p.418), correspondem às “necessidades fisiológicas, sociais, de segurança, estima e autorrealização”.

Dessa forma, é reconhecendo essas necessidades que as empresas instituem políticas de recursos humanos que impõem o empenho dos trabalhadores com as metas. É assim também que se busca a sua satisfação, enquanto são reduzidos os conflitos, mas mantendo-se o controle sobre as relações e condições de trabalho internas à empresa e a remuneração pela atividade exercida fica atrelada à produção de resultados.

Essas alterações provocadas pelo processo de reestruturação produtiva, que abalizou a década de 1990 e se reverbera nos tempos atuais, configuram um novo contexto nacional marcado por mudanças nas relações de produção e reprodução da força de trabalho. São apresentadas ao trabalhador novas requisições que, agora, não são mais baseadas na coerção, mas pautadas no consenso.

Em face desta acepção, torna-se imperativo, no contexto atual, decifrar as novas estratégias do capital que não estão dadas no cotidiano, mas que se escamoteiam ideologicamente nos mecanismos de intensificação da exploração do trabalho. Sobre tudo porque se verifica que este processo de busca da adesão passiva do trabalhador aos preceitos capitalistas se apresenta nos mais diversos campos e especializações profissionais, incidindo sobre o conjunto da classe trabalhadora.

De acordo com Antunes e Druck (2015, p.23), observa-se na atualidade uma desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global, a qual se expressa por meio da articulação de um conjunto de elementos capitalistas que conformam o mundo do trabalho: "flexibilização, terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade total [...], eliminação do desperdício, "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos [...]”.

Neste cenário, percebe-se o crescimento vertiginoso do trabalho informal desprovido de direitos, sendo a precarização o centro da dinâmica do capitalismo flexível (ANTUNES; DRUCK, 2015). Dessa forma, verifica-se uma era moderna que altera o próprio "modo de ser" da precarização das relações e condições de trabalho no país:

Uma fenomenologia preliminar dos "modos de ser" da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado. Crescentemente a busca da "racionalidade instrumental" do capital vem impulsionando as empresas à flexibilização das relações de trabalho, da jornada da remuneração, reintroduzindo novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal. A substituição do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX e sua substituição pelas modalidades atípicas de trabalho, como o "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário", etc., parecem se configurar como formas de trabalho que permitem aumentar ainda mais as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa [...]. (ANTUNES; DRUCK, 2015).

Diante dessas novas tendências à desconstrução dos direitos do trabalho que se despontam também na realidade brasileira, avista-se o interesse do capital pelo regresso à livre espoliação da força de trabalho que demarcou o período histórico anterior às diversas garantias legais¹⁶ alcançadas por meio de intensa luta dos trabalhadores no país. A precarização do trabalho no contexto atual, portanto, se apresenta sob novas roupagens, mas incorporando velhos interesses burgueses.

O cenário brasileiro atual aponta para uma tendência de verdadeiro desmonte das políticas sociais. Sob a difusão do discurso de que o país está em crise política e econômica, estrategicamente, surgem, por todos os lados¹⁷, exigências sobre a flexibilização das relações do trabalho, o que implica em retrocessos no âmbito dos direitos do trabalho. Com a legitimação do Estado, assistimos a ocorrência de várias medidas que se traduzem em precarização do trabalho, o que deixa visível o posicionamento do Estado brasileiro em favor do grande capital¹⁸.

¹⁶ Como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi instituída no ano de 1943, a Constituição Federal de 1988, dentre outras.

¹⁷ Sem a pretensão de aprofundar este assunto, vale dizer que alguns autores ressaltam a ocorrência de pressões dos países ditos de capitalismo central sobre as políticas públicas adotadas nos países periféricos como o Brasil. Isto ocorre em virtude da relação de dependência, sobretudo econômica, de um país para com o outro. Desta forma, os países centrais exercem grande influência sobre a política econômica adotada no país. Este se constitui apenas um dos elementos que determinam o contexto atual de real desmonte das políticas sociais brasileiras (SADER; GENTILI, 1995; MOTA, 1995; BEHRING, 2008). Registre-se como emblemática, a Proposta de Emenda à Constituição, denominada PEC 55, que foi aprovada pelo Senado em 13/12/2016. Esta PEC, que passou a ser denominada oficialmente, após sua aprovação, de "Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos", foi chamada por alguns de "emenda constitucional do fim do mundo", visto que se constitui um verdadeiro ataque aos direitos sociais da classe trabalhadora. Sob o discurso de uma necessária reforma fiscal, o governo impôs a redução e retirada de direitos dos trabalhadores, como o congelamento de investimentos em políticas de saúde e educação, assim como o congelamento dos salários dos servidores públicos por 20 anos. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>. Acesso em 22 jul. 2017.

¹⁸ Como exemplo, podemos mencionar o Projeto de Lei (PL) 4.302/1998, conhecido como o "projeto da terceirização", que tramitou no Congresso por quase 20 anos. Esta proposta que, recentemente tramitou com prioridade no Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente

É assim que, atualmente, o governo federal busca cumprir a reforma trabalhista, aprovando um conjunto de leis e emendas constitucionais que alteram significativamente os direitos dos trabalhadores. Destaca-se neste pacote de medidas, a alteração do art. 7º da Constituição Federal de 1988, referente aos direitos sociais do trabalhador, o art. 8º relativo à organização sindical, dentre outros¹⁹.

A centralidade do discurso neoliberal no contexto brasileiro, atualmente, está fundamentada na ideia travestida de que a flexibilização das relações do trabalho irá reduzir o desemprego e a informalidade no trabalho. Assim, buscando aumentar a espoliação da força de trabalho e obter consequentemente mais lucro, conservadores e reacionários da classe dominante mascaram seus reais interesses com a difusão de conceitos flexíveis e modernizantes.

Essas artimanhas burguesas, no entanto, não se reduzem ao presente. Particularizando a cultura da crise difundida no Brasil na década de 1980, Mota (1995), sinaliza a interferência dessa cultura na seguridade social. Para ela,

[...] no leito da crise brasileira dos anos 80, vem sendo gestada uma cultura política da crise que recicla as bases da constituição da hegemonia do grande capital.

Dois vetores básicos vêm sendo privilegiados na formação dessa cultura: a defesa do processo de privatização, como forma de reduzir a intervenção estatal, e a constituição do "*cidadão-consumidor*", que é o sujeito político nuclear da sociedade regulada pelo mercado. (MOTA, 1995, p.24) (grifos da autora).

Assim, o resgate da história se impõe como uma necessidade no movimento que se intenta descortinar o real. O estudo do real tem sentido como práxis, o que pressupõe esse movimento contínuo, dirigido aos elementos micro e macroscópicos que determinam e conformam o real, buscando transformá-lo.

Esta reflexão se tornou necessária diante da complexa situação política e econômica que se encontra o país. Sobretudo, considerando o poder ideológico do capital que, por meio de estratégias sutis, captura os interesses de diferentes

Temer, em 31/03/2017. Assim, agora a denominada Lei nº 13.429, se traduz numa verdadeira afronta aos direitos dos trabalhadores. Sob o pretexto de regulamentar a terceirização já existente no país, busca dar respaldo legal para a intensa precarização do trabalho. Com base na lei, é permitido às empresas terceirizarem até mesmo sua atividade-fim, isto é, sua atividade principal no empreendimento realizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em 28 jul.2017.

¹⁹ A proposta de mudança em relação ao artigo 8º da Constituição Federal que trata da organização sindical, expressa na PEC 29/2003 e PEC 121/2003, sob o título "Institui a liberdade sindical", nos traz a questão se de fato a proposta é de "liberdade" ou de impulsionar a fragmentação da organização dos trabalhadores, em um contexto de constantes pressões pela chamada flexibilização com a penalização da "classe que-vive-do-trabalho" (ANTUNES, 2003). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=110958>>. Acesso em 20 jul. 2017.

segmentos de trabalhadores, tanto dos que atuam na base, quanto dos de nível mais elevado de especialização, moldando-os aos interesses da classe dominante.

Na conjuntura atual observa-se que, em meio a esta sedução do capital e verdadeira retração de direitos sociais, os trabalhadores tendem a condições de trabalho cada vez mais aviltantes. Diante do aumento vertiginoso do desemprego, na relação direta entre patrão e empregado, observa-se a ínfima ou, ainda, a própria exclusão de possibilidade de negociação por parte do trabalhador, dadas as suas condições objetivas de sobrevivência condicionadas à oportunidade de trabalho.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a pesquisa mensal de emprego, no mês de fevereiro de 2016, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre²⁰, o número de desempregados no país chegou a dois milhões de pessoas. Mesmo representando apenas o contingente populacional das regiões analisadas, já sinaliza um crescimento exponencial de pessoas sem oportunidade de trabalho. Comparando o mês de fevereiro com janeiro do mesmo ano, pode-se registrar o acréscimo de 7,2% nesta taxa, o que representa mais 136 mil pessoas "desocupadas"²¹ em apenas um mês nessas regiões.

Quanto ao "rendimento médio real habitual dos trabalhadores", o IBGE informa que, comparando o mês de fevereiro do ano de 2016 com o mês de janeiro do mesmo ano, já se pode identificar uma queda de 1,5% na estimativa salarial dos trabalhadores da região pesquisada. Em comparação ao mês de fevereiro do ano anterior (2015), percebe-se uma redução ainda mais significativa em termos percentuais: 7,5% (em termos monetários, significa queda de R\$ 2.407,53 em fevereiro de 2015 para R\$ 2.227,50 em fevereiro de 2016). Tais dados são mais bem ilustrados na tabela 1, a seguir, do IBGE:

²⁰ Dados extraídos da pesquisa do IBGE. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/>. Acesso em: 24 jun. 2016.

²¹ O IBGE utiliza o termo "desocupados" para se referir à população que se encontra desempregada.

Tabela 1 - Rendimento cai e taxa de desocupação sobe no mês.

TAXA	Estimativas (%)			Comparação mensal		Comparação anual	
	fevereiro de 2015	janeiro de 2016	fevereiro de 2016	Var (pp)	Situação	Var (pp)	Situação
ATIVIDADE	55,6	54,8	54,2	-0,6	↓	-1,4	↓
DESOCUPAÇÃO	5,8	7,6	8,2	0,6	↑	2,4	↑

POPULAÇÃO	% em relação a População em Idade Ativa			Estimativas (mil)	Comparação com jan/16			Comparação com fev/15		
	fev/15	jan/16	fev/16		Situação	VAR%	Dif (mil)	Situação	VAR%	Dif (mil)
EM IDADE ATIVA	100,0%	100,0%	100,0%	45.337	→	0,0	-11	↑	1,4	627
ECONOMICAMENTE ATIVA	55,6%	54,8%	54,2%	24.570	↓	-1,2	-292	→	-1,1	-276
OCUPADA	52,3%	50,7%	49,8%	22.555	↓	-1,9	-428	↓	-3,6	-842
DESOCUPADA	3,2%	4,1%	4,4%	2.015	↑	7,2	136	↑	39,0	565
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	44,4%	45,2%	45,8%	20.767	↑	1,4	281	↑	4,5	903

RENDIMENTO MÉDIO REAL

TRABALHADOR	Estimativas (R\$)			Comparação mensal		Comparação anual	
	fevereiro de 2015	janeiro de 2016	fevereiro de 2016	Situação	VAR%	Situação	VAR%
TOTAL	2.407,53	2.262,51	2.227,50	↓	-1,5	↓	-7,5

Fonte: IBGE (2016)²².

Esses dados referentes a uma parcela da população desempregada no Brasil, já apontam os efeitos deletérios da agenda neoliberal em curso no país, que tende a aprofundar a precarização nas condições e relações de trabalho, sobretudo nas condições de vida da classe trabalhadora. Os rebatimentos da política econômica adotada sobre os direitos sociais do trabalho, bem como nas políticas sociais já instituídas, tornam visíveis os interesses políticos dominantes no cenário nacional.

O ataque aos direitos sociais do trabalho pode ser evidenciado na matéria do "Jornal O Globo" online, que, com o tema "Flexibilização da CLT entra na pauta do governo Temer"²³, assim diz:

BRASÍLIA - Enquanto todas as atenções se voltam para as mudanças que o governo pretende fazer na Previdência, discretamente a equipe do presidente interino Michel Temer já desenha outra medida polêmica: a reforma trabalhista. O objetivo é flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir principalmente dos acordos coletivos, para aumentar a produtividade da economia e reduzir os custos dos empresários ao investir.

Dando prosseguimento ao assunto na mesma matéria, Doca (2016) complementa:

²² Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/. Acesso em 24 jun. 2016.

²³ Texto de DOCA, Geralda; de 22/05/2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/flexibilizacao-da-clt-entra-na-pauta-do-governo-temer-19353463>. Acesso em: 22 jun. 2016.

Para vencer resistências, o governo vai insistir na tese da valorização da negociação coletiva e fugir do discurso simplista de que a reforma levará à prevalência do acordado sobre o legislado - em seu governo, Fernando Henrique Cardoso adotou esse discurso e não conseguiu aprovar as alterações. Na prática, disse uma fonte do governo, não é isso, porque os direitos básicos assegurados aos trabalhadores não poderão ser suprimidos com a mudança na lei.

Os riscos iminentes que se apresentam aos trabalhadores no contexto atual podem ser notados, ainda, nos acordos negociados entre o governo federal e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os quais são apontados pelo mesmo jornal:

O ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB-RS), já começou a discutir o assunto com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho - defensor da flexibilização da lei trabalhista. A ideia é ampliar a todos os setores da economia acordos realizados pela Corte para algumas categorias e que preservaram direitos básicos, fazendo uma alteração na CLT.²⁴

Essas reflexões nos remetem ao Projeto de Lei 4193 de 2012 (PL 4193/12)²⁵, que tramita no Congresso Nacional e tem como escopo validar o "acordado sobre o legislado" nas negociações entre patrões e empregados. Sob o pretexto de "modernizar" as relações de trabalho no país, afirma-se que esse PL permitirá que as regras de trabalho definidas em convenções e acordos coletivos de trabalho se sobreponham à legislação. Além disso, tal acordo denota que os trabalhadores organizados poderão definir suas próprias regras, ainda que a lei estabeleça outro tipo de encaminhamento.

Não obstante, observa-se que, na realidade, estamos diante de um discurso fetichizado, onde o que se intenta é aplicar reformas trabalhistas que se traduzem nas mais perversas medidas "antitrabalhistas". Busca-se com esse discurso difundido pelo Estado, a adesão, sem conflitos, dos trabalhadores ao interesse dos empregadores de violar e suprimir os direitos sociais já instituídos.

Tais medidas expressam, ainda, o interesse capitalista em baixar o custo da mão de obra e aumentar o lucro, sem precedentes. Se os trabalhadores não dispõem dos meios de produção, de poder de "negociação" em grau de igualdade com o grande empresariado urbano e rural e, em face do crescente desemprego²⁶, falar em acordo entre patrão e empregado representa, no

²⁴ Idem.

²⁵ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551682>. Acesso em: 27 out. 2016.

²⁶ O IBGE publicizou, no dia 27 de outubro de 2016, dados de pesquisa sobre o desemprego no Brasil. Estes revelaram que o nível de ocupação dos brasileiros teve queda no terceiro trimestre

mínimo, um motejo. Por outro lado, se a legislação trabalhista garante os mínimos sociais para uma vida humana, reduzi-la significa negar direitos fundamentais aos trabalhadores.

Buscando trazer mais fundamentos para esta análise, recorreu-se novamente ao texto de Doca (2016). Ao final de sua matéria, sob o título "CNI quer ênfase na produtividade", a autora indica que o diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, disse que a reforma trabalhista e a regulamentação da terceirização "fazem parte da agenda do setor produtivo, entregue a Temer". Além disso, ainda sobre o diretor da CNI, ela assim se refere:

Ele disse acreditar que as propostas avancem diante da mudança de discurso com Temer no governo. O debate em torno desses temas não pode ser ideológico, disse, e sim levar em conta o aumento da produtividade.

- Simplesmente proteger o trabalhador, esquecendo a sustentabilidade das empresas, a competitividade e a produtividade no ambiente de trabalho, você não conseguirá avançar para uma relação de trabalho mais moderna²⁷.

Os elementos pontuados evidenciam mais uma vez a relação estreita e confortável entre o governo e o capital. Por outro lado, verifica-se que as crises cíclicas do capital representam terreno fértil para o sucateamento das políticas públicas e restrição dos direitos sociais como os do trabalho. E, nesse engodo de um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, são os trabalhadores que sempre pagam a conta da crise²⁸.

As manobras de intensificação da exploração da força de trabalho pelo capital podem ser observadas por diversos ângulos. Conforme a agenda neoliberal vigente, observa-se o total aproveitamento da força de trabalho no "chão da fábrica" e fora dela, sobretudo com a disponibilidade do aporte tecnológico atual. A realização do trabalho não se restringe mais ao espaço da

(julho, agosto e setembro) de 2016. Assim, de acordo com os dados oficiais, na época, existiam no país existem 12 milhões de trabalhadores desempregados. Isto representa um aumento de 3,8% de pessoas sem vínculo formal de trabalho nesse período e equivale a mais 437 mil pessoas desempregadas, em comparação ao trimestre anterior, no mesmo ano. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=3289&busca=>>. Acesso em: 1º nov. 2016.

²⁷ Texto de DOCA, Geralda; de 22/05/2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/flexibilizacao-da-clt-entra-na-pauta-do-governo-temer-19353463>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

²⁸ Dados recentes do IBGE apontam que em maio de 2017, o Brasil contava com 13,8 milhões de desempregados. Isto representa um número maior em comparação ao ano anterior, visto que no trimestre encerrado em abril/2016 apresentou a taxa de 11,2% ao passo que no mesmo trimestre de 2017, o índice foi de 13,3%. Trata-se da maior taxa da série histórica iniciada em 2012. O IBGE revelou ainda queda significativa do contingente de trabalhadores com "carteira assinada". Com base nas análises do trimestre encerrado em maio de 2017, havia no país 33,3 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Isto representa o menor contingente desde 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2017.php>. Acesso em 15 ago. 2017.

empresa, como exemplo: ele invade o cotidiano do trabalhador, apropriando-se de seu tempo excedente, dominando as diversas dimensões de sua vida social.

Dupas (2001, p.25) afirma que,

[...] é certo que a flexibilização propiciada pelas novas tecnologias tem permitido que o processo de geração de excedente no capitalismo atual não mais se restrinja à jornada de trabalho, invadindo os demais momentos do cotidiano do trabalhador, o que cria a ilusão de que o capital aproxima-se do trabalho ao não mais exigir cartão de ponto e ao remunerá-lo por resultado. Na verdade, a flexibilidade propiciada pelas novas tecnologias rompeu as limitações impostas pelas dimensões espaço/tempo, destruindo a verticalização da produção e fragmentando o trabalho para longe de um único espaço físico.

Ora, é dessa forma, portanto, que se observa o lastreamento do subemprego, e ainda, aprofundar-se o desemprego estrutural²⁹, na realidade brasileira. Nessa engrenagem, a maioria dos trabalhadores não tem contado, atualmente, com o mínimo necessário para a sua subsistência, visto que a venda de sua força de trabalho no mercado é a única coisa que dispõe para a manutenção da própria vida.

Estas constatações nos direcionam ao conceito de superexploração do trabalho, defendido por Ruy Mauro Marini (FONTES, 2010; BORGES NETO, 2011; MARTINS, 2013). Para o referido autor, nos países latino-americanos, organicamente moldados por uma economia dependente dos países centrais, observa-se uma superexploração estrutural do trabalho que é decorrente de quatro mecanismos: da redução salarial, da elevação da jornada de trabalho, da intensidade do trabalho e, ainda, por meio da desvalorização da força de trabalho, posto que o aumento da qualificação do trabalhador não resulta no devido aumento de sua remuneração.

Dessa maneira, a superexploração se constitui na medida em que se aumenta o desgaste do trabalhador e este não recebe o equivalente em sua remuneração (FONTES, 2010; BORGES NETO, 2011; MARTINS, 2013). Os mecanismos que conduzem à superexploração podem se desenvolver isoladamente ou de forma combinada, a depender do curso do processo de acumulação do capital. No entanto, sempre se redundam em maior desgaste para o trabalhador, conduzindo-o ao esgotamento prematuro em determinadas condições tecnológicas.

Para Marini (FONTES, 2010; BORGES NETO, 2011; MARTINS, 2013), a superexploração é o resultado de compensações, mediadas por capitais de

²⁹ Entende-se por desemprego estrutural o desemprego como elemento orgânico e produto das novas formas de organização e gestão do trabalho ditadas pelo capital.

menor intensidade tecnológica, no processo de transferência de lucros para os monopólios internacionais. Vale dizer que essas transferências são realizadas no processo de concorrência intrínseco ao capital, além de serem provocadas pela extração da mais-valia e pelos preços de produção.

Nessa dinâmica, a mais-valia se dá, nos países de economia dependente, pela associação tecnológica entre o grande capital local e o capital estrangeiro. Isto implica na reação da média e pequena burguesias para manterem suas taxas de lucro pela via da superexploração do trabalho, uma vez que se encontram impedidos de absorvê-la totalmente no desenvolvimento tecnológico.

Nessa relação de superexploração, são criados mecanismos modernos de regulação do mercado de trabalho, dos quais se apropriam os grandes capitais monopólicos. Isto decorre do fato de que os setores que se encontram abaixo das condições médias de produção, além de estarem condicionados pela situação monopólica, são os que abarcam a maior parte da oferta de empregos.

Em sua "Teoria da Dependência" (FONTES, 2010; BORGES NETO, 2011; MARTINS, 2013), Marini afirma que em países de economia dependente como o Brasil, ocorre o intercâmbio desigual de capitais, o que gera a superexploração da força de trabalho. Disso depreende-se que, numa relação perversa, os países imperialistas, econômica e tecnicamente avançados, são os que pressionam os países periféricos a reduzirem seus preços na concorrência desleal do mercado, o que se retrata na degradação do trabalho humano.

Diante desta circunstância, Marini (apud BUENO; SEABRA, 2010, p.72) acrescenta que:

O fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste da força de trabalho [...] porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; [ou ainda] [...] porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.

Isso explica, no cenário brasileiro atual, o desencadeamento da expansão tecnológica e seu uso, pelos capitalistas, como instrumento potencializador da exploração na dinâmica produtiva, provocando mudanças nas relações sociais, na cultura, no trabalho. E, diante disso, o latente paradoxo entre os avanços tecnológicos característicos de uma sociedade "civilizada" e o lastreamento da superexploração do trabalho.

Desse modo, verifica-se a candente necessidade de serem analisadas as múltiplas determinações históricas que atravessam a realidade do trabalho no

contexto brasileiro. A compreensão das mediações subjacentes à conformação do trabalho na realidade atual exige situá-lo na teia complexa dessas relações do cotidiano.

O exercício analítico exposto ao longo do texto teve a finalidade, ainda, de estabelecer conexões entre as categorias abstratas e a realidade concreta, num movimento que intentou desvelar os fenômenos sociais em sua essência, para alcançar um novo nível de conhecimento sobre a realidade, reconstituindo-a de forma propositiva, como concreto pensado.

Assim, alinhados ao método preconizado por Marx, passa-se ao próximo item, buscando interfaces entre o cenário político-econômico atual e os desafios que estão postos aos trabalhadores assistentes sociais nesse contexto de profundas transformações societárias. Como já visto, os retrocessos do presente rebatem diretamente sobre o conjunto da classe trabalhadora, e, sendo assim, impactam também os trabalhadores assistentes sociais. É sobre esse tema que se constrói o debate que se segue.

2.3

Serviço Social é trabalho

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

Karl Marx

Este item visa destacar, sem a pretensão de esgotar o tema, os conceitos que fundamentam a assertiva de que o Serviço Social é trabalho. Nessa medida, tendo com referência importantes autores que discutem a temática, cujas análises ocupam a centralidade nos debates no Serviço Social, foram desenvolvidos os argumentos que se seguem.

De início, assevera-se que o Serviço Social, enquanto atividade inserida nas relações sociais de produção, se encontra no campo dos serviços, os quais são intangíveis, porém integram o circuito das relações sociais produtivas de acumulação do capital. Trata-se do trabalho abstrato que, embora seja considerado como trabalho "improdutivo", por não compor, diretamente, a produção material, são os serviços que agregam valor ao produto no processo de produção capitalista.

Para Marx, tanto a atividade concreta quanto a abstrata inserida nas relações sociais de produção material, se constituem trabalho e, portanto, são dotadas de valor. O trabalho é o único elemento que gera valor nessa relação orgânica do capital, e é o tempo dispensado para a produção de uma mercadoria que vai determinar o seu valor. Ou seja:

Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado. Portanto, em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto e recebe assim seu valor no produto. (MARX, 1985b, p.166).

A diferença substancial entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo se encontra na premissa marxiana que distingue o trabalho que gera um produto para a satisfação das necessidades humanas, isto é, dotado de "valor de uso", do trabalho que gera lucro, "mais valia", no processo de acumulação do capital. Assim, para Marx (1978, p.72):

Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para consumi-lo como *valor de uso*, como *serviço*, - e não para colocá-lo como *fator vivo* em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção -, o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu *valor de uso*, não como trabalho que gera *valores de troca*; consome-se-o *improdutiva*, não produtivamente. (grifos do autor).

Mais adiante, Marx (1978, p.73) esclarece esta assertiva:

Assim como as mercadorias que o capitalista compra para consumo privado não são consumidas produtivamente, não se transformam em *fatores do capital*, tampouco isso ocorre com os *serviços* que compra para seu consumo por vontade própria ou forçado (ao Estado etc.), por causa do seu *valor de uso*. Eles não se convertem em fator do capital. Por conseguinte não são trabalhos produtivos e seus executantes não são *trabalhadores produtivos*. (grifos do autor).

Os serviços, portanto, correspondem a trabalhos que não se separam dos seus trabalhadores, como um produto material (MARX, 1978). Esse trabalho abstrato, no entanto, pode se constituir produtivo ou improdutivo, a depender das

condições objetivas em que este trabalho se opera. Tal fato é elucidado nas colocações marxianas:

Um trabalho [...] pode ser, portanto, produtivo e improdutivo. [...] Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que *produz* diretamente capital. (MARX, 1978, p.76) (grifos do autor).

Assentado nesse fundamento, a adoção do conceito que defende a profissão como uma especialização do trabalho, portanto, se constitui um marco no Serviço Social. Esta nova concepção busca consolidar o rompimento com o histórico conservadorismo que permeou o exercício profissional dos assistentes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991). De outro ângulo, transfere a objetividade social do trabalho dos assistentes sociais a outros interesses vinculados a uma classe, a classe trabalhadora.

Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (1991, p.272):

Como trabalhador assalariado, o Assistente Social aparece como produtor de serviços - não diretamente produtivos - que são, no entanto, necessários à existência e maior produtividade dos trabalhos diretamente produtivos, fato no qual coincide com outras tantas *funções técnicas*. (grifos dos autores).

Desse modo, cabe registrar que esse entendimento tem sua origem no ano de 1982, impulsionado através das reflexões contidas na obra "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica" de Iamamoto e Carvalho (CARVALHO, 2016).

A partir das provocações teóricas ensejadas pela aproximação entre o Serviço Social e o marxismo, apresentadas no referido livro, o debate sobre o tema se intensificou no seio da categoria. Nessa medida, uma importante expressão do reconhecimento de que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, por parte dos assistentes sociais inseridos no contexto brasileiro, foi a inserção deste conceito nas Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), no ano de 1996 (CARVALHO, 2016), que, no mesmo ano, passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(ABEPSS)³⁰. Cabe registrar, este fato construído por meio do processo de renovação curricular, representou uma significativa inovação no Serviço Social.

Esta acepção, no entanto, não é absoluta na profissão. Apesar de sua incontestável e sólida fundamentação teórica, existem outros autores que, pautando-se num entendimento diverso, defendem que o Serviço Social não é trabalho.

Partilham dessa perspectiva autores como Sergio Lessa (2000, 2012), Gilmaísa M. da Costa (2000, 2011), dentre outros, os quais defendem que o Serviço Social não é trabalho porque não realiza o intercâmbio orgânico com a natureza; não a transforma em bens materiais necessários a reprodução social.

Lessa (2012, p.16) afirma que a identificação do Serviço Social com o trabalho está também vinculada à sua aproximação com as Ciências Humanas. Contrapondo-se a esta acepção, faz a distinção entre a práxis dos operários e a práxis dos assistentes sociais, destacando que, quanto a estes últimos, fazem a mediação da ideologia junto a outros indivíduos; na sua atividade profissional não há matéria prima, nem um "produto final" (2012, p.66), o que os diferem dos primeiros.

Ou seja, como a atividade profissional dos assistentes sociais não corresponde à transformação da natureza, está inserida em um complexo social, ideológico, atuando na organização da vida social para efetivar a produção.

Assim, Lessa (2012, p.72), afirma que,

O assistente social, portanto, não apenas não "trabalha" como o operário, como ainda é um "trabalhador" distinto do operário [...] suas práxis são muito distintas; atendem a funções sociais muito diferenciadas e, além disso, pertencem a distintas classes sociais [...] o assistente social pertence às "classes de transição" - cumpre, portanto, uma função social diversa, na reprodução da sociedade burguesa, da do proletariado.

Sob outra ótica, Iamamoto (1999, p.67) destaca que "o trabalho do assistente social tem um efeito nas condições materiais e sociais" dos usuários dos seus serviços. Isso ocorre, essencialmente, por meio da prestação dos serviços sociais à população. Desta forma, o trabalho do assistente social é partícipe do processo de produção e reprodução da força de trabalho, na medida em que através de sua atividade, contribui, no processo coletivo, com a

³⁰ A mudança do nome da ABESS para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) se explica no entendimento de que o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis. A inovação está assentada ainda, na "articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis" (ABEPSS). Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/historia-7>>. Acesso em 28 mar. 2018.

produção do valor e, conseqüentemente, com a dinâmica de acumulação do capital.

Para além do trabalho do assistente social que resulta num determinado produto concreto, o Serviço Social possui uma objetividade que é social. Através do seu trabalho, o assistente social não trabalha somente com a viabilização do acesso aos recursos materiais necessários para o atendimento das necessidades básicas dos usuários do Serviço Social. Sua atuação também incide sobre o conhecimento, sobre os valores, sobre a cultura, enfim, sobre a vida dos sujeitos, com os quais lida no seu cotidiano de trabalho (IAMAMOTO, 1999).

A partir dessas inferências, pode-se aduzir que é nessa relação complexa entre trabalho concreto e trabalho abstrato, intrínseca à lógica capitalista, nas relações sociais de produção, que o Serviço Social se constitui socialmente necessário para a realização do trabalho coletivo.

Nesse prisma, a compreensão da profissão Serviço Social se perfila como uma especialização do trabalho coletivo, instituída historicamente como atividade auxiliar para desempenhar o papel de intermediador entre os interesses dos trabalhadores e da classe dominante, sendo seu papel principal o de legitimar os interesses desses últimos junto à população.

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. (IAMAMOTO; CARVALHO 1991, p.94).

A concepção do Serviço Social como “uma especialização do trabalho, uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo em sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p.22), se reporta ao entendimento de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho afetam não só as demais especializações do trabalho, como também a atividade do assistente social. Ainda que seja um “intelectual” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991) mediador, esse profissional também é afetado pelas novas mudanças adensadas pelo capital, as quais, circunscritas nas bases produtivas, dão forma a um novo padrão de organização e gestão do trabalho.

Nessa medida, os retrocessos desencadeados pelo capitalismo contemporâneo podem ser evidenciados no cotidiano do trabalho do assistente social que observa o impacto dessas mudanças em suas próprias relações de trabalho. A isto se vincula, ainda, a questão de que o sucateamento das políticas

sociais, associado ao progressivo desemprego, às pressões por flexibilização e restrição de direitos no campo do trabalho, aprofundam a desigualdade social por um lado e, por outro, tornam também precários os serviços sociais.

Raichelis (2011) argumenta que, em virtude dos impactos da reestruturação produtiva nas condições de vida e saúde dos trabalhadores, percebe-se volume expressivo de estudos de assistentes sociais que se indignam em face da exploração a que os trabalhadores se encontram submetidos. No entanto, deflagra-se na referência profissional a esse objeto de análise uma relação exterior, desprovida da concepção de sujeitos da mesma classe. Vejamos:

Verifica-se a mesma tendência no debate sobre a saúde do trabalhador. De modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora, não incluído aí o assistente social como *sujeito vivo* do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos. (RAICHELIS, 2011, p.426).

Tais apontamentos remetem à reflexão sobre a necessidade de se debruçar sobre a própria realidade de trabalho, compreendendo o assistente social também como trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 1999). Isto é, o desafio de analisar as estratégias sutis do capitalismo que afetam o cotidiano de trabalho desse profissional, moldando-o por meios velados, com o fito de contribuir para o processo de se alcançar lucro constante.

O entendimento do assistente social como trabalhador especializado, que, como qualquer outro trabalhador, vende sua força de trabalho no mercado profissional em troca de um salário é, portanto, imprescindível, para que através da própria vivência, da experiência profissional, sejam planejadas ações eficazes, mais condizentes, também, com a garantia dos direitos dos trabalhadores usuários dos serviços.

Nesse sentido, Freire (2010) acrescenta que o avanço nos mecanismos de controle social frente à contradição existente nos diferentes espaços de trabalho e sua superação demanda fortalecimento no que tange à articulação com os movimentos sociais e organizações mais autônomas de trabalhadores. A superação de expressões da questão social relacionadas ao trabalho, que afetam os diversos trabalhadores das diferentes categorias profissionais, demanda a construção de uma identidade ampliada de classe. Isso requer "um

longo processo de maturação, para maior qualidade do processo de politização. Este inclui a análise das opções políticas além das aparências e da mídia dominante [...]". (FREIRE, 2010, p.307).

Por outro lado, essas premissas se tornam ainda mais intrigantes, considerando a transversalidade da categoria trabalho. Se se parte do entendimento que a discussão sobre o sujeito trabalhador não pode ser destituída dos aspectos determinantes do trabalho na vida deste, também não é possível a reflexão sobre o trabalho descolada dos seus operadores. De acordo com Stampa (2012, p.41), "não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, porque não há trabalho sem sujeito. Seja o sujeito hegemônico, que é o capital, o capitalismo, o capitalista, seja o sujeito realizador do efetivo trabalho, que é o trabalhador".

Sob essa concepção, considera-se que a análise sobre estudos recentes que contemplem a realidade atual, na qual os trabalhadores assistentes sociais se encontram inseridos, constitui-se uma necessidade urgente. Uma vez que o trabalho possui papel central na vida humana, buscar a compreensão das relações sociais, dos processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se encontram inseridos, torna-se imprescindível para a difusão do conhecimento construído na área e elaboração de ações estratégicas, criativas, propositivas e transformadoras.

A relevância dos estudos que caminham nesta direção se encontra na possibilidade de produzirem contribuições para o debate sobre o assunto, suprimindo a lacuna existente neste campo temático. Acredita-se que por meio da realização de pesquisas sobre o trabalho do assistente social, outras contribuições se tornarão viáveis como proposições atuais para o fortalecimento da organização dos assistentes sociais enquanto sujeitos trabalhadores.

Posto isso, um dos desafios dessa categoria profissional se encontra no aprofundamento da análise sobre os processos de trabalho nos quais o serviço social se insere, compreendendo o assistente social também como trabalhador e sujeito social em sua totalidade.

Iamamoto complementa essa discussão, sintetizando que é necessária a análise da profissão em sua totalidade, sob o risco de se obter uma visão unilateral da realidade:

[...] Em síntese, o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam

elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social. (IAMAMOTO, 1999, p.27).

Tendo por referência a política econômica adotada no país, calcada no modelo neoliberal, entende-se que, no contexto atual, onde existir força de trabalho vivo e relações de trabalho baseadas no processo de acumulação do capital haverá a necessidade do desenvolvimento de potencialidades em direção a uma consciência crítica e reflexiva, frente às condições de vida e de trabalho. Assim, considera-se imprescindível para a intervenção qualificada no presente, a acepção crítica sobre os desafios postos ao trabalhador assistente social na contemporaneidade.

Assim, alinhados ao método preconizado por Marx, seguir-se-á ao próximo capítulo desta dissertação, buscando interfaces entre o cenário político-econômico atual e os desafios que estão postos aos trabalhadores assistentes sociais nesse contexto de profundas transformações societárias.

Como já indicado, os retrocessos do presente rebatem diretamente sobre o conjunto da classe trabalhadora, e, sendo assim, impactam também os trabalhadores assistentes sociais. É sob essa perspectiva que se assenta o capítulo que se segue, apresentando uma cartografia sobre estudos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, bem como reflexões sobre as perspectivas que nortearam as dissertações e teses que se constituíram objeto desta pesquisa.

3

A produção do conhecimento sobre o trabalho do assistente social: "estado da arte"

Neste capítulo buscou-se caracterizar o que se convencionou chamar de "estado da arte" acerca do debate sobre o trabalho do assistente social. Nessa medida, apresenta um retrato da realidade atual em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais, a partir da análise das produções acadêmicas que se constituíram objeto de pesquisa, as quais estão vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social circunscritos no estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2016 (teses e dissertações disponíveis elaboradas nos últimos cinco anos).

Para o desenvolvimento desta parte da dissertação foi problematizado o objeto central do estudo proposto, enfatizando as indagações perseguidas no desenvolvimento da pesquisa. Nesse ponto, são levantadas reflexões com base em autores que se constituem referências no campo abordado.

Como já citado na introdução, optou-se, para essa análise, por uma pesquisa qualitativa, em que foi utilizada, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica. Em face dessa perspectiva, a análise, referenciada em autores clássicos sobre os temas trabalho e Serviço Social, buscou a apreensão dos aspectos que os inter-relacionam, de forma reflexiva e propositiva.

Nesta direção, a questão central da pesquisa é: o que revelam os estudos produzidos na área de Serviço Social, na contemporaneidade, sobre o trabalho do assistente social? Diante deste desafio, e alinhada ao método marxiano, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida buscando as conexões entre a revisão teórica realizada e os dados da realidade que se buscou conhecer.

Este capítulo, composto de três itens, ao estabelecer elos entre as discussões levantadas, apresenta o "estado da arte" sobre o trabalho do assistente social na contemporaneidade, revelando os dados alcançados por meio da pesquisa realizada sobre a produção de conhecimento³¹, na área de Serviço Social, que tomou como objeto de reflexão o trabalhador assistente social.

³¹ Considera-se a produção do conhecimento como uma particular produção que compõe a produção em geral na atual formação econômico-social.

3.1

O trabalho do assistente social: desafios do presente

O capitalismo necessita, no seu momento atual, de flexibilizar brutalmente as relações de trabalho, de expulsar o trabalho vivo dos ordenamentos jurídicos, para poder potenciar ao máximo sua intervenção na história.

Edmundo Dias

Conforme já exposto no capítulo anterior, a ofensiva neoliberal e o processo de reestruturação produtiva afetou profundamente a "classe que vive do trabalho" (ANTUNES, 2008). Assiste-se, no país, ao aviltamento dos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores, cuja maior expressão se encontra na flexibilização/fragilização das relações de trabalho, no desemprego, dentre outros.

As mudanças operadas no universo do trabalho, forjadas pelo processo de reestruturação produtiva desencadeado no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, dá forma a um novo modelo de sociabilidade que rege não apenas as relações de trabalho, mas também os demais âmbitos da vida social. Como corolário, assiste-se a expansão do fenômeno da acumulação flexível que se traduz efetivamente em total desregulação das relações de trabalho e garantias trabalhistas, ao passo em que, pela máxima exploração do trabalho, é que se produz o acúmulo de riqueza.

Diante dessa lógica, se sobressaem os altos níveis de desemprego, evidenciando seu caráter estrutural. Além disso, lastreia-se o trabalho precarizado, o subemprego, uma vez que os diversos trabalhadores não vislumbram alternativas à sujeição a essas formas de exploração para se manterem vivos.

Tais fatos, além de submeterem a própria vida ao trabalho, resultam na fragmentação dos trabalhadores, visto que têm a sua organização política prejudicada seja pelo domínio do seu tempo, seja pela produção da insegurança e receio do desemprego, seja pela incorporação da ideologia burguesa dominante que gera a resignação.

Os retrocessos desencadeados pelo capital, portanto, atingem diretamente a classe trabalhadora. Disso depreende-se que a articulação entre a reestruturação produtiva e a instituição de um Estado neoliberal se traduzem em consequências nefastas para o conjunto dos trabalhadores, impactando,

também, o trabalho e a própria vida dos assistentes sociais, como se buscou demonstrar anteriormente.

Nessa medida, no processo de desenvolvimento desta pesquisa, deparou-se com a formatação de novos tipos de trabalho do assistente social que se alinham a essa nova ordenação do capital. Disso decorre que diferentes expressões de precarização do trabalho do assistente social são disseminadas na contemporaneidade.

No intento de descortinar o real, observou-se que, sob a roupagem do moderno e imiscuídas no discurso de que são importantes porque se constituem oportunidades de trabalho para os assistentes sociais, novas formas de precarização do trabalho podem ser assimiladas. À vista disso, saltou aos olhos a pesquisa desenvolvida por Gomes (2015a; 2015b), que teve por objeto o estudo de duas modalidades de "consultoria" externas contemporâneas, desveladas como duas expressões atuais do trabalho precarizado do assistente social que predominam nas empresas que operam no território nacional.

Estas modalidades de "consultoria", cabe mencionar, se destacam pelo grau de absorção da força de trabalho dos assistentes sociais e por dotarem de significado inverso o sentido original do termo, sobretudo se considerada a acepção adotada sobre consultoria em Serviço Social³².

Verificando-se o valor semântico da palavra consultoria, entende-se que o termo se refere ao parecer concedido por profissional ou empresa reputada especialista em determinado assunto. Nas palavras de Vasconcelos, é assim que se constitui a consultoria:

Frequentemente para que uma equipe ou assistente social solicite um processo de consultoria, é necessário que já tenha passado, ainda que precariamente, pela elaboração de um projeto de prática, objetivando, com a consultoria, respostas para algumas questões pontuais que dificultam o encaminhamento do mesmo (VASCONCELOS, 1998, p.128).

De acordo com Gomes (2015a), no universo dessas "consultorias" externas, existem, por um lado, as especialistas em Programas de Assistência ao Empregado (PAE) e, por outro, as especialistas em Serviço Social. Em ambas as frentes, o Serviço Social se insere como uma forma de atendimento aos trabalhadores. Dessa maneira, o assistente social, de uma ou outra forma, presta serviço para uma empresa.

³²É por esta razão que, ao fazer referência às chamadas assessorias que representam formas de terceirização e precarização do trabalho do assistente social, foram inseridas aspas à palavra, alinhando-se às elucubrações da autora citada.

Vale dizer, no entanto, que o assistente social se vincula às empresas, na forma da prestação do serviço de "assessoria" por diversas formas, "com ou sem carteira assinada" (GOMES, 2015a, p.372). Desse modo, são observadas, nesses modelos de "assessorias" prestadas por trabalhadores assistentes sociais, formas mais tradicionais de terceirização, vínculos flexíveis e informais de trabalho.

Quanto à primeira, se referem às empresas de "assessoria" que desenvolvem os PAE's, onde são organizados módulos de atendimentos focais, efetuados por especialistas de diversas áreas do conhecimento contratados por essas instituições. As empresas que comprem os serviços de "assessoria", "escolhem as modalidades que irão compor aos seus programas" (GOMES, 2015a, p.372). Nessa modalidade, por meio da "assessoria", o Serviço Social se insere neste espaço socio-ocupacional como uma das "especialidades de atendimento" dentre outras alternativas (GOMES, 2015a, p.372).

Assim, nos PAE's, as denominadas "assessorias" se traduzem em atendimentos pontuais. O atendimento denominado "focal" pode também ser chamado de breve e, como se não bastasse essa limitação, estas "assessorias" estão subordinadas ao controle do tempo do atendimento destinado ao trabalhador: "o serviço limita o número de atendimentos por questão a ser solucionada. Nessa modalidade o trabalhador não dispõe de tempo indeterminado para o atendimento de suas necessidades" (GOMES, 2015a, p.372).

Essa forma de assessoria que insere o Serviço Social nos PAE's apresenta risco de que sejam resgatadas, por algumas assistentes sociais, práticas funcionalistas, com propostas de ajustamento social, similares às adotadas de maneira recorrente antes da adoção do atual projeto profissional crítico do Serviço Social. Por outro lado, as limitações impostas por este serviço, sugerem outra direção divergente da proposta pelo projeto ético-político do Serviço Social.

No que se refere à segunda modalidade citada, trata-se das denominadas "consultorias externas especializadas em Serviço Social" (GOMES, 2015a, p.373). Nestas, os programas e projetos são construídos conforme as requisições das empresas, mas não predefinidos totalmente, apresentando certa maleabilidade em sua elaboração, o que a difere do modelo anterior. Além disso, este modelo não tem a forma de atuação focal nem delimita o número de atendimentos realizados pelas "assessorias" como o primeiro.

Apesar dos aspectos que diferenciam um modelo de assessoria do outro, ambos compõem um conjunto de interesses do mercado, principalmente no que concerne aos custos provenientes da relação de compra e venda da força de trabalho. Neste circuito, é oportuno dizer que novas formas de precarização de trabalho se avultam no século XXI sob o fetiche do novo, do inovador, atravessando diferentes espaços socio-ocupacionais e requisitando diferentes trabalhadores, sendo estes, também, os trabalhadores assistentes sociais.

Outra forma contemporânea de vínculo precário do trabalho dos assistentes sociais diz respeito à contratação por meio de "pregão". Nessa forma de contratação, via de regra, o órgão público (forma de contratação mais difundida em municípios do interior do Estado), divulga por meio de edital a contratação de assistentes sociais. Assim é aberta a "livre concorrência" entre os assistentes sociais no que concerne à venda de sua força de trabalho, ocupando as vagas os assistentes sociais que oferecem menor preço pela "oportunidade" de trabalho.³³

Tal fato também foi evidenciado por Costa (2014, p.372) em suas análises sobre o trabalho dos assistentes sociais nos municípios cearenses:

Além disso, outro elemento encorpa essa situação, como o do modelo adotado por alguns municípios cearenses que abrem processo licitatório do tipo menor preço para contratar assistentes sociais. O profissional segue na data e horário previsto para a abertura dos envelopes nos quais estão escritos os preços dados pelos assistentes sociais e é contratado aquele que lança o menor preço da sua força de trabalho. Essa situação foi verificada em publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, que divulgava a licitação em um determinado município.

Nessa linha, cumpre destacar que a desqualificação e desregulamentação do trabalho do assistente social são naturalizadas nos processos de fetiche do capital que se expandem no país. Isto confirma as colocações de Antunes (1996, 2008), assim como as de Iamamoto (1999, 2007), destacadas no capítulo anterior, as quais discorrem sobre a dinâmica atual de espoliação do conjunto dos trabalhadores imiscuída em novas formas de organização e realização do trabalho.

³³ Por meio de pesquisa junto às plataformas digitais de diferentes unidades federativas, pode ser observado o lastreamento da precarização do trabalho do assistente social com os contratos de trabalho firmados por meio de "pregão". No Estado do Rio de Janeiro podemos mencionar o pregão realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), conforme edital publicado no ano de 2012, disponível em: <http://r1.ufrj.br/graduacao/arquivos/Edital_Selecao_Assistente_Social.pdf>. Acesso em 29 nov. 2017. Além deste, podemos citar o recente pregão realizado no município de São Pedro da Aldeia, disponível em: <<http://webservice.npibrasil.com.br/wportal/arquivo.ashx?id=371d6920-f3fa-45a3-b136-f62ae50fcfb>>. Acesso em 28 nov. 2017.

Em análise sobre o assunto, Silva (2013, p.126) exemplifica a complexidade dessa tendência atual que se espalha no estado do Ceará e incide sobre os trabalhadores assistentes sociais:

Outro aspecto que parece indicar a referida naturalização foi o episódio ocorrido em relação ao estágio supervisionado em Serviço Social. Conforme citamos, a região conta com três cursos de Serviço Social, o que implica muitos alunos em campo de estágio. O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do Ceará determinou que fossem suspensos os estágios realizados em Instituições cujos (as) profissionais não tivessem vínculos permanentes com a Instituição, justamente em decorrência da grande quantidade de profissionais atuando na modalidade de serviços prestados. A suspensão não durou 15 dias, dado o reconhecimento do CRESS de que praticamente todos os espaços sócio-ocupacionais têm assistentes sociais trabalhando nessas condições de contrato temporário, via licitação.

Sobre essa e outras formas atuais de precarização do trabalho do assistente social, Costa (2014, p.372) menciona, com base em pesquisa realizada com assistentes sociais no município de Fortaleza/CE, que determinadas instituições contratam assistentes sociais como "assistentes técnicas" para realizarem atribuições específicas de assistentes sociais. Assim, além de desqualificarem o trabalho do assistente social, se apropriam dessa estratégia como meio de "baratear" a mão de obra deste trabalhador.

Diante desse quadro, Costa afirma que (2014, p. 372):

Outro fenômeno de grande relevância nesse processo é a crescente terceirização, que ganha espaço nas instituições públicas do Estado. Este fenômeno vem também afligindo uma parte significativa de profissionais do Serviço Social que ingressa no mercado de trabalho por essa via e por contratos temporários, a exemplo das entrevistadas da pesquisa realizada com as profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do município de Fortaleza/CE: das seis, apenas duas eram concursadas, as outras eram terceirizadas, e ainda havia os casos nos quais as profissionais eram contratadas como assistentes técnicas e exerciam a função de assistente social.

Com base nesses exemplos, podemos aduzir que estamos diante de uma lógica de mercadorização das políticas sociais, das relações de trabalho, enfim, da própria vida, que abarca o conjunto dos trabalhadores, inclusive os assistentes sociais. Dessa forma, desvelar os mecanismos ocultos de acumulação do capital que se concentram na expropriação do trabalho e da própria vida dos trabalhadores é, portanto, um imperativo no Serviço Social.

Esta realidade incide no projeto ético-político do Serviço Social, o qual propõe não resguardar apenas o exercício profissional dos assistentes sociais, mas também define um claro compromisso com os interesses da classe trabalhadora, estando, portanto, em uma relação antagônica com o projeto

societário hegemônico. Por outro lado, enquanto trabalhadores inseridos na divisão social e técnica do trabalho, os assistentes sociais também ficam sujeitos a todas as vicissitudes operadas pela ofensiva neoliberal, em patamar de igualdade aos demais trabalhadores.

Esse debate nos reporta às análises desenvolvidas no âmbito do Serviço Social, sobretudo se observarmos as questões que envolvem os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se encontram inseridos. Nessa medida, cabe ressaltar o documento denominado "Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde" (CFESS, 2010), fruto de reflexões coletivas da categoria. Ele nos adverte quanto ao desmonte das políticas públicas de saúde na conjuntura atual e à necessidade de articulação política entre o conjunto da classe trabalhadora:

A nova configuração da política de saúde vai impactar o trabalho do assistente social em diversas dimensões: nas condições de trabalho, na formação profissional, nas influências teóricas, na ampliação da demanda e na relação com os demais profissionais e movimentos sociais. Amplia-se o trabalho precarizado e os profissionais são chamados a amenizar a situação da pobreza absoluta a que a classe trabalhadora é submetida. (CFESS, 2010, p.23).

Esta reflexão, embora recortada no campo político da saúde, nos traz inquietações sobre o trabalhador assistente social na contemporaneidade. A política de saúde representa o espaço que tem garantido maior empregabilidade para os trabalhadores assistentes sociais na atualidade, seguida pelas políticas de assistência social, previdência social, habitação, educação e o campo sociojurídico (ALMEIDA; ALENCAR, 2015). Entendendo que este é um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho e, ainda, um operador de políticas públicas, além do impacto sofrido diretamente em suas condições de trabalho, não seria afetado também pela precarização do trabalho e sucateamento de políticas públicas que atingem outros sujeitos trabalhadores usuários de seus serviços?

Não obstante esses conflitos presentes no cotidiano do trabalho pontua-se que a desconsideração sobre a importância de estudos e atenção sobre as relações e condições de trabalho do assistente social, bem como sobre os processos velados de violação dos direitos desses trabalhadores, nos diversos espaços socio-ocupacionais, podem implicar na redução do próprio "fundo de vida" destes (LUCE, 2013). Isto é, as novas conformações do mundo do trabalho, que tendem a espoliar gradativamente a força de trabalho com mais intensidade, através de diferentes estratégias, comprometem a força física e

psíquica do trabalhador a tal ponto que se apropriam até mesmo da expectativa de vida destes sujeitos.

A invisibilidade desses processos de apropriação da força de trabalho pelo capital, como mercadoria que deve ser explorada ao extremo, reifica e aprofunda as diferentes formas de precarização do trabalho, inclusive dos assistentes sociais. A pesquisa sobre a realidade concreta vivida por esses trabalhadores, portanto, torna-se essencial, já que o processo de reestruturação produtiva desencadeado no país nos impõe novos desafios tanto no âmbito técnico-operativo, quanto no plano do conhecimento.

Nessa medida, descortinar os processos aviltantes de trabalho nos quais os assistentes sociais se encontram inseridos pode significar, com o mesmo peso, a defesa dos direitos humanos:

Assim, direitos humanos se relacionam a necessidades como saúde; educação; assistência social; moradia digna; liberdade de expressão; participação política; direito de ir e vir; liberdade religiosa ou de não ter confissão religiosa; livre orientação e expressão da diversidade sexual; igualdade de gênero; igualdade étnico-racial; **direitos do mundo do trabalho**; direito à terra e à cidade e inúmeras outras dimensões da vida dos sujeitos sociais. (CRESS/7ª REGIÃO, 2013, p.4). (grifo meu).

Em face dessas análises, está posto, particularmente ao assistente social, o desafio de atuar na contramão das tendências que redundam em devastadoras violações de direitos dos trabalhadores. O compromisso ético-político desta categoria profissional exige a denúncia desses processos fetichizados pelo capital no cotidiano dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2007). Isto também demanda "[...] a pesquisa como transversal ao trabalho profissional" (OLIVAR, 2010, p.131).

Disso decorre que compreender amplamente as condições e relações de trabalho do assistente social, na atualidade, pressupõe também buscar compreender a dimensão subjetiva de sua intervenção. Isto é, perceber a forma como esse profissional identifica o significado do seu trabalho e em que direção política se apoia a sua intervenção profissional. Esta consideração se torna importante na medida em que as respostas profissionais apresentadas pelos trabalhadores assistentes sociais, inseridos nos diferentes espaços socio-ocupacionais, estão intrinsecamente vinculadas aos seus valores, às suas concepções, bem como ao seu posicionamento ético-político.

A conformação do trabalho do assistente social se constitui num complexo *mix* de condições objetivas e subjetivas que exige ir além das aparências para decifrá-lo. Desta forma, Guerra (2007a, p.3) afirma que:

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas.

Nisto também reside a visão de que, sendo qualificado como trabalhador especializado (IAMAMOTO, 1999), o assistente social se encontra inserido nesta realidade, seja como sujeito trabalhador, imbricado na relação entre patrão e empregado, seja como operador terminal de políticas sociais (NETTO, 1992), seja como profissional competente na gestão da política social (MATOS, 2006). Daí a necessidade de permanente análise sobre a realidade na qual se inserem os trabalhadores assistentes sociais, desvelando seus aspectos determinantes.

Nesse sentido, depreende-se que os desafios atuais postos ao trabalhador assistente social são maiores, uma vez que a alteração das requisições profissionais ocorre, paralelamente, ao sucateamento das políticas públicas, afetando diretamente o exercício profissional do assistente social, visto que este se constitui também um executor de políticas públicas.

Assim, acredita-se, a intervenção qualificada, competente, propositiva, a qual, além de ser prevista no Código de Ética Profissional do Serviço Social (CFESS, 1993), constitui-se demanda do nosso cotidiano.

Para Guerra (2007b, p.16), este é o principal desafio da categoria:

Aqui se localiza o desafio central para o assistente social, que é o de fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que ele se encontra inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços, o que significa examinar os fundamentos, analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los.

A materialização de um trabalho nesta direção, portanto, torna imprescindível a pesquisa sobre os fenômenos sociais envolvidos nesse processo. Em acordo com esse entendimento, Iamamoto (2007, p.200) afirma:

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais - dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras [...]. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia [...].

Nesses termos, é a partir da dinâmica contraditória da realidade que se encontram alternativas consoantes à construção de um novo padrão de sociabilidade democrática, onde se perceba a efetiva consolidação dos direitos sociais e humanos. Para tanto, Iamamoto (2007, p.208) afirma que é necessário um profissional com "perfil profissional culto, crítico, e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais". Isso requer compromisso ético-político e análise da realidade baseada na teoria crítica.

Somada a essas ferramentas, a pesquisa da realidade permitirá ao assistente social "decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam." (IAMAMOTO, 2007, p.208).

Além dessas considerações, nota-se, ainda, a existência de dois projetos profissionais em disputa no âmbito do Serviço Social: um conservador, que reforça a alienação e violação dos direitos sociais, e outro reconhecido legalmente e legitimado pela categoria profissional. Sendo este último, por sua vez, o que norteia as ações em direção a um projeto de interesse da classe trabalhadora, que visa, acima de tudo, a apropriação coletiva da riqueza socialmente produzida, compete ao assistente social comprometido com os princípios éticos profissionais, vincular-se a ele.

Assim, a intervenção do assistente social nas diferentes políticas públicas pressupõe uma direção política do trabalho, seja a conservadora ou a radical transformadora. Diante dessa concepção, torna-se imperativo, no contexto atual, a luta pela reafirmação dos valores fundamentais em que se assentam o Serviço Social, seja no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, seja em outros espaços coletivos de intervenção.

Congruente com esta assertiva, Iamamoto (2007, p.208) afirma que:

[...] impulsionar a construção de outro padrão de sociabilidade regido por valores democráticos, requer-se a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada. [...] Exige-se para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social.

De outro ângulo, é sob a perspectiva política acertada para a profissão que segue a luta pela superação do pragmatismo e conservadorismo que, apesar dos avanços alcançados historicamente no Serviço Social, ainda se observa no Serviço Social.

Nesses termos, é preciso elucubrar que:

Ao mesmo tempo, para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso considerar também, e de forma nem sempre convergente, o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, a intencionalidade de suas ações, as justificativas que elabora para legitimar sua atividade - que orientam a direção social do exercício profissional. (RAICHELIS, 2010, p.752).

Segundo Iamamoto (2007), na análise sobre o processo de trabalho no qual se inserem os assistentes sociais, é preciso considerar o trabalho do assistente social na perspectiva do trabalho coletivo, enquanto trabalho social e combinado, orientado por um projeto profissional que se alia a um projeto societário.

Dito isto, considera-se que, a depender do posicionamento adotado pelo assistente social em seu cotidiano de trabalho, no campo de mediações institucionais (GUERRA, 2009), sua prática pode implicar na ratificação de um ou de outro. O que pretendemos inferir é que o exercício profissional investigativo, afinado como o projeto ético-político do Serviço Social, para além do cumprimento do dever ético, representa ganhos para o conjunto dos trabalhadores, até mesmo assistentes sociais.

Nesses termos, a ação investigativa que mencionamos se refere à dimensão investigativa imiscuída no projeto profissional do Serviço Social. É a partir da dimensão investigativa da profissão que o assistente social desnuda os aspectos constitutivos e determinantes do seu exercício profissional, instrumentalizando a ação profissional que passa a ser mediada por reconstruções críticas e propositivas.

De acordo com Braz (2001, p.391-392):

Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Dessa forma, não cabem no projeto ético político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem.

Esta acepção nos conduz ao entendimento de que a intervenção profissional bem sucedida está condicionada a análise profícua sobre a realidade em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais, como também de seu compromisso ético e político em operacionalizar o projeto profissional do Serviço Social.

Braz (2001, p.393-394) complementa esta premissa alegando que o “sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises”.

Tal desafio, portanto, se reafirma na medida em que as implicações da mercantilização da força de trabalho atingem até mesmo as universidades, campo de formação da força de trabalho especializada, de produção e reprodução do conhecimento.

No que se refere ao Serviço Social, percebe-se que as unidades de ensino e pesquisa também têm sido afetadas pelos efeitos devastadores do projeto privatista que vigora no país. No entanto, é a nossa visão ampliada pela análise histórica da totalidade social que busca decifrar constantemente a realidade vivida, que nos fornece subsídios para o enfrentamento permanente.

Em assimetria com essas colocações, Barroco (2011, p.215) afirma que:

As instituições de ensino, responsáveis pela transmissão do conhecimento, tendem a se adequar à lógica do mercado, em empresas que vendem mercadorias: a força de trabalho de professores, superexplorados e desapropriados dos meios de seu trabalho sem tempo para a pesquisa, para o estudo e para a construção do conhecimento como totalidade. O produto final dessa precarização em curso, nas instituições mercantis, é o empobrecimento material e espiritual da juventude, que, uma vez profissionalizada, tem poucos recursos para realizar seus possíveis ideais, já fragilizados pelas condições objetivas da sociabilidade burguesa.

Ao se constatar essas evidências, desencadeadas pelas mudanças nos processos produtivos que afetam amplamente as relações de trabalho e seus operadores, percebe-se que daí decorre, também, a necessidade de descortinar esse processo pela pesquisa, pelo debate, pela proposição de ações que promovam o fortalecimento das resistências do conjunto de trabalhadores, sujeitos coletivos desse processo.

Não obstante, superar a superexploração da força de trabalho pelo capital por um lado e, por outro, o tecnicismo, a refuncionalização do conservadorismo em tempos modernos, não é tarefa fácil. Contudo, como já mencionado no capítulo anterior, a mesma realidade que oprime os trabalhadores é a que lhes oferece subsídios para a construção de novos horizontes transformadores, e é nesta perspectiva que devem buscar apoio.

Por oportuno, cumpre destacar a necessidade de envolvimento e compromisso com a temática "trabalho do assistente social", inclusive nas

entidades de ensino e pesquisa. Esta se constitui uma demanda do presente para o alcance de dados concretos, extraídos da realidade atual, que possam subsidiar, também, políticas públicas no processo de formação dos assistentes sociais, assim como no que concerne à proteção aos seus direitos sociais do trabalho (e por que não?).

De outro modo, refletir sobre os impactos dos processos atuais, conservadores e reacionários, que incidem sobre o trabalho do assistente social precarizando-o, requer, na mesma medida, pensar em alternativas à intensiva exploração que também afeta os assistentes sociais. Nessa medida, discutir sobre o trabalho dos assistentes sociais implica, também, em pensar sobre o seu cotidiano de trabalho, sua conformação no contexto brasileiro atual, descortinando, inclusive, suas particularidades regionais.

Em tempos de “capital fetiche” (IAMAMOTO, 2007), urge o levantamento e a publicização de questões que envolvem as relações de trabalho, suas condições e processos, na atualidade. Observa-se que são esses elementos que permitem ações necessárias para a construção de espaços de trabalho mais saudáveis, que correspondam aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, incluindo aí o assistente social.

3.2

O trabalho do assistente social: uma cartografia sobre pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação.

Karl Marx

O levantamento realizado junto aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no âmbito do estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2016, trouxe importantes informações sobre a produção acadêmica que se refere ao trabalho do assistente social na atualidade. Nesse sentido, é apresentado, ao longo deste item, os dados qualitativos referentes à análise elaborada.

Partindo desse ponto metodológico, seguiu-se para a exposição dos dados alcançados, segmentando-os, quando necessário, conforme os respectivos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, situados no estado do Rio de Janeiro.

Como já mencionado na introdução desta dissertação, na fase exploratória da pesquisa procedeu-se à análise junto às universidades que compõem o conjunto de instituições com programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no estado do Rio de Janeiro, a saber: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Cabe lembrar que a UFF possui dois programas de pós-graduação na área do Serviço Social: o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR), sendo que este último conta somente com o curso de mestrado acadêmico.

Como resultado da revisão do objeto, no período demarcado foram encontradas, ao todo, 267 dissertações e 131 teses. Contudo, no que tange aos trabalhos relacionados ao tema da pesquisa, foram localizadas 24 dissertações e cinco (05) teses³⁴.

O quadro 2, exibido na sequência, demonstra a síntese das produções acadêmicas localizadas que discorreram sobre o trabalho do assistente social.

Quadro 2³⁵ - Produções acadêmicas que discorreram sobre o trabalho do assistente social

Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no estado do RJ	Período de defesa dos trabalhos	Mestrado	Dissertações e teses relacionadas ao objeto de pesquisa
		Doutorado	
PUC-Rio	2012 a 2016	62 dissertações	04 dissertações
		21 teses	01 tese

³⁴ Vale dizer que, no processo de exame dos trabalhos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF, observou-se a dissertação denominada "A Questão Religiosa no Trabalho do Assistente Social: fragmentos de uma investigação na atualidade" (ano 2012). Contudo, não foi selecionada para uma análise aprofundada, haja vista não estar alinhada ao objeto de estudo da presente dissertação. Embora cite em seu título o termo "trabalho do assistente social", a pesquisa em destaque buscou identificar como os assistentes sociais lidam com os aspectos religiosos dos usuários, bem como o nível de consciência que possuem sobre a influência de seus próprios valores e crenças em seu exercício profissional, além de abordar outras importantes questões nesta direção.

³⁵ Novo acesso às plataformas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social foi realizado em setembro de 2017. Observou-se que, ao longo dos meses, alguns trabalhos foram adicionados às plataformas, o que gerou novo estudo e aumento do número de dissertações e teses observadas no período de 2012 a 2016.

UERJ	2012 a 2016	40 dissertações	08 dissertações
		14 teses	02 teses
UFRJ	2012 a 2016	77 dissertações	06 dissertações
		60 teses	01 tese
UFF / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional	2012 a 2016	25 dissertações	05 dissertações
		0 tese	0 tese
UFF / Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social	2012 a 2016	63 dissertações	01 dissertação
		36 teses	01 tese
TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
4 universidades e 5 programas diferentes, visto que a UFF possui 2 programas	2012 a 2016	267 dissertações	24 dissertações
		131 teses	05 teses

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Com base nesse resultado, é possível observar que há certa discrepância entre os estudos desenvolvidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social que abordam o trabalho do assistente social e os que se debruçam sobre outros temas. Se buscarmos a proporcionalidade do número de dissertações e teses que abordam o trabalho do assistente social no período demarcado, representa apenas 7,28 % do total apresentado, ou seja, dos 398 trabalhos localizados, apenas 29 tomaram o trabalho do assistente social como objeto de análise.

Nessa medida, o levantamento realizado ratifica as análises que apontam carência de produções acadêmicas sobre o trabalho do assistente social, essencialmente sob a ótica do assistente social enquanto trabalhador (RAICHELIS, 2011). Foi encontrada, quase sempre, nos trabalhos que versam sobre trabalhadores e Serviço Social, a abordagem sobre outros sujeitos, como os usuários dos serviços, ao invés de trabalhos que tomassem como objeto de estudo as próprias relações e condições de trabalho do assistente social.

Sobre esse aspecto, convém elucidar as seguintes pontuações de Iamamoto (2009, p.10):

[...] a produção recente acumulada que tem o Serviço Social como objeto de estudo centra-se, sobretudo, na qualidade desse trabalho - ou na sua *diferencialidade* - e identifica seus portadores como dotados de uma força de trabalho dotada de capacitação específica: capazes de criar um tipo de trabalho

concreto distinto e particular. O que não dispõe de centralidade nessa mesma literatura é a *identidade* do trabalho do assistente social com o do conjunto dos trabalhadores: enquanto trabalho abstrato, como parte alíquota do trabalho socialmente produzido. [...] as implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor, isto é, da produção e distribuição do valor e da mais valia, não têm sido foco de igual atenção. (grifos da autora).

Dessa forma, novos estudos nesse campo se tornam urgentes na medida em que é percebida a carência de pesquisas que abordem os assistentes sociais enquanto trabalhadores, sobretudo no que diz respeito aos processos de trabalho nos quais se encontram inseridos e suas relações e condições de trabalho.

Ao observar as produções acadêmicas, dividindo-as por ano de defesa, foi possível perceber que o ano de 2012 foi o que registrou o maior número de dissertações e teses sobre o assunto: 6 dissertações e 2 teses. No ano de 2013 foram encontradas apenas 3 dissertações. Nos anos de 2014, 2015 e 2016, manteve-se, curiosamente, o mesmo resultado: 5 dissertações e 1 tese a cada ano.

O quadro 3, a seguir, traz os resultados por ano, por universidade e programa.

Quadro 3 - Produções acadêmicas que abordam o trabalho do assistente social defendidas no período de 2012 a 2016

Produções Acadêmicas				
Ano	Universidade	Dissertação	Tese	Total
2012	PUC-Rio	—	—	—
	UERJ	04	01	05
	UFRJ	02	01	03
	UFF / SDR	—	—	—
	UFF / PS	—	—	—
	TOTAL	06	02	08
2013	PUC-Rio	—	—	—
	UERJ	03	—	03
	UFRJ	—	—	—
	UFF / SDR	—	—	—
	UFF / PS	—	—	—
	TOTAL	03	00	03
2014	PUC-Rio	—	—	—
	UERJ	01	—	01
	UFRJ	—	—	—
	UFF / SDR	04	—	04

	UFF / PS	—	01	01
	TOTAL	05	01	06
2015	PUC-Rio	01	—	01
	UERJ	—	01	01
	UFRJ	03	—	03
	UFF / SSDR	01	—	01
	UFF / PS	—	—	—
	TOTAL	05	01	06
2016	PUC-Rio	03	01	04
	UERJ	—	—	—
	UFRJ	01	—	01
	UFF / SSDR	—	—	—
	UFF / PS	01	—	01
	TOTAL	05	01	06
2012 a 2016	TOTAL	24	05	29

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Esses dados evidenciam que a produção acadêmica em Serviço Social não tem alcançado a densidade necessária para fazer frente, de maneira crítica e propositiva, aos retrocessos vivenciados no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Esta consideração se dá em razão dos latentes ataques da ofensiva neoliberal contra os trabalhadores, inclusive os assistentes sociais, os quais se apresentam com maior intensidade com o passar dos anos na realidade brasileira e, em particular, no estado do Rio de Janeiro.

Ao invés do aumento gradativo do número de dissertações e teses ao longo dos anos estudados, o que foi identificado foi uma tênue redução. Isso indica que as pesquisas recentes em nível de pós-graduação *stricto sensu*, em matéria de Serviço Social, passam ao largo do próprio trabalho profissional.

Além destas considerações, cabe pontuar, como possível consequência desse quadro atual, a manutenção dos dilemas, limites e desafios que se impõem aos trabalhadores assistentes sociais no seu cotidiano de trabalho. Ou ainda, pode ser observada a incidência de verdadeiros retrocessos para a profissão, com a eclosão da reatualização do conservadorismo na profissão que se expressa em posturas fatalistas, práticas tarefeiras, individualistas, desprovidas de uma análise histórico-crítica da realidade, dentre outras ações.

Na medida em que se reduzem e/ou anulam as pesquisas e debates sobre as relações e condições em que se realiza o trabalho profissional e não se problematizam os diversos determinantes que incidem sobre o trabalho do assistente social, são reduzidas, na mesma medida, as possibilidades de superação dos diversos entraves que se lhes apresentam no contexto atual.

Partiu-se, neste estudo, do pressuposto que o ideário neoliberal, de maneira não aparente, atravessa também a conformação do trabalho do assistente social na atualidade, expondo o Serviço Social ao risco de formatar um perfil profissional oposto ao inscrito no projeto ético-político da profissão. Nessa medida, nos alinhamos a Barroco (2011, p.213), a qual pontua que o enfrentamento ao neoconservadorismo supõe:

[...] dimensões teóricas e políticas. O neoconservadorismo tem diversas formas de expressão. Seu conhecimento exige a pesquisa e o estudo, em suas configurações na sociedade contemporânea e brasileira, como pensamento teórico e projeto político-ideológico e em seu rebatimento particular na profissão, em sua dimensão ética e política. É preciso conhecer nossa categoria, nossos alunos e a população que atendemos para que não sejam reproduzidos mitos e idealizações.

Por outro lado, há que se considerar que a precarização das condições de trabalho e da formação profissional do assistente social, além de se constituírem em sérios prejuízos para os assistentes sociais na condição de trabalhadores, impactam a consciência crítica destes. Entende-se que a ofensiva neoliberal, consubstanciada na regressão dos direitos trabalhistas, na redução da proteção social aos trabalhadores, nos sucateamento e mercadorização das políticas sociais (como tão expressamente, no contexto atual, recaem sobre a política de saúde e de educação), moldam os ambientes socio-ocupacionais, forjando uma prática desconectada de bases teóricas e técnicas previstas no projeto profissional do Serviço Social.

Diante disso, cabe registrar que a operacionalização do projeto ético-político do Serviço Social vai além da mera intencionalidade do assistente social. Esta visão é congruente com as colocações de Barroco (2011, p.2012-2013):

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos

profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente.

Essas reflexões se tornaram relevantes para expor a necessidade de estudos e pesquisas sobre o trabalho do assistente social na atualidade, como exigência do presente. Combater o quadro atual de intensificação e precarização do trabalho pressupõe análises sobre os diversos fatores que conformam o trabalho do assistente social, numa perspectiva crítica, histórica, da totalidade, como preconiza a teoria social de Marx.

Retomando o debate sobre as produções elencadas para o estudo, foram feitas algumas generalizações referentes ao trabalho do assistente social, as quais são retratadas nos quadros que se seguem.

Nesse bloco, cumpre destacar, no que concerne às dissertações e teses que efetuaram levantamento sobre o perfil dos assistentes sociais, todas registraram a predominância do gênero feminino entre os colaboradores das pesquisas.

Quadro 4 - Número de produções acadêmicas que efetuaram o levantamento do perfil dos assistentes sociais

Anos	Universidade	Dissertação	Tese
2012 a 2016	PUC-Rio	02	01
	UERJ	05	01
	UFRJ	03	01
	UFF / SDDR	03	—
	UFF / PS	—	01
	TOTAL	13	04

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

De acordo com o quadro 4, as produções acadêmicas que analisaram o perfil dos assistentes sociais reafirmam a permanência da histórica "feminização" da profissão. Com base na pesquisa publicada no ano de 2005 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)³⁶ intitulada "Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional", 97% dos assistentes sociais participantes da pesquisa eram do sexo feminino.

³⁶ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 6 nov. 2017.

Nessa medida, cabe pontuar que, embora o Serviço Social tenha se constituído, historicamente, como espaço de inserção social e ocupacional para as mulheres, ainda há que superar a posição de subalternidade nesta sociedade conduzida por valores patriarcais. Nas palavras de Montañó (2007, p.98), "o Serviço Social, como profissão eminentemente feminina, tem neste fato, o seu primeiro elemento de subalternidade, na medida em que se insere em sociedades marcadas e regidas por padrões patriarcais e 'machistas'".

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE 2004/2014, a taxa de desocupação feminina no Brasil é quase o dobro da taxa masculina e não admira que a despeito de todos os avanços alcançados, essa taxa manteve-se inalterada na última década.³⁷ Assim, as considerações apontadas sobre as particularidades do trabalho do(a) assistente social, somadas ao panorama atual sobre o trabalho feminino no contexto brasileiro, sugerem que, apesar dos avanços legais e da maturidade profissional alcançada, muitos são os desafios a serem ainda superados.

Todas as dissertações (24) e teses (5) que se constituíram objeto da pesquisa foram unânimes em apresentar a concepção de que o Serviço Social é trabalho. Isto pode ser identificado por meio das referências utilizadas, uma vez que todas se basearam nas colocações de Marilda Vilela Iamamoto e José Paulo Netto, além da própria concepção apontada pelos pesquisadores nas produções acadêmicas. Desse modo, a título de exemplo, destacam-se os trechos a seguir:

[...] nossa análise está pautada na perspectiva dialética e, nessa dissertação, partimos da concepção do Serviço Social como trabalho, tendo com base teórica principal as contribuições de Iamamoto (2001, 2007, e 2009), que apresenta o/a assistente social como um trabalhador que participa de processos de trabalho coletivos. (LIMA, 2013, p.15-16).

A reestruturação produtiva que também afeta as organizações públicas vem impondo a todos os trabalhadores, incluindo também a categoria de assistentes sociais, mudanças que trazem repercussões para os processos de trabalho dos quais se inserem, dentre elas: a flexibilização do trabalho, precarização das relações de trabalho, ameaça de desemprego, exigências de polivalência, multifuncionalidade, desenvolvimento de novas habilidades, entre outros. (CARVALHO, 2012, p.153).

Vemos assim, que o trabalho do assistente social tem uma dimensão dupla, marcada por uma íntima relação entre o trabalho assalariado e o projeto profissional, e com isso não encontram de imediato uma identidade entre a intencionalidade delineada em seu projeto e os efeitos que sua ação profissional produz na realidade, uma vez que, enquanto parte da classe trabalhadora, estão

³⁷ Fonte: Gráfico 4.4 PNAD/ IBGE- Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade - Brasil - 2004/2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2017.

sujeitos à mercantilização de sua força de trabalho, ao alienante trabalho abstrato e à precarização do trabalho assalariado em geral. (GASPARIN, 2015, p.131).

É, fundamentalmente, a necessidade de reprodução da existência que leva o assistente social, na condição de trabalhador (a) especializado (a), a vender sua força de trabalho, submetendo-se, assim, às injunções do trabalho assalariado. Consideramos que esse *status* de assalariamento impõe uma série de condicionamentos à forma como o (a) profissional realiza seu trabalho e, portanto, abordaremos algumas questões, que consideramos fundamentais para compreender em que bases se assentam essa perspectiva teórica que compreende o Serviço Social como trabalho. (SILVA, 2013, p.97). (grifo da autora).

O Serviço Social, como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, também sofre inflexões das novas formas de organização do trabalho. Essas inflexões refletem-se tanto no trabalho terceirizado ou até mesmo quarteirizado e destituído de direitos trabalhistas, como desempenhando atividades com um único vínculo profissional ou conjugado aos chamados "bicos". Esses bicos nas empresas vêm se constituindo em uma relação velada de informalidade e precarização, sob a utilização do termo "consultoria", opondo-se completamente ao sentido original deste termo de alta qualificação. (GOMES, 2015b, p.43).

Cabe lembrar, por importante, que existem outras correntes no âmbito da profissão que defendem que o Serviço Social não é trabalho. Como já assinalado no capítulo anterior, partilham dessa perspectiva autores como Sergio Lessa (2000, 2012), Gilmaísa M. da Costa (2000, 2011), dentre outros.

Retomamos aqui o debate sobre essa concepção que se contrapõe à percebida nas produções acadêmicas analisadas, em razão dos riscos que podem advir a partir daí. Primeiramente, vale dizer, a assertiva de que o Serviço Social não é trabalho, logo, o assistente social não é trabalhador, pode encobrir a condição de classe destes profissionais que, de fato, conforme dados de diversas fontes de pesquisas³⁸, são também acometidos pelos processos aviltantes de trabalho.

A negação do Serviço Social como trabalho também coloca em xeque a condição objetiva de sobrevivência do assistente social, visto que é por meio do trabalho que busca o atendimento de suas reais necessidades. Assim, na medida em que não é considerado trabalhador, pode também ser deslocada dessa condição a organização política e reivindicatória em prol da defesa dos direitos do trabalho.

Por outro lado, esta ideia pode se tornar funcional à lógica burguesa na medida em que dá margem ao regresso a ideologias capitalistas, conservadoras,

³⁸ Situação observada em teses e dissertações consultadas para esta pesquisa. Ver sistematização realizada nos quadros 19 e 20.

que negam a efetivação das políticas públicas como direito, buscando o regresso à filantropia. Nas palavras de Cavalli (2006, p.12):

É importante mencionar que desconsiderar o Serviço Social enquanto trabalho enfraquece a profissão e retoma a sua discussão sobre a refilantropização do Serviço Social, uma vez que de acordo com os estudos de Guerra (2000), é a compreensão do Serviço Social como trabalho que o insere enquanto profissional atuante nas políticas sociais e preconiza o início do rompimento com o assistencialismo e filantropia.

Nesta angulação, com base na exposição apresentada nos itens anteriores, assevera-se que o Serviço Social é trabalho e a defesa desta assertiva implica na própria proteção dos avanços já alcançados pela categoria. Diante do quadro atual de regressão de direitos que também enfrentam os assistentes sociais, afirmar que o Serviço Social não é trabalho pode propiciar um ambiente favorável a retrocessos ainda maiores do que já se tem enfrentado.

Entrementes, não se pretende aqui ignorar a importância desse debate que contradiz a acepção adotada nesta dissertação. Ao contrário, esse posicionamento adverso ao conceito que defende que Serviço Social é trabalho representa um avanço intelectual no marco da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, no que tange à natureza da profissão e ao seu significado social. Isso porque a divergência de concepções sobre as categorias de análise no interior do Serviço Social, bem como a fundamentação sólida de ambas as posições, significa, de outro modo, a densidade teórica alcançada por meio da pesquisa, a qual se expressa nos debates que permeiam as categorias de análise em matéria de Serviço Social.

Passando para outro ponto do estudo desenvolvido, identificou-se que todas as produções acadêmicas (24 dissertações e 05 teses) elencadas para a análise se perfilaram à tradição marxista, ao apresentarem análise crítica acerca do contexto político, social e econômico em que se realiza o trabalho do assistente social.

Esse dado reitera a maturidade intelectual da profissão, além de reafirmar o enriquecimento alcançado com a incorporação da teoria marxista aos conteúdos da formação profissional do assistente social. Se se tem um projeto profissional que se posiciona a favor das classes subalternas, se se tem como identidade de classe a classe trabalhadora, isso se deve à adoção da teoria crítica marxista como vertente que orienta a construção do conhecimento e leitura da realidade como práxis na área do Serviço Social.

Ademais, o atual Projeto Profissional do Serviço Social, que é expressão de suas normativas (o Código de Ética do Serviço Social de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as diretrizes curriculares nacionais - Abess, 1996; MEC-Sesu, Ceess, 1999), se constitui, nas palavras de Iamamoto (2014, p. 612-613),

[...]um patrimônio sociopolítico e profissional que atribui uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro no cenário da América Latina e Caribe e no circuito mundial do Serviço Social. O núcleo desse patrimônio é compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista [...].

Foi a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista que colocou em xeque o ideário conservador, o qual orientou a profissão desde a sua gênese. Foi a realização desse diálogo que apresentou balizas para a construção de uma nova perspectiva profissional, humana, totalmente comprometida com as demandas oriundas da classe trabalhadora. Foi através do marxismo que se questionou o significado da ação profissional, sendo seu conteúdo incluído na formação, assim como na agenda profissional do Serviço Social, até os dias atuais.

Realizando um balanço sobre as produções acadêmicas observadas que recorreram às fontes diretas em Marx, cabe destacar que apenas 03 dissertações não o citaram como referência. Isso representa apenas 10,34% do montante analisado, o que reforça as considerações apresentadas acima.

No que se refere aos principais autores abordados nas dissertações e teses pesquisadas que tratam das categorias trabalho, trabalho do assistente social e suas conexões, expõe-se agora os dados encontrados por ordem de maior incidência, conforme o quadro a seguir.

Quadro 5 - Autores mais utilizados nas produções acadêmicas, ao se reportarem ao contexto social, político e econômico em que se realiza o trabalho, bem como ao abordarem as categorias trabalho e trabalho do assistente social

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016		
Autores	Total de dissertações e teses que se reportaram aos autores	Números percentuais
Marilda Iamamoto	29	100%
José Paulo Netto	29	100%

Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho ³⁹	25	86,20%
Ana Elizabete Mota	21	72,41%
Elaine Behring	20	68,96%
Ricardo Antunes	18	62,06%
Yolanda Guerra	17	58,62%
Maria Lucia S. Barroco	17	58,62%
Elaine Behring e Ivanete Boschetti ⁴⁰	16	55,17%
Carlos Montaña	15	51,72%
István Mészáros	13	44,82%
Vicente de P. Faleiros	12	41,37%
Ney Almeida	11	37,93%
Raquel Raichelis	11	37,93%
Ivanete Boschetti	09	31,03%
José Paulo Netto e Marcelo Braz ⁴¹	09	31,03%
Marcelo Braz	09	31,03%
Maria Dalva H. Costa	09	31,03%
Josiane Santos	08	27,58%
Valéria Forti	08	27,58%
Sérgio Lessa	07	24,13%
Ana Maria Vasconcelos	06	20,68%
Graça Druck	05	17,24%
Cláudia Mônica dos Santos	05	17,24%

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Esse quadro indica que os autores Marilda Iamamoto e José Paulo Netto ainda se constituem paradigmas no que se refere à construção teórica sobre os aspectos que atravessam e conformam o trabalho do assistente social no Brasil, visto que se firmam como referência em todas as produções analisadas.

Também é digna de nota a consideração de que os referidos autores contribuíram significativamente com a produção teórica no marco da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, essencialmente a partir do debate travado no que se convencionou chamar de "movimento de reconceituação"⁴²

³⁹ A recorrência aos autores se dá em razão da seguinte obra: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1991.

⁴⁰ A recorrência às autoras se dá em razão da seguinte obra: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

⁴¹ A recorrência aos autores se dá em razão da seguinte obra: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

⁴² De acordo com Iamamoto (1999, p. 205-206), o "movimento de reconceituação" surgiu na metade da década de 1960 e se constituiu um movimento latino-americano. "Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um *questionamento global da profissão*: de seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*". (grifos da autora). Assim, o "movimento de reconceituação" é um marco para o Serviço Social, visto que é a partir desse movimento que emerge um profissional mais crítico, que, pautando-se em novas bases teórico-metodológicas, busca superar

Avançando na análise, o quadro 5 expõe a densidade teórica alcançada na profissão, em matéria de Serviço Social, no tocante à natureza da profissão e seu significado social na atualidade. Isso denota uma expertise não só no âmbito da particularidade da especialização em Serviço Social, mas, também, em outros temas que permeiam a profissão.

As dissertações e teses observadas apresentaram maior incidência nas pesquisas de campo. Nesse sentido, em comparação ao uso da pesquisa bibliográfica, são apresentadas as informações que se seguem.

Quadro 6 - Incidência da utilização da pesquisa de campo e bibliográfica

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016		
Universidade	Pesquisa de campo	Pesquisa bibliográfica
PUC-Rio	05	—
UERJ	09	01
UFRJ	04	03
UFF/ PPGSSDR	04	01
UFF/PS	02	—
TOTAL	24	05

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Essas constatações reverberam a importância das pesquisas de campo, embora se tenha clareza de que as bibliográficas também são relevantes. A questão é que, diferentemente da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo permite ao pesquisador o contato com os sujeitos que se transformam em seu objeto de pesquisa, permitindo o estudo sobre uma realidade concreta específica e criando um novo conhecimento (MINAYO, 1994).

Nas palavras de Minayo (1994, p.53-54), pesquisa de campo é:

[...] o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação. [...] Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objetos de estudo. Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos.

as práticas conservadoras do Serviço Social, as quais, até então, se estabeleciam como um imperativo na profissão.

Nesta angulação, defende-se que as pesquisas devem se voltar "para dentro" e "para fora" do Serviço Social. Isto é, não secundarizar as próprias razões que fizeram emergir a instituição do Serviço Social no Brasil, tampouco ignorar a riqueza que subjaz à realidade concreta, uma vez que é aí que a pesquisa adquire significado. É o conhecimento profícuo sobre a realidade concreta que permitirá a produção do conhecimento crítico necessário que apresenta subsídios para uma intervenção profissional crítica, propositiva e transformadora.

Isso pressupõe, dentre outros aspectos, a valorização de pesquisas de campo, sobretudo no que concerne ao trabalho do assistente social. As possibilidades de concretização do projeto profissional acertado para o Serviço Social requer o investimento em pesquisas conectadas com a realidade histórica e social que determinam os fenômenos que envolvem o trabalho do assistente social.

De acordo com esta perspectiva, Setubal (2007, p.66) afirma que:

Quando as reflexões são transportadas para o interior do Serviço Social não deve apenas explicitar dificuldade em assimilar e colocar em prática as exigências da dialética histórica, em vivenciar, como um todo, no seu cotidiano profissional a concretização da práxis social, mas iniciar a reflexão pela dimensão política presente no contexto das relações sociais e pela forma de inserção dessa profissão no mercado de trabalho. Por isso, a influência da forma de inserção pela via da divisão social do trabalho não pode ser ignorada quando se estuda e se analisa a construção das peculiaridades que levaram o Serviço Social, ao longo dos tempos, a trabalhar com uma identidade atribuída, em que o saber está a serviço do capitalismo.

Passando para outro ponto do seu texto, a autora faz importantes advertências quanto às tendências evidenciadas em torno das pesquisas em nível de Serviço Social. Buscamos destacar suas colocações, dada a importância das reflexões levantadas, expondo-as a seguir:

O número crescente de publicações é revelador da preocupação, do interesse e/ou da necessidade do Serviço Social em desenvolver pesquisa, daí ser possível, hoje, no Brasil encontrar vasta produção de conhecimentos na área. Entretanto, quando se procura identificar os autores, logo se percebe que o esforço investigativo resulta, na sua grande maioria, de elaborações de assistentes sociais ligados à docência *stricto sensu* (mestrado e principalmente doutorado), ou de professores que procuram, por exigência das Instituições de Ensino Superior (IES), a titulação de mestres e doutores em Serviço Social, Ciências Sociais, Educação, Ciências Políticas, entre outros Programas de Pós-Graduação. Com raras exceções se identificam trabalhos não vinculados ao mundo acadêmico ou por exigência desse universo em seus diferentes níveis para obtenção de títulos. (SETUBAL, 2007, p.66) (grifo da autora).

Diante disso, se impõe como necessário, na realização das pesquisas na área de Serviço Social, seja na de campo e/ou na bibliográfica, a aceção de que esta atividade se constitui uma prática investigativa, conectada à realidade concreta onde o trabalhador assistente social se insere. É nesse horizonte que a pesquisa deve se assentar, gerando, de fato, o conhecimento que vá ao encontro das necessidades e respostas profissionais transformadoras. Isto, vale dizer, vai muito além do mero cumprimento de exigências institucionais de ordem acadêmica.

Esse entendimento está afinado com as colocações de Guerra (2009, p.712):

O assistente social lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos, de modo que a ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da intervenção na realidade, das investigações que realiza, visando responder a esta realidade.

Quanto às políticas sociais abordadas nos diferentes estudos, cabe destaque à política de assistência social, pois alcançou maior relevo nas produções observadas.

Quadro 7 - Políticas públicas utilizadas e seu grau de incidência

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016		
Política Social	Números totais de dissertações e teses que se apoiaram nas respectivas políticas sociais	Números percentuais
Assistência Social	08	27,58%
Saúde	07	24,13%
Educação	05	17,24%
Empresarial	02	6,89%
Sociojurídico	02	6,89%
Comunicação	01	3,44%
Habitação	01	3,44%
Previdência Social	01	3,44%

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Esses resultados parecem estar relacionados à ampliação dos espaços socio-ocupacionais em determinadas políticas, enquanto que, em outras, foram reduzidos ou mantidos os mesmos campos profissionais ao longo dos anos.

Nesse sentido, acredita-se que o destaque referente à política de assistência social se deva à instituição do Sistema Único de Assistência Social⁴³ (Suas). Com a implementação do Suas, os municípios de todo o Brasil passaram a ter em seus quadros assistentes sociais, buscando a operacionalização da NOB/RH/Suas⁴⁴, aprovada em 2006.

Nesse processo, de acordo com a proposta do Suas, buscou-se a partilha de recursos socioassistenciais entre o governo federal, estados e municípios, com o fito de criar uma relação sistemática e interdependente entre os programas, projetos e benefícios destinados à população usuária. A importância do Suas se evidencia no interesse de consolidar a assistência social como política pública de Estado, buscando romper com a histórica problemática do assistencialismo.

Dessa forma, acredita-se que, para além da ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais nesse campo, a política de assistência social se encontra na "mira" dos debates acadêmicos por se constituir numa mediação essencial para superar o caráter imediato do cotidiano e decifrar os fenômenos sociais, as desigualdades sociais, as refrações da questão social produzidas pelo capitalismo na atualidade. Entende-se que é por meio das pesquisas, de análises críticas sobre o Suas na atual conjuntura brasileira, que também serão construídas propostas eficazes para a concretização da política de assistência social como um direito de fato para os sujeitos usuários dos serviços sociais.

Nessa linha, as pesquisas apontaram, ainda, que a maioria das dissertações e teses estão vinculadas a estudos que versam sobre o trabalho do assistente social inserido nas políticas municipais do estado do Rio de Janeiro, em detrimento das políticas de âmbito estadual e federal. O quadro 8 registra o número de dissertações e teses que se debruçam sobre as políticas públicas municipais:

Quadro 8– Número de dissertações e teses que se debruçaram sobre as políticas públicas municipais

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	03	01	04
UERJ	02	01	03

⁴³ Para maiores informações sobre o Sistema Único de Assistência Social-SUAS, acessar a seguinte página: <<http://www.mds.gov.br/suas/conheca/conheca09.asp>>. Acesso em 2 nov. 2017.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acesso em 2 nov. 2017.

UFRJ	03	—	03
UFF/SSDR	02	—	02
UFF/PS	—	—	—
TOTAL	10	02	12

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Esta constatação coaduna com os dados da pesquisa divulgada pelo conjunto CFESS/CRESS em 2005⁴⁵, a qual revela que a maioria dos trabalhadores assistentes sociais estão inseridos em instituições de natureza pública estatal, tendo relevo o número de profissionais que atuam no âmbito municipal.

Cabe destacar, ainda, de acordo com Trindade (2010)⁴⁶, que o fato da maioria dos assistentes sociais estarem lotados na esfera municipal, parece estar relacionado à tendência de crescimento das instituições públicas de nível municipal.

Diante disso, entende-se que o maior número de pesquisas voltadas para as políticas municipais mantém relação com o interesse em descortinar essa área que se constitui, também, campo profissional em expansão para os assistentes sociais.

O alargamento das requisições mais recentes dirigidas ao assistente social como executor, gestor e/ou outras funções nas políticas públicas municipais, reafirma a necessidade de estudos que contribuam com a intervenção profissional crítica e politicamente comprometida com a classe trabalhadora. Por outro lado, é nesta direção que também se torna possível o fortalecimento da organização dos trabalhadores assistentes sociais, ao descortinarem as contradições e desafios que estão postos em seu cotidiano de trabalho.

Estas reflexões conduzem à leitura sobre as linhas de pesquisa das referidas instituições acadêmicas, uma vez que as inquietações que suscitaram as dissertações e teses e os seus resultados estão a elas conectadas. Desse modo, assinalam-se aqui as linhas de pesquisa integrantes de cada programa de

⁴⁵ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 6 nov. 2017.

⁴⁶ De acordo com a autora, os dados da pesquisa se constituem síntese dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do Serviço Social - participante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, vinculado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), campus Maceió, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região (CRESS/AL). Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no período de 2000 a 2010, sendo os dados divulgados neste último ano. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B2-zBHnHGVbNWFhNTU4MjltODgyOS00MWQ2LWI2ZmltY2JlYTJkOTQyNGRj/view?ddrp=1&hl=pt-BR#>>>. Acesso em 5 nov. 2017.

pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no estado do Rio de Janeiro, conforme edital de seleção de candidatos para o ano de 2017⁴⁷:

Quadro 9 - Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no estado do Rio de Janeiro

Universidades	Linhas de Pesquisa
UERJ	1- Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social; 2- Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; 3- Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.
UFRJ	1- Políticas Sociais; 2- Processo de Trabalho e Classes Sociais; 3- História e Concepções Contemporâneas do Serviço Social; 4- Teoria Social e Serviço Social; 5- Temáticas Urbanas; 6- Cultura e Movimentos Sociais; 7- Estado, Sociedade e Direitos Humanos; 8- Democracia e Globalização.
PUC-Rio	1-Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos; 2- Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais; 3- Questões Socioambientais, Urbanas e Formas de Resistência Social.
UFF/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional	1- Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira; 2- Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional.
UFF/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social	O mestrado e o doutorado acadêmico são estruturados em torno de duas áreas de concentração, cada qual com duas linhas de pesquisa, a saber: 1- Área de concentração: Avaliação de Políticas Sociais Linhas de Pesquisa: a) Avaliação de Políticas de Seguridade Social; b) Avaliação de Políticas de Programas e Projetos Governamentais e Não-Governamentais. 2- Área de concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social Linhas de Pesquisa: a) Geração e Política Social; b) Gênero, Orientação Sexual e Política Social.

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

⁴⁷ Os referidos editais foram disponibilizados pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social através dos seguintes endereços eletrônicos: Uerj - <<http://www.ppgservicosocial.uerj.br>>. Acesso em 12 nov. 2016. UFRJ - <<http://pos.ess.ufrj.br/index.php/ingresso>>. Acesso em 08 mar. 2017. PUC-Rio: <<http://www.ser.puc-rio.br/>>. Acesso em 20 nov. 2016. UFF/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional - <http://www.ppgssdr.uff.br/images/EDITAL_2017_original.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017. UFF/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - <<http://politicassocial.sites.uff.br/2017/01/18/editais-selecao-2017-1/>>. Acesso em 10 jan. 2017.

Nesse sentido, dos 5 (cinco) Programas de Pós-Graduação apresentados, apenas 2 (dois) possuem a categoria trabalho em sua linha de pesquisa (Uerj e PUC-Rio), enquanto que apenas uma instituição insere a categoria processo de trabalho (UFRJ).

Outro aspecto a considerar se refere aos dados da área de concentração de cada programa de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no estado do Rio de Janeiro. Em consulta à Plataforma Capes/Sucupira⁴⁸, observamos que apenas uma universidade tem a categoria trabalho como componente de sua área de concentração.

Quadro 10– Áreas de Concentração dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no estado do RJ

Áreas de Concentração dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro
PUC-Rio - Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais Data de recomendação: 28/11/2001
UERJ - Trabalho e Política Social Data de recomendação: 05/11/2004
UFRJ - Possui duas áreas de concentração: 1- Cultura, Cidadania e Serviço Social 2- Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social Data de recomendação: 18/11/1994
UFF / Serviço Social e Desenvolvimento Regional - Serviço Social, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas Data de recomendação: 20/07/2011
UFF / Política Social - Possui duas áreas de concentração: 1- Avaliação de Políticas Sociais 2- Sujeitos Sociais e Proteção Social Data de recomendação: 19/06/2002

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Esses dados apontam uma relação assimétrica entre as áreas de concentração dos programas analisados e as dissertações e teses construídas ao longo dos anos estudados. Verifica-se que os temas em evidência nos últimos cinco anos analisados, mantêm, via de regra, correlação com as áreas de estudo pré-definidas pelos cursos de pós-graduação mencionados.

⁴⁸ Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoes.jsf?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000>>. Acesso em: 13 out. 2017.

Cabe destaque, no entanto, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, que teve a primeira turma do curso de mestrado no ano de 2012. Este, apesar de não possuir em sua linha de pesquisa e área de concentração a temática trabalho, se sobressaiu diante dos demais programas, haja vista terem sido identificadas em suas produções 05 (cinco) dissertações que discutem o trabalho do assistente social no período demarcado.

Diante desse quadro, é possível inferir que se impõe como necessidade urgente a ampliação dos debates sobre esta realidade atual. A manutenção das referidas áreas de concentração sem a avaliação sobre suas produções e respectivos resultados e/ou impactos no Serviço Social muito provavelmente fortalecerá a tendência a serem reproduzidas as lacunas evidenciadas na produção do conhecimento sobre o trabalho do assistente social.

Cabe salientar que, diante do recorte apresentado, não se teve a pretensão de esgotar todos os dados apresentados nas dissertações e teses, explorando-as exaustivamente. O que se propôs com esta pesquisa foi a captação das informações qualitativas relacionadas ao objeto definido. Nesse sentido, passa-se para o próximo ponto, avançando na apresentação dos dados captados nas produções acadêmicas observadas.

3.3

Perspectivas que nortearam as dissertações e teses no debate sobre o trabalho do assistente social

A abordagem do Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada "prática profissional".

Marilda Iamamoto

Nesse ponto buscou-se uma abordagem qualitativa sobre as principais dimensões encontradas nas dissertações e teses analisadas. Este item possui, portanto, como foco elucidar as perspectivas que orientaram as abordagens acadêmicas sobre o trabalho do assistente social.

Vale dizer, ao perscrutar as produções acadêmicas que se constituíram o objeto deste estudo, observou-se que diferentes dimensões foram destacadas. Em vista disso, foram elencados os principais eixos de análise identificados, os quais são apresentados ao longo desta dissertação.

Nesse percurso, verificou-se que certas produções, ao se referirem ao trabalho do assistente social, dão ênfase ao debate que realiza um contraponto entre o exercício profissional e a operacionalização do Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social. Para resumir tal situação, é apresentado o quadro a seguir.

Quadro 11– Dissertações e teses que enfatizaram o debate sobre a operacionalização do PEP no trabalho do assistente social

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	—	—	—
UERJ	06	01	07
UFRJ	03	01	04
UFF/SSDR	03	—	03
UFF/PS	01	01	02
TOTAL	13	03	16

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Sob outra perspectiva, certos pesquisadores, no que se refere ao trabalho do assistente social, frisaram o debate entre a relativa autonomia dos assistentes sociais e a operacionalização do PEP do Serviço Social.

Quadro 12– Dissertações e teses que frisaram o debate entre a relativa autonomia dos assistentes sociais e a operacionalização do PEP do Serviço Social

24 Dissertações e 05 Teses Defendidas no Período 2012 A 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	—	—	—
UERJ	05	01	06
UFRJ	03	01	04
UFF/SSDR	02	—	02
UFF/PS	—	—	—
TOTAL	10	02	12

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Sublinhando outras nuances, certas produções ressaltaram que, mesmo com os avanços alcançados pela categoria, como a elaboração do projeto profissional do Serviço Social que se expressa no Código de Ética de 1993, na

Lei de Regulamentação da Profissão e na Reformulação das Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996, ainda se observa o conservadorismo entre os assistentes sociais.

Quadro 13– Dissertações e teses que se debruçaram sobre o debate da manutenção do conservadorismo no trabalho do assistente social

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	—	—	—
UERJ	—	01	01
UFRJ	02	01	03
UFF/SSDR	01	—	01
UFF/PS	—	—	—
TOTAL	03	02	05

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Foram identificadas, em outra direção, dissertações e teses que tiveram como foco a reflexão sobre as condições de trabalho do assistente social. Neste eixo, alcançou relevo a assertiva de que o processo de flexibilização das relações de trabalho, evidenciado no contexto atual, representa um reflexo eminente de uma lógica neoliberal.

Além da abordagem a esta categoria de análise, merece destaque o debate sobre a precarização das condições de trabalho na realidade brasileira, a qual incide também sobre o trabalho dos assistentes sociais, intensivamente.

Quadro 14– Dissertações e teses que tiveram como objeto central as condições de trabalho do assistente social

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	03	01	04
UERJ	02	01	03
UFRJ	02	—	02
UFF/SSDR	01	—	01
UFF/PS	—	—	—
TOTAL	08	02	10

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Diante desse quadro, cabe registrar os apontamentos levantados sobre os reflexos do processo de reestruturação produtiva no trabalho do assistente social. Assim, algumas produções destacam que as mudanças nas relações sociais de produção, sob a égide do capital, incidem não apenas sobre os trabalhadores usuários dos serviços sociais, mas também sobre os trabalhadores assistentes sociais, proporcionando sérios prejuízos para estes.

Quadro 15– Dissertações e teses que defendem que o processo de reestruturação produtiva impacta o trabalho do assistente social

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	04	01	05
UERJ	07	02	09
UFRJ	05	01	06
UFF/SSDR	04	—	04
UFF/PS	—	01	01
TOTAL	20	05	25

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Como desdobramento das condições aviltantes de trabalho que também implicam no trabalho do assistente social, cabe citar os dados que se referem à "superexploração" desses sujeitos, o que também se alinha às argumentações de Marini (FONTES, 2010; BORGES NETO, 2011; MARTINS, 2013), já vistas no segundo capítulo desta dissertação. Fazem parte do cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, na relação de compra e venda de sua força de trabalho, os contratos precários com baixos salários, temporários, desprotegidos, condicionados, até mesmo, por interesses político-partidários.

Dessa forma, dadas as péssimas condições de trabalho, acentua-se a rotatividade de profissionais no trabalho, o que prejudica significativamente a qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços sociais. Na outra face desta realidade, deflagra-se a insegurança dos trabalhadores assistentes sociais mediante o risco do desemprego. Essas constatações são evidenciadas nas seguintes falas dos pesquisadores:

Desde a implantação dos CRAS's e CREAS, percebem-se alguns desafios e dificuldades que ainda precisam ser superados, quanto à estrutura física dos equipamentos, operar com condições de trabalho ainda muitas vezes precárias e com alta rotatividade dos trabalhadores, a substituição de quadro técnico permanente e qualificado por contratos de trabalhos por tempo determinado, fragilização da rede, ausência de recursos e baixa prioridade por parte da gestão pública municipal com a prestação de serviços. (DA HORA, 2014, p.122-123).

Podemos destacar também que um dos fatores que precariza o trabalho dos profissionais da assistência social no município de Duque de Caxias é a insegurança que muitos têm em relação aos seus postos de trabalho. Foi constatado neste estudo que a maioria dos profissionais que trabalham nos equipamentos públicos de assistência social, sejam eles Cras ou Creas, não são concursados. A partir do momento que existe uma omissão do Estado na convocação de concurso público para a Secretaria Municipal de Assistência Social, esses profissionais relatam que suas contratações ocorrem através de projetos com duração específica ou em cargos comissionados advindos de indicação política. (ROCHA, 2016, p.114).

[...] embora a maioria dos/as profissionais da Região Sul Fluminense possuam vínculo estável, a tendência de precarização das relações de trabalho atinge um quantitativo de profissionais que deve ser considerado. Observa-se que os índices de contrato temporário, prestação de serviços, autônomo e comissionado correspondem a vínculos marcados pela instabilidade, insegurança, rotatividade e perda da autonomia profissional, isto é, essa realidade tende a ter impacto diretamente sobre a qualidade dos serviços prestados e na defesa dos direitos sociais da população usuária. Nota-se, ainda, que ao assumir os chamados cargos comissionados ou trabalho por RPA, os/as profissionais da Região Sul Fluminense acabam se submetendo às diretrizes institucionais, comprometendo a sua autonomia profissional. (SOUZA, 2016, p.161-162).

O contexto de intenso desemprego que afeta os trabalhadores brasileiros, de forma geral, sujeita também os assistentes sociais a situações degradantes de trabalho que afetam suas próprias condições de vida. Sem oportunidades dignas de trabalho e diante de suas condições objetivas de sobrevivência, esses trabalhadores não veem alternativas à vivência dessa exploração.

Outra questão constatada se refere ao número reduzido de trabalhadores assistentes sociais para cumprir uma diversa gama de requisições institucionais, além de assumir a responsabilidade de atender a um número extenso de usuários. Esses fatos, de acordo com as pesquisas observadas, têm acarretado em sobrecarga para os assistentes sociais:

As ações que vêm sendo desenvolvidas pela UERJ no âmbito da assistência estudantil lidam com limites oriundos da dinâmica do mundo do trabalho, dos quais destacamos, dentre outras dificuldades, o número ínfimo de profissionais da equipe de Serviço Social, que compreende, atualmente, duas assistentes sociais efetivas e uma contratada para realizar um grande quantitativo de análise em curto período de tempo e ainda a responsabilidade de selecionar e capacitar novos profissionais por um período temporário para realizarem essa tarefa, expressando a intensificação de trabalho, subcontratação e precarização das relações de trabalho. (CARVALHO, 2012, p.179).

A operação da política, nesse cenário, se dá conforme o movimento de intensificação e precarização do trabalho [...]. Os poucos assistentes sociais inseridos nos CRAS são pressionados a dar conta de uma vasta relação de atividades diárias que restringem o desenvolvimento da profissão de maneira qualificada, bem como ferem a autonomia deste profissional na criação e operação dos instrumentos técnicos para a atuação diante do objeto. (SILVA, 2015, p.110)

Pode-se concluir que se está diante de uma grande instituição pública que após as reformas orientadas pelo ideário neoliberal tem se guiado cada vez mais pela lógica gerencial, que denomina seus profissionais de nível superior de "analistas do seguro social" para que possam realizar outras atividades além daqueles referentes à sua especialização e, deste modo, reduzir o custo de mão de obra. Soma-se a essa realidade, a falta de lotação adequada (quantitativo reduzido de profissionais), o que interfere na qualidade dos serviços prestados gerando a insatisfação e o desgaste físico e emocional dos profissionais. (COSTA, 2016, p.105).

Reafirma-se na análise aqui construída que no conjunto dos processos alienantes produzidos pelo capitalismo em sua fase monopólica, que há ausência de percepção do/a profissional, em seu cotidiano, acerca dos processos de precarização vividos nas relações de trabalho, restringindo-os à questão da instabilidade contratual, do baixo salário, do vínculo empregatício e do desemprego, bem como às condições de trabalho (espaço físico e recursos institucionais adequados). Esses elementos evidenciam-se pelos impactos produzidos pelo reordenamento do capital no trabalho cotidiano dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro em decorrência de responderem a uma gama de demandas e atividades requisitadas pelas instituições que provocam, conseqüentemente, intensificação de seu trabalho, a partir das exigências de maior empenho, seja físico, intelectual ou emocional. (SOUZA, 2016, p.199).

Nesta análise, verificou-se que a fragilidade desses vínculos tangenciados pelo processo de precarização trabalho produzem, ainda, a diversidade de vínculos do trabalho assalariado no mesmo espaço. Digno de nota nesse ponto é o fato de que pesquisas analisadas dão relevo ao privilegiamento, por parte das entidades empregadoras, de contratos temporários, com baixos salários e, às vezes, sem garantias dos direitos trabalhistas, a despeito da realização de concursos públicos. Disso depreende-se que há a tendência, no que se refere aos vínculos de trabalho assalariado do assistente social no contexto brasileiro, à disseminação do contrato precário, conforme os relatos que se seguem:

No que se refere especificamente à política de recursos humanos, proposta neste cenário, destaca-se a perspectiva de extinção do quadro funcional de estatutários em detrimento da contratação de pessoal a partir das condições impostas pelo mercado. Assim, as Organizações Sociais tenderiam a assimilar as características da gestão de pessoas, próximas ou iguais às praticadas historicamente pelo setor privado. Há uma tendência evidente e inequívoca de flexibilização das relações de trabalho, gerando uma crescente instabilidade funcional para o trabalhador da saúde, o que interfere diretamente na qualidade dos serviços oferecidos, fragilizando os espaços de negociação e lutas políticas da classe trabalhadora. (MUNIZ, 2016, p.15).

O Serviço Social já contou com inúmeras outras modalidades de vínculos que foram se extinguindo com o tempo. Todavia, há apenas uma profissional que ainda mantém um vínculo cooperativado, essa informação não é de domínio público e a permanência deste tipo de vínculo não é explicada. Essa exceção, em especial, é de suma importância para a análise do exercício profissional da Emergência, já que a profissional em questão ocupa o cargo de sub coordenadora de Serviço Social e na ausência da coordenadora (estatutária) esta profissional responde pelo Serviço Social de todo o hospital. As diferenças nas duas direções são sutis, mas não imperceptíveis. (ASSIS, 2012, p.95).

[...] o nosso interesse pela investigação do objeto na SEAP está relacionado a nosso exercício profissional como assistente social nessa instituição, desde o ano de 2001, quando ingressamos através do último concurso público realizado para técnicos estatutários. Em mais de uma década de trabalho no sistema penitenciário, observamos a celebração de vários contratos precários e os questionamentos acerca das condições de trabalho e os impactos na qualidade dos serviços prestados à população carcerária e a seus familiares.(BRAVIN, 2013, p.15).

As profissionais possuem vínculos de trabalhos diferenciados com a instituição, este quadro é composto por nove assistentes sociais militares e seis civis. Em relação às militares, algumas ingressaram por meio de concurso público, de caráter temporário, outras por meio de análise de currículo e também possuem vínculo temporário com a organização militar. Já as profissionais civis, foram admitidas através de duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que contratam profissionais para auxiliar no trabalho do controle do espaço aéreo em diversas áreas, dentre elas o Serviço Social. (RODRIGUES, 2016, p.94).

No tocante aos baixos salários, aferiu-se que certos assistentes sociais assumem mais de um vínculo de trabalho, objetivando alcançar a renda necessária para o atendimento de suas necessidades básicas. Assim, como pode ser observada, a realização da dupla jornada de trabalho se traduz num outro elemento de precarização para esses trabalhadores assistentes sociais, visto que além do desgaste, tem aí comprometida a sua própria qualidade de vida:

A maioria dos municípios da Baixada Fluminense, no qual o município de Duque de Caxias se insere, pagam a seus profissionais com ensino superior salários que não chegam a R\$ 2.000,00, o que faz com que a maioria dos profissionais tenha mais de um vínculo profissional. O que acaba impossibilitando esses profissionais a buscarem cursos de especialização, sejam eles *stricto* ou *lato sensu*. Os profissionais também relataram que a essa dupla jornada de trabalho, somada a sobrecarga de trabalho já imposta pela superlotação dos mecanismos, inviabiliza a sistematização do processo de trabalho na busca por uma melhor atuação profissional. (ROCHA, 2016, p.114-115).

A inserção desses profissionais, na sua maioria, se dá através de contratos comissionados temporários, o que interfere no trabalho dos mesmos, uma vez que há a rotatividade de profissionais, além da disparidade salarial e da carga horária diferenciada. Esses elementos interferem na continuidade sistemática das ações, no próprio desempenho do profissional, que muitas, vezes, para aumentar a sua renda, tem mais de um vínculo de emprego, além do pouco investimento que a própria política no qual está inserido recebe. (FERNANDES, 2015, p.103).

Do total dos entrevistados, cinco tiveram experiência anterior em outra Organização Social, diferente da qual trabalha atualmente. A forma de demissão difere entre cada um dos cinco entrevistados, tendo a maioria optado pela saída voluntária. O perfil dos profissionais entrevistados também revelou um grupo de trabalhadores com dupla jornada de trabalho, ou seja, com, pelo menos, mais de um vínculo profissional, cerca de 66%. Este contexto revela uma realidade comum aos profissionais de saúde, o que tende a diluir e fragmentar os espaços coletivos, com fragilização das relações profissionais e da noção de pertencimento, levando trabalhadores a uma dupla jornada que degrada e precariza suas forças. (MUNIZ, 2016, p.69).

Nesse aspecto, cabe ainda mencionar que, de acordo com os estudos do IPEA, divulgados em março de 2017⁴⁹, as mulheres brasileiras trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana devido à dupla jornada, visto que além do trabalho remunerado, assumem atividades domésticas. Em 2015, a jornada de trabalho total média das mulheres era de 53,6 horas, ao passo que para os homens era de 46,1 horas. Nessa medida, em relação ao trabalho não remunerado, não houve alteração substancial nos dados por cerca de 20 anos: mais de 90% das mulheres afirmaram realizar atividades domésticas, enquanto que os homens, cerca de 50%.

À vista disso, é possível aludir que a sobrecarga de trabalho para os assistentes sociais, no contexto atual, pode ser ainda maior em comparação com outras profissões, tendo em vista o traço da feminização da profissão, como já foi pontuado.

A relação vertical com a gestão, destituída do planejamento e organização coletiva do trabalho, também foi observada nas produções acadêmicas. Nessa discussão, alcançou relevo a assertiva de que se observou, em determinados espaços socio-ocupacionais pesquisados, a relação autoritária e hierarquizada entre os coordenadores/gestores e os assistentes sociais que atuam na ponta, executando os serviços. Este fato, além de proporcionar prejuízos ao trabalho contribui para a desvalorização do trabalho dos assistentes sociais:

A primeira fala que surge como um fator precarizador do trabalho dos profissionais da assistência social do município foi a falta de comunicação entre os trabalhadores da ponta e dos gestores e coordenadores [...]Entendemos que a falta de comunicação entre os trabalhadores da assistência social é um dos principais fatores que dificultam o trabalho das equipes. Esse fator, além de precarizar o trabalho, também dificulta o usuário em seu atendimento. (ROCHA, 2016, p.96).

⁴⁹ O IPEA desenvolveu o estudo com base em séries históricas, de 1995 a 2015, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Os dados foram publicizados em março de 2017 e são destacados na pesquisa intitulada: "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça". Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

Conforme podemos perceber por meio da apreciação de dados, as relações de trabalho são perpassadas por inúmeros determinantes que condicionam o fazer profissional. As interferências apontadas vão desde a definição orçamentária, de projetos e programas a serem implementados, à determinação vertical de quais usuários devem ser incluídos e/ou beneficiados com determinados projetos/benefícios. (SILVA, 2013, p.141).

[...] achamos fundamental dar destaque a essa dimensão já que essa situação é uma das expressões da submissão da atividade profissional às seguintes determinações inerentes ao trabalho na sociedade capitalista: o trabalho assalariado; o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras. Isso demonstra que o trabalho dos assistentes sociais não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam [...]. A fragilidade dos vínculos e os constrangimentos que ela impõe aos trabalhadores expressam a precarização a qual o serviço público está submetido e demonstra os limites que se colocam para uma prática profissional crítica e combativa. (ASSIS, 2012, p.95).

Essa assistente social acabou apontando outro mecanismo que vem interferindo na autonomia de alguns assistentes sociais na saúde do estado do Rio de Janeiro: novos modelos de gestão das políticas sociais. São as Fundações de Saúde, Organizações Sociais e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). [...] O primeiro ponto que chama a atenção está ligado ao próprio caráter mercantilista, que busca promover uma mudança de paradigma na saúde, subvertendo circunstancialmente sua natureza enquanto direito de todo cidadão [...]. Em outro momento da entrevista, essa assistente social também expõe o autoritarismo exorbitante dessa nova forma de gestão, lembrando-nos, aliás, as formas tradicionais de gestão empresarial. (VALLE, 2012, p.134-135).

Outro ponto que merece atenção se refere à capacitação dos trabalhadores assistentes sociais. Alguns autores afirmaram que certas instituições, sobretudo municípios analisados, não investiam e tampouco incentivam a capacitação permanente como preceitua o atual Código de Ética Profissional do Assistente Social. De outra forma, dado o excessivo trabalho, alguns trabalhadores assistentes sociais não detinham tempo e/ou motivação para se dedicarem à qualificação profissional.

O SUAS contribuiu para ampliação do acesso aos direitos assistenciais e forneceu mecanismos concretos de organização e direcionamento para profissionais da área. Porém o ambiente municipal vem dificultando que esses profissionais atuem na concretização dos direitos. São as ausências de recursos e de um espaço físico adequado; assim como os vínculos precários feitos através de processo seletivo obscuro e com alta rotatividade, dificultando as ações de potencialização do trabalho e de capacitação permanente para os profissionais, que precisam ser superados. Quando o profissional é concursado, ele possui maior autonomia para se recusar a participar de manipulações políticas (DA HORA, 2014, p.124).

Todos (as) os (as) entrevistados (as) consideram que a implementação do SUAS contribuiu significativamente para a ampliação do mercado de trabalho dos (as) assistentes sociais. [...] A questão que se apresenta para reflexão é que, mesmo considerando a importância dessa ampliação para o Serviço Social, o aumento quantitativo não tem sido acompanhado por um crescimento qualitativo, isto é, a ampliação do número de profissionais absorvidos nesse campo de trabalho não

representa um avanço em termos de fortalecimento e desenvolvimento da categoria, mas a desqualificação do trabalho desses profissionais. [...] nos municípios pesquisados inexistem formas articuladas e organizadas de luta pela qualificação da inserção profissional no SUAS, bem como pela melhoria das condições de trabalho. (SILVA, 2013, p.132-133).

Ao passo que as principais requisições de trabalho no CRAS consistem na identificação de usuários com base em critérios pré-classificados e no cadastramento e acompanhamento de famílias por metodologias também pré-definidas, a qualificação profissional tende a perder importância. A diluição das competências e a perda da autonomia no acesso aos usuários (restrito a um público prioritário específico) e na definição da forma de trabalhar no espaço do CRAS (restrita a um conjunto de fluxos previamente arquitetados sem sua contribuição), diante das múltiplas formas de expressão da questão social, converge com a consolidação de uma prática que despreza a qualificação do assistente social. (SILVA, 2015, p.118-119).

Ainda sobre o aprimoramento intelectual dos trabalhadores assistentes sociais, vale dizer que as políticas sociais que mais absorvem estes profissionais, como as políticas de saúde e de assistência social, possuem em seus instrumentos legais, diretivas sobre a educação permanente⁵⁰. Nesse aspecto, pode-se inferir que há, nessa medida, um paradoxo entre as orientações normativas das políticas sociais e a sua conformação nas diferentes regiões brasileiras.

Entende-se que oportunizar a qualificação profissional nos diferentes contextos profissionais possibilita condições para um exercício profissional crítico, condizente com a defesa dos princípios, valores e normas constantes no Código de Ética Profissional do Assistente Social. Nisto repousa a sua extrema importância no contexto atual.

Soma-se a essa problemática, ainda, a precariedade das instalações físicas dos espaços destinados, pelas instituições empregadoras, para os assistentes sociais executarem seu trabalho. Em algumas produções acadêmicas ficou proeminente a falta de estrutura física adequada para garantir o sigilo profissional, como também a ausência de instrumentos básicos para a realização do trabalho do assistente social, como a falta de sala própria para atendimento, de computador, telefone e outros. Sobre esse aspecto, cabe destacar as constatações dos pesquisadores:

⁵⁰ Quanto à política de assistência social, nos referimos às diretivas da educação permanente do Suas, instituídas na Lei 8.742/93 e alterada pela Lei 12.435/2011 (Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em 10 out. 2017. E, quanto à política de saúde, nos referimos a "Política Nacional de Educação Permanente em Saúde" do SUS, instituída pela Portaria nº 198/GM, em 13/02/2004 e outras complementares.

Outro fator de destaque relatado pelos profissionais é o sucateamento desses equipamentos públicos. Muitos deles trazem à tona a falta de mecanismos físicos e tecnológicos essenciais para um bom atendimento à população. Pensamos que é inviável, no século XXI, um equipamento público, gerido pelo Estado, sofrer com a falta de utensílios tão básicos, como telefones, computadores, caneta, papel e até mesmo um carro para a realização de visitas domiciliares. Esse sucateamento demonstra claramente que a precarização se encontra enraizada no trabalho destes profissionais da assistência social do município de Duque de Caxias. (ROCHA, 2016, p.112).

Nessa situação também se coloca a escassez de material como (telefone, computador, internet, etc.) para operar os fluxos básicos de atendimento ao usuário no CRAS. Essa conjuntura em que os assistentes sociais são poucos, mal remunerados e se inserem em uma intensa jornada de trabalho tende a dificultar a construção de um fazer profissional respaldado nas diretrizes da lei de regulamentação da profissão (Lei 8662 de 1993), inspirado na direção ética inscrita no código profissional de 1993. A assistência social não possui instrumentos efetivos para o combate à intensificação do trabalho dos técnicos de nível superior cuja forma de trabalho passou a ser focada no cadastro e monitoramento sistemático das famílias no CRAS. (SILVA, 2015, p.121).

Quando questionadas sobre a qualidade do atendimento, as afirmações foram entre regular e bom, porém sempre avaliando a demanda excessiva em contraponto a necessidade de maior tempo para os atendimentos e também maior sigilo. Assistentes sociais que responderam o questionário, lotadas em diferentes CRAS alegaram a falta de sigilo no momento de atendimento, o que expõe o usuário aos outros e à equipe e também limita tal atendimento. (PEREIRA, 2012, p. 129-130).

No que se refere à precarização do trabalho do assistente social na cena contemporânea, os dados levantados sinalizam algumas questões que permeiam o exercício profissional dos assistentes sociais, as quais são expostas a seguir.

Quadros 16 – Dados sobre a precarização do trabalho do assistente social

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016		
Questões Identificadas	Números totais de dissertações e teses que apresentam dados	Dados Percentuais
Contratos precários e desprotegidos	16	55,17%
Reduzido número de assistentes sociais para atender excessivas requisições institucionais e expressivo número de usuários	16	55,17%
Estrutura física precária e falta de instrumentos básicos para o trabalho	13	44,82%
Privilegiamento de contratos temporários em detrimento da realização de concursos públicos	12	41,37%
Rotatividade de profissionais no mesmo espaço de trabalho	11	37,93%
Contratos precários de trabalho que geram insegurança	09	31,03%
Baixos salários	08	27,58%

Diversidade de vínculos de trabalho no mesmo espaço socio-ocupacional	08	27,58%
Relação vertical entre os gestores e os assistentes sociais que atuam na ponta	07	24,13%
Dupla jornada de trabalho em virtude dos baixos salários	04	13,79%
Vínculos de trabalho tangenciados por relações político-partidárias	03	10,34%

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

É importante destacar que o quadro acima expressa apenas um dos diversos vieses atuais que engendram a real subsunção do trabalho ao capital. Nessa dinâmica, de outro ponto de vista, evidenciou-se, por meios das produções observadas, que a ofensiva neoliberal ataca não somente os direitos sociais do trabalho, mas perpassa todos os âmbitos da vida social.

Por meio das ações governamentais implementadas nas diferentes esferas de governo, no contexto atual, o que se revela é um verdadeiro desmonte da Seguridade Social⁵¹ brasileira que, ordenado pelos países capitalistas centrais, se espraia por todas as regiões da nação. Buscando instituir um governo máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores, difunde-se o sucateamento e/ou extinção de políticas públicas, como bem se observou no âmbito do estado do Rio de Janeiro e em alguns municípios da federação⁵².

Nesse deslinde, importa salientar que as contrarreformas do Estado impactam duplamente os trabalhadores assistentes sociais: se, por um lado, é afetado em suas próprias condições de trabalho, por outro, o sucateamento das políticas sociais incidem sobre o seu trabalho, uma vez que também se constitui um operador de políticas públicas.

Outro eixo de análise identificado, no que concerne ao trabalho do assistente social, se refere à consideração de que a operacionalização do projeto profissional, no contexto de precarização do trabalho do assistente social e de sucateamento das políticas sociais, se monta como um desafio.

⁵¹Para maior aprofundamento sobre o assunto ver Behring; Boschetti, 2008.

⁵²Tomando como exemplo fatos recentes ocorridos no estado do Rio de Janeiro (RJ), percebe-se que a crise é extremamente funcional ao capital. No ano de 2016, assistiu-se a um verdadeiro sucateamento das políticas públicas sob a justificativa de que o estado do RJ está em crise. Assim, deu-se a extinção de importantes secretarias estaduais como a da Habitação, Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor, Secretaria de Prevenção à Dependência Química, Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, Secretaria de Desenvolvimento Regional. Dentro desse pacote de medidas, assistiu-se, também, a extrema precarização de serviços essenciais à população como o de saúde, política pública que teve várias unidades fechadas, enquanto que outras funcionam em condições desumanas, o que se evidencia até os dias atuais.

Os recentes ataques sobre os direitos sociais dos trabalhadores, inclusive dos assistentes sociais, comprometem e reduzem a autonomia deste profissional nos diferentes espaços socio-ocupacionais. Ancorado nessa perspectiva, o próximo quadro evidencia que esses elementos, inerentes ao cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, têm sido pautados nos debates acadêmicos atuais.

Quadro 17– Dissertações e teses que discutem as relações entre o processo de restrição dos direitos sociais dos trabalhadores e a redução da autonomia no trabalho do assistente social

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	—	01	01
UERJ	03	—	03
UFRJ	01	01	02
UFF/SSDR	02	—	02
UFF/PS	—	01	01
TOTAL	06	03	09

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Nesta linha de raciocínio, cabe mencionar que alguns autores defendem que assistentes sociais inseridos em determinados campos socio-ocupacionais pesquisados tem se apropriado dos valores fundamentais que regem o projeto profissional do Serviço Social, consolidando-o no seu exercício profissional.

Este dado, vale dizer, se sobressai como contribuição importante para o debate sobre o trabalho do assistente social. Isto porque diante das inflexões na organização e processos de trabalho no cenário brasileiro, as quais também impactam o trabalho do assistente social, operacionalizar o PEP do Serviço Social representa um grande esforço e compromisso do assistente social. Contudo, de acordo com as pesquisas observadas, sua concretização é possível em tempos tão adversos.

Quadro 18 – Produções que afirmam que os assistentes sociais têm se apropriado dos valores fundamentais que regem o projeto profissional no seu exercício profissional

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	01	—	01
UERJ	02	01	03
UFRJ	—	—	—

UFF/SSDR	01	—	01
UFF/PS	—	—	—
TOTAL	04	01	05

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Outros autores, no entanto, advertem sobre o inverso: afirmam que os assistentes sociais inseridos nos espaços socio-ocupacionais pesquisados não tem se apropriado da direção crítica e política do projeto profissional do Serviço Social no seu cotidiano de trabalho, como demonstra o quadro seguinte.

Quadro 19 – Produções que afirmam que os assistentes sociais não têm se apropriado dos valores fundamentais que regem o projeto profissional no seu exercício profissional

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016			
Universidade	Dissertações	Teses	TOTAL
PUC-Rio	—	—	—
UERJ	04	—	04
UFRJ	02	—	02
UFF/SSDR	02	—	02
UFF/PS	—	—	—
TOTAL	08	—	08

Fonte: quadro organizado pela autora com base nas informações obtidas a partir das dissertações e teses que se constituíram objeto da pesquisa.

Os resultados mencionados nesse ponto equivalem a 27,58% do montante total de pesquisas analisadas. Nessa medida, com base nesses dados significativos, entende-se que esta realidade deve estar na pauta dos debates, não como um fim em si mesmo, mas sob a perspectiva propositiva.

Parte-se do suposto que são os debates e embates travados no Serviço Social que permitirão as mediações necessárias para a construção de alternativas a tendências atuais à refuncionalização do tecnicismo, do pragmatismo.

Para tanto, urge o diálogo afinado entre os trabalhadores assistentes sociais que atuam na "ponta" e os que se concentram no meio acadêmico. Fazer com que o pensar e o agir possam interagir dialeticamente no exercício profissional do assistente social pressupõe esse esforço entre ambas as partes, compreendendo que se constituem partes de um todo que deve se movimentar em unidade.

Nas palavras de Vázquez (2011, p.226-227):

A atividade da consciência em si tem um caráter que podemos denominar teórico, uma vez que não pode conduzir por si só, como mera atividade da consciência, a uma transformação da realidade natural ou social. Quer se trate da formulação de fins ou da produção de conhecimentos, a consciência não ultrapassa seu próprio âmbito, isto é, sua atividade não se objetiva ou materializa.

Mais adiante, complementa:

Como toda atividade propriamente humana, a atividade prática que se manifesta no trabalho humano, na criação artística ou na práxis revolucionária é uma atividade adequada a fins [...]. Marx enfatiza o caráter real, objetivo da práxis, na medida em que transforma o mundo exterior que é independente de uma consciência e de sua existência. O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. O fim dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade, que subsiste independentemente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem, como ser social. (VÁZQUEZ, 2011, p.227).

Portanto, alterar a atividade tarefaira, destituída de significado em práxis social, num contexto de toda a sorte de precarização que repercute não apenas sobre o trabalho, mas em todas as dimensões da vida social, requer imbuí-la de conteúdo político que gere "atividade prática" (VÁZQUEZ, 2011) transformadora.

Requer a ideação, a articulação entre os diversos segmentos de trabalhadores para a construção da mediação necessária que materializa um objetivo que gera mudança. É nessa direção que deve se assentar o Serviço Social, no horizonte que conecta pensamento e ação transformadora, dando efetividade à práxis social no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Passando para o debate sobre as proposições encontradas nas dissertações e teses analisadas, cabe registrar que, no que tange aos diversos desafios que se apresentam no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, duas ações foram centralmente defendidas⁵³. Entretanto, vale dizer, não foram identificadas em parte das produções acadêmicas observadas, propostas alternativas às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores assistentes sociais, ficando o estudo restrito à questão que se constituiu objeto da pesquisa.

No que se refere à primeira proposta, foi destacada a importância da permanente capacitação profissional do assistente social. Para além do cumprimento do pressuposto ético do Serviço Social, a qualificação é destacada como elemento essencial para a compreensão da realidade de maneira crítica,

⁵³ Nesse aspecto, vale dizer que outras propostas foram identificadas, como o fortalecimento da organização dos trabalhadores assistentes sociais, nos diferentes espaços socio-ocupacionais, junto às entidades representativas (como os sindicatos, CRESS, CFESS) e em articulação com o conjunto dos demais trabalhadores. Todavia, não foi possível apresentar as proposições em sua totalidade neste espaço, dados os limites desta pesquisa.

possibilitando a identificação de caminhos que conduzam à superação dos desafios com os quais se deparam os assistentes sociais no seu exercício profissional. Nessa medida, os pesquisadores colocam as seguintes elucubrações sobre a capacitação continuada:

A partir do momento em que buscamos **nos atualizar profissionalmente** e, cada vez mais, **nos especializar**, na nossa atuação profissional, melhor será a qualidade da nossa atuação profissional. (ROCHA, 2016, p.106) (grifo meu).

Esse contexto adverso que estamos vivenciando na contemporaneidade requer, para seu enfrentamento, [...] uma análise crítica da realidade, com um referencial teórico capaz de dar suporte para o desvelamento do real e sua essência histórica, que requer uma reflexão constante e uma **capacitação continuada**. Ou seja, que tem início na graduação e se estende para as pós-graduações, extensões, etc. (BRAVIN, 2013, p.111) (grifo meu).

O Serviço Social previdenciário oscila entre tempos de glória e tempos de esquecimento no INSS. [...] Cabe ao Serviço Social ampliar sua atuação junto aos benefícios previdenciários, ampliar sua articulação com a rede socioassistencial do município e os movimentos sociais, **capacitar-se** e unir-se à classe trabalhadora contra as novas contrarreformas que deverão prosseguir com o desmonte da seguridade social e contra essa lógica perversa da produtividade no serviço público. (COSTA, 2016, p. 126) (grifo meu).

O SUAS, desse modo, só poderá ser implementado, de fato, com o fortalecimento de seus eixos estruturantes, isto é, com relações democráticas e afirmação de direitos; infraestrutura e condições materiais para qualificar a prestação de serviços e possibilitar o acesso dos usuários aos direitos socioassistenciais; e, com condições adequadas de trabalho; redução de jornada de trabalho; definição de remuneração compatível; **processos continuados de capacitação** e qualidade; ampliação do número de trabalhadores engajados, etc. (DA HORA, 2014, p.133) (grifo meu).

Quanto à segunda assertiva, diz respeito à necessidade de apropriação, de forma a mais intensa, da dimensão investigativa da profissão, posto que é a análise da realidade em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais que poderá fornecer subsídios para uma intervenção qualificada, propositiva, no horizonte da construção de uma nova sociabilidade emancipada.

Assim, convém ilustrar com as seguintes contribuições dos autores:

O cotidiano, compreendido como o espaço em que se realiza o exercício profissional, revela a forma como as demandas chegam à instituição na sua singularidade, é possível apreender que estas aparecem para o profissional como heterogêneas, imediatizadas e fragmentadas. Portanto, caso a percepção do profissional não ultrapasse essa forma aparente, não refletindo sobre suas determinações e concepções, a utilização do instrumental técnico-operativo tenderá a se definir de forma conservadora, preso à rotina institucional e às exigências burocráticas. [...] Uma estratégia para não cair em tal equívoco é acionar a **dimensão investigativa** da prática profissional com o objetivo de entender o espaço onde a profissão está inscrita, de que forma as demandas

chegam ao serviço, identificar quais são estas demandas e como a política social se operacionaliza na instituição. (SANTOS, 2015, p.12) (grifo meu).

No âmbito estritamente profissional, os assistentes sociais devem estar comprometidos com a competência de seu trabalho, visando seu constante aperfeiçoamento intelectual. Para tanto, o ensino acadêmico deve voltar-se justamente para formar profissionais com capacidade de análise crítica do contexto sócio-histórico, fundado em uma concepção teórico-metodológica consistente, que favoreça este pressuposto. A formação contínua deve ser estimulada, unida a uma preocupação **investigativa**, elementos que conduzirão o profissional (ou futuro profissional) a uma postura voltada sempre para a qualidade dos serviços prestados aos usuários, em qualquer que seja o âmbito em que estiver atuando. (GASPARIN, 2015, p.125) (grifo meu).

A identificação destes entraves para a atuação profissional na assistência social **demandam o estudo para além das características que apresentam no cotidiano**, postulam o seu entendimento aliado aos seus fundamentos no processo da acumulação capitalista e a relação com a constituição do modo de vida da classe trabalhadora. (SILVA, 2015, p.126) (grifo meu).

Guerra (2009) [...] destaca a **dimensão investigativa** da profissão como constitutivo de grande parte das competências profissionais, que consiste em conhecer a realidade social e não a mera especulação da vida privada.

Esse conhecimento faz com que a questão social e suas expressões decorrentes da relação capital-trabalho não sejam interpretadas como naturais ou resultado da falta de competência individual, como ocorre com as análises liberais. Analisá-la a partir desse prisma é essencial para superação do conservadorismo profissional. (GOMES, 2015b, p.88-89) (grifo meu).

Diante desses resultados, é possível inferir que a formação continuada somada à análise aprofundada e criteriosa sobre a realidade, sobre os fatores determinantes que incidem e conformam o trabalho do assistente social na atualidade, se colocam na ordem do dia como um imperativo.

Em que pesem as pressões atuais do mercado que busca a formatação de um profissional polivalente, ensejando a desqualificação do trabalho especializado dos assistentes sociais, a formação continuada, conjugada à dimensão investigativa do Serviço Social, pode também representar novos caminhos de resistência para estes trabalhadores.

Como foi visto no capítulo anterior, a realidade é contraditória: a mesma que produz a superexploração dos trabalhadores, a miséria, a barbárie, é a que abre possibilidades de superação desse quadro pelo movimento da classe trabalhadora. Sob esta consideração, afirma-se que, em tempos atuais, cabe revitalizar o conhecimento pela pesquisa permanente e, buscando apoio na própria história do Serviço Social brasileiro, construir respostas profissionais criativas que signifiquem nos rumos transformadores para os trabalhadores assistentes sociais. Com a história na "mão" e resguardando a esperança, que o horizonte seja a justiça social para os trabalhadores assistentes sociais, bem como para toda a classe trabalhadora.

Considerações finais

[...] as alternativas não saem de uma suposta "cartola mágica" do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Marilda Iamamoto

Assiste-se no país a um conjunto de medidas que, sob a falácia de que se trata de medidas necessárias para conter a crise econômica e o progressivo desemprego, na realidade correspondem a um verdadeiro interesse na desregulamentação das relações de trabalho, provocando uma nova gestão e organização do trabalho, baseadas na total subsunção do trabalho ao capital.

O tempo presente é marcado pelo contrassenso entre os avanços legais no campo dos direitos sociais do trabalho, os quais foram duramente conquistados pelos trabalhadores e as pressões pela sua desregulamentação no contexto atual. Avistam-se, assim, os ataques a todo tipo de proteção mínima para os trabalhadores, os quais não veem alternativa de sobrevivência à constante espoliação de sua força de trabalho.

No desenvolvimento desta dissertação buscou-se demonstrar que o processo de acumulação capitalista visa não apenas a acumulação de capital, mas o controle de todas as possíveis esferas que se traduzam em fonte de lucratividade. É nessa medida que se observa a expansão da exploração do mercado junto às diversas políticas sociais, invertendo sua função original. Isto se expressa não exclusivamente no sucateamento das políticas públicas, mas também no recrudescimento da precarização do trabalho. Diante deste cenário, cabe aos assistentes sociais o desafio hercúleo de manter a análise atenta sobre esta realidade como condição basilar para a sua práxis profissional e, no horizonte, para a sua superação.

Nesta explanação, alguns questionamentos se apresentaram: em meio a essa conjuntura de retrocessos em relação aos direitos sociais duramente conquistados, como buscar saídas? Assim, verifica-se que são necessárias, diante do contexto atual, análises conjunturais que deem fôlego para o fortalecimento das resistências. São indispensáveis novas abordagens para além do discurso da crise que se instaura, buscando superá-lo por meio da

criação de alternativas. Como? Se retroalimentando na história e por meio da organização e construção coletiva do conjunto da classe trabalhadora.

Compreende-se que tais análises se constituem demandas do presente, uma vez que, em escala crescente, o capitalismo desenvolve formas veladas de exploração da força de trabalho, que comprometem a própria vida dos trabalhadores.

Conforme foi aqui indicado, os retrocessos desencadeados pelo capital atingem diretamente a "classe que vive do trabalho" (ANTUNES, 2008). A articulação entre a reestruturação produtiva e a instituição de um Estado neoliberal resulta em consequências nefastas para o conjunto dos trabalhadores, como precarização, intensificação e superexploração do trabalho, além da desmobilização das lutas trabalhistas e outros efeitos.

É nessa engrenagem ordenada pela burguesia que se encontram os diversos sujeitos trabalhadores, inclusive os assistentes sociais. Assim, as transformações que ocorrem no "mundo do trabalho" têm rebatimentos diretos nas relações de trabalho estabelecidas pelos assistentes sociais e não apenas nas relações de trabalho dos usuários por eles atendidos.

Diante de um verdadeiro ataque aos direitos sociais, incluindo os do trabalho, no cenário brasileiro, de pressões por desregulamentação das relações do trabalho, por flexibilização, terceirização e tantas outras medidas antipopulares, se impõe ao assistente social novos desafios na contemporaneidade, inclusive na defesa de seus direitos como sujeito trabalhador.

Em suas relações de trabalho, o assistente social é duplamente pressionado e desafiado no contexto atual. Ele é um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho e, além disso, é um operador de políticas públicas, mantendo relação direta com os trabalhadores usuários dos serviços. Assim, no seu exercício profissional, é impactado tanto pela intensificação da precarização do trabalho, quanto pela precarização das políticas públicas.

Esta realidade se reverbera no projeto ético-político do Serviço Social, já que assume um claro compromisso com os interesses da classe trabalhadora, estando em uma relação antagônica com o projeto societário hegemônico. Desse modo, defendeu-se, neste estudo, que os assistentes sociais devem ser considerados como sujeitos trabalhadores partícipes no processo de produção e reprodução da vida social, portanto, integrantes e aliados aos demais participantes da classe trabalhadora.

Como foi também indicado, há uma lacuna no que se refere à realização de pesquisas que versem sobre o trabalho do assistente social, buscando a compreensão da complexidade e particularidades do trabalho deste profissional.

De outro modo, no que se refere às produções que abordam o trabalho dos assistentes sociais, nota-se a imprescindibilidade de estudos que permitam as mediações necessárias para a compreensão ampliada sobre o tema.

Por conseguinte, torna-se essencial buscar nexos entre as diferentes dimensões de análise sobre o trabalho do assistente social, buscando superar pré-conceitos reducionistas sobre a realidade em que se estão inseridos estes profissionais. Diante disso, reitera-se a necessidade de estudos sobre o trabalho do assistente social considerando suas condições e relações de trabalho com o fito de alterar a realidade de maneira propositiva, sobretudo para os sujeitos sociais que estão envolvidos nela.

Os assistentes sociais são sujeitos sociais, trabalhadores e, portanto, dotados também de necessidades humanas que não podem ser ignoradas. Desconsiderar essas nuances contribui para corroborar com a manutenção dos dilemas deflagrados na profissão ao invés de superá-los. E, quanto a isso, verificou-se com o presente estudo, ainda que o mesmo tenha limites por abordar determinado período e região, que a área está produzindo pouco para subsidiar as ações do cotidiano, as quais reiteradamente reafirmam-se como necessárias.

Os estudos analisados apontaram que certos assistentes sociais não se apropriam do conhecimento teórico na execução dos serviços e não se apropriam da dimensão política da profissão no seu exercício profissional. Verifica-se, então, que no descompasso entre o projeto ético-político da profissão e sua operacionalização pelos assistentes sociais nos diferentes espaços socio-ocupacionais se localizam nós górdios que carecem de reflexão e debates para a sua superação.

Isso posto, a mera reprodução teórica desse dilema, que é fato presente no Serviço Social, não altera a distância existente entre o projeto ético do Serviço Social e a sua operacionalização. Assim, considera-se urgente a realização de debates que, assentados na perspectiva crítica dialética, iluminem estas questões com o fito de alterá-las positivamente, para além da discussão teórica.

Observou-se, no desenvolvimento da pesquisa, que o trabalho do assistente social não tem sido problematizado devidamente em sua complexidade, no contexto dos programas de pós-graduação em Serviço Social

do estado do Rio de Janeiro. A carência de produções sobre o assunto e/ou suas análises unilaterais, podem corroborar com a reprodução e manutenção de intervenções profissionais constantemente criticadas pela categoria e que estão postas na atualidade.

Outra importante abstração alcançada com a pesquisa é o fato de que, tendo como pressuposto que o trabalho do assistente social se constitui e se legitima na sociedade capitalista, não considerar o Serviço Social como trabalho pode ocultar as inflexões do processo de reestruturação produtiva e os seus rebatimentos sobre o trabalho dos assistentes sociais. Pode-se incorrer, ainda, no risco de encobrir as condições objetivas e subjetivas da operacionalização do trabalho do assistente social, elementos essenciais para se interpretar os fatores determinantes que conformam o exercício profissional do assistente social no contexto atual.

A superação do quadro de superexploração que também acomete os assistentes sociais na atualidade, portanto, requer análises que tenham como ponto de partida a aceção de que os impactos da ofensiva neoliberal afetam os assistentes sociais na mesma medida que atingem os demais trabalhadores.

Nesse percurso analítico, reafirma-se a necessidade de estudos na área do Serviço Social que abordem os assistentes sociais enquanto sujeitos trabalhadores, no que diz respeito aos processos de trabalho nos quais se encontram inseridos, no sentido de apreender suas relações e condições de trabalho num contexto de intensificação da precarização e regressão de direitos.

Os dados levantados trouxeram algumas inquietações: o que tem desencadeado pesquisas esvaziadas desse conteúdo de análise sobre o assistente social enquanto sujeito trabalhador? O que explica essa lacuna na produção acadêmica contemporânea em Serviço Social? Qual o sentido desta tendência? Será que a questão tem nexos com o fato de alguns pesquisadores não estarem inseridos em nenhum espaço socio-ocupacional?

Por conseguinte, considerou-se que essas e muitas outras questões que envolvem a temática trabalho do assistente social devem ser elucidadas, as quais não puderam aqui serem desvendadas em razão dos limites desta pesquisa. Apesar disso, assevera-se que os tempos modernos impõem ao trabalho do assistente social diversos desafios, cuja superação requer a articulação entre os trabalhadores assistentes sociais, entidades da categoria profissional e universidades. É na ação conjunta desses diferentes atores e por meio da pesquisa, dos debates e embates travados na profissão, que poderão ser construídas ações transformadoras desse quadro atual, bastante recessivo.

Nessa direção, avistou-se um descompasso entre pesquisas que abordam a realidade concreta vivida pelo conjunto dos trabalhadores, sobretudo os trabalhadores assistentes sociais, e as que tratam de outros temas. Percebe-se a ênfase a estudos relacionados a categorias analíticas que integram o campo dos paradigmas teóricos, tais como: Serviço Social no sistema penal, função ideológica das políticas sociais, adoção, educação popular, classes sociais, apropriação privada da saúde pública e Serviço Social, interdisciplinaridade e outros, embora estes sejam temas relevantes para a área.

Nesse aspecto, é oportuno dizer que, apesar do enfoque dado nos trabalhos sobre as ações pragmáticas dos trabalhadores assistentes sociais, sobre o distanciamento do seu trabalho do projeto ético-político do Serviço Social, poucas propostas de alteração dessa realidade foram vislumbradas.

Compreende-se que as reflexões levantadas sobre as categorias e/ou temas que se constituem paradigmas teóricos no Serviço Social são de suma importância, visto que é esse arcabouço teórico que deve orientar o trabalho do assistente social. É a teoria que orienta o trabalho cotidiano. Mas a secundarização de pesquisas sobre o trabalho realizado pelos assistentes sociais inviabiliza a compreensão sobre esse sujeito social em sua complexidade, como ser ontológico, além de inviabilizar debates e proposições sobre os impactos da evidente precarização do trabalho sobre seu exercício profissional, sobre sua própria vida.

Percebeu-se, ainda, que há uma tendência a estudos que realizam um contraponto entre o trabalho realizado pelo assistente social e a operacionalização do projeto ético-político do Serviço Social. Foram identificadas assertivas que sinalizam que, em sua relação com o usuário, o assistente social não tem explorado a dimensão política da profissão colocando-a a disposição dos trabalhadores. E, além disso, que estes profissionais não têm contribuído para a organização coletiva dos trabalhadores em seu espaço de atuação.

Por outro lado, em menor proporção, verificou-se que o projeto ético-político do Serviço Social tem sido operacionalizado em diferentes espaços socio-ocupacionais. Tal fato evidencia que, mesmo em tempos de intensos ataques aos direitos sociais do trabalho que se perfilam ao sucateamento das diversas políticas públicas, é possível concretizar o atual projeto profissional do Serviço Social.

As substantivas mudanças adensadas pelo capital que incidem sobre o trabalho fazem reverberar um quadro de desvalorização do trabalho do assistente social. Desse modo, a precarização não rebate apenas no trabalho do

assistente social, mas atravessa também os processos de formação profissional em Serviço Social.

Assim, é possível aduzir que as contrarreformas do Estado impactam negativamente o perfil profissional desenhado no projeto ético-político do Serviço Social, forjando um profissional polivalente que, se por um lado conforma a precarização de suas próprias condições de trabalho, por outro, se adéqua à precarização das políticas sociais no seu cotidiano de trabalho.

No que concerne às possibilidades de enfrentamento desta realidade que está posta aos trabalhadores assistentes sociais, observou-se que é preciso empreender esforços em direção à defesa de uma formação profissional alinhada aos preceitos do projeto profissional do Serviço Social. Um exercício profissional que dê real materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social exige, também, uma formação profissional de qualidade, que prime por esses valores pactuados pela profissão.

O exercício profissional do assistente social se encontra no limiar entre o projeto ético político e o estatuto de assalariado. Nos diferentes espaços socio-ocupacionais se depara e faz a mediação entre os interesses de classes sociais antagônicas: entre os sujeitos usuários de seus serviços e os interesses de seu empregador. Trata-se, portanto, de um espaço contraditório, prenhe de limites e possibilidades.

A condição de empregado assalariado impõe limites à autonomia do assistente social na realização do seu trabalho: ela é relativa. Indo além desse conceito, considerando os aspectos políticos, econômicos que vigoram no país e assolam os trabalhadores, foi possível inferir que, no contexto atual, sua autonomia tende a ser progressivamente reduzida. Contudo, esta realidade não anula as possibilidades de materialização dos valores preconizados no projeto ético-político do Serviço Social, as quais também estão postas no seu cotidiano de trabalho, devendo ser valorizadas.

Embora se perceba o avanço do domínio do capital sobre o trabalho por meio de estratégias sutis e modernizantes, a concepção de que existe uma correlação de forças denota, por outro lado, possibilidades de alteração do mesmo quadro de exploração. É sobre essas possibilidades, também, que se deve estar atentos, valorizando estrategicamente as diversas competências na intervenção profissional.

Nos diferentes espaços socio-ocupacionais onde se inserem os assistentes sociais, verifica-se uma dinâmica contraditória de lutas sociais e de correlação de forças. Na ótica do capital, os espaços que requisitam a

intervenção do Serviço Social, via de regra, se constituem espaços estratégicos de reprodução do capital.

Nesse aspecto, as dimensões investigativa e política do trabalho do assistente social devem ser valorizadas em seu exercício profissional não apenas para o atendimento às requisições postas pela instituição empregadora, mas, sobretudo, no sentido de construir uma nova hegemonia societária favorável à classe trabalhadora. Isso, assevera-se, é processual e tem seus limites. Por outro lado, sua construção é possível a partir do domínio sobre o conhecimento especializado e acumulado pela profissão e sua apropriação como norteador das ações profissionais criativas nos espaços socio-ocupacionais.

O debate sobre o latente distanciamento entre a formação profissional e a atuação dos assistentes sociais na ponta, remeteu a outras indagações: o que fundamenta esse distanciamento na atualidade? O que esses fatos sinalizam para o Serviço Social no contexto brasileiro, ou, ao menos, no contexto do estado do Rio de Janeiro?

Nessa explanação, vale dizer, não foram identificadas na análise das produções acadêmicas, reflexões sobre quais as contribuições que as unidades acadêmicas podem proporcionar para a alteração do caráter regressivo da profissão. Esses questionamentos intrigantes devem ocupar a pauta dos debates do Serviço Social, uma vez que se tem por vista a indissociabilidade entre os espaços de formação profissional e o trabalho do assistente social.

Esta ação se impõe, sobretudo, pela convicção de que os processos de formação acadêmico-profissional dos assistentes sociais, também estão implicados nisto. O acadêmico em Serviço Social hoje é o assistente social que estará no campo amanhã. Dito isto, a individualização dos problemas voltados para a consolidação dos objetivos éticos e políticos da profissão, os deixam intocáveis, logo, permanentes.

Daí a necessidade de se iluminar essas questões, com a certeza de que, independente de atuarem no espaço acadêmico ou na “ponta”, independente do cargo que esses profissionais ocupam, todos se constituem trabalhadores assistentes sociais, seres sociais humanos, sujeitos de uma mesma classe, a trabalhadora. Essa perspectiva crítica coloca todos em um mesmo patamar, o que pressupõe recusa da segmentação entre esses espaços e invoca a sua unidade como força transformadora.

Assim, propõem-se, na articulação entre o campo acadêmico e o campo técnico-profissional, ações como a realização de projetos de extensão, com o objetivo de criar, e/ou ampliar os já existentes, espaços permanentes de diálogo

e troca de saberes entre as universidades e os assistentes sociais que atuam na ponta, potencializando as possibilidades de mútuo enriquecimento sobre o trabalho profissional. Essa articulação se faz necessária, pois se constitui um desafio permanente do campo acadêmico, visto que o processo de formação deve contemplar a indivisibilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O estudo ratificou a premissa de que se apresentam como demandas do presente, pesquisas sobre o trabalho do assistente social. A partir dos dados levantados e dos “achados” da pesquisa realizada, considera-se que são as análises sobre a conformação do trabalho do assistente social, no contexto atual, que podem ensejar propostas condizentes com a direção estratégica de enfrentamento à tendência de constante espoliação da força de trabalho que também afeta os trabalhadores assistentes sociais. Ou, de outro ponto de vista, apresentar novos caminhos que redirecionem as estratégias de resistência já estabelecidas. Ambas as possibilidades são relevantes na medida em que implicam em descortinar a realidade vivida pelos assistentes sociais enquanto sujeitos trabalhadores na atualidade, na perspectiva de superá-la.

A necessidade de pesquisas sobre o trabalho do assistente social na contemporaneidade se reverbera na medida em que se considera que todo trabalho sem reflexão sobre as condições sociais e determinações nas quais ele opera se constitui trabalho alienado. Se se tem como premissa o conhecimento sobre os fenômenos sociais em sua totalidade, se reconhece a importância de conhecer a realidade para nela intervir objetivamente, transformando-a, torna-se imperativa a necessidade de se desenvolver estudos sobre o processo de produção da vida material, onde também se encontram inseridos os trabalhadores assistentes sociais.

Não se deve descurar ainda do fato de que as inflexões sofridas pela profissão apresentam novos desafios não apenas na dimensão técnico-operativa do Serviço Social, mas também no campo do conhecimento, para os sujeitos trabalhadores assistentes sociais. Se se tem a pesquisa como elemento propulsor do conhecimento sobre a vida em sociedade, como norteadora da práxis profissional, o objeto da presente investigação torna-se essencial, diante da necessidade de se materializar um trabalho afinado com a direção social adotada por esta profissão, em tempos tão adversos.

Com base no que foi exposto nesta dissertação, refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade requer discussões sobre o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, sob o prisma da totalidade. Análises unilaterais, que se debruçam apenas sobre parte dos aspectos que

integram a complexidade do ser social humano, sujeito trabalhador assistente social, podem contribuir para inverter a própria lógica que fundamenta o projeto profissional do Serviço Social.

Assim, ao pensar sobre os impactos dos processos atuais conservadores e reacionários sobre o trabalho e seus operadores, se deve refletir, na mesma medida, em como se dão os rebatimentos desses processos sobre o Serviço Social e os assistentes sociais.

Isto significa colocar o projeto ético-político do Serviço Social em movimento, mediante o esforço de desvelar o real em sua essência, evitando conclusões parciais, apressadas ou até mesmo distorcidas. Quando se trata de análise sobre sujeitos trabalhadores, o cuidado com o acerto nos resultados representa, no mínimo, respeito ético para com aqueles que colaboram com os anseios investigativos de diferentes pesquisadores.

Entende-se que a pesquisa sobre a realidade tem uma função social: ela, além de outros fatores, deve retroalimentar o conhecimento que irá embasar o trabalho profissional. Assim, na medida em que se esgota em si mesma, ela anula seu sentido. Nesses termos, podemos aduzir, com base nos dados da pesquisa, que urgem análises que tenham como interesse a construção de propostas criativas que venham aproximar o projeto ético-político do Serviço Social ao trabalho profissional, como unidades que se integram estrategicamente na tensão das mediações profissionais cotidianas.

Por essa acepção, a análise do trabalho do assistente social se torna imprescindível diante do interesse de compreender em que condições objetivas e subjetivas tem trilhado o Serviço Social, assim como em que direção política tem se dado o trabalho profissional. São estudos aprofundados sobre os diferentes ângulos que conformam o trabalho do assistente social na atualidade que poderão indicar o caminho a ser percorrido e o seu alinhamento ao projeto ético-político, em tempos tão adversos.

Entende-se que a construção de um exercício profissional condizente com a direção social adotada pela profissão requer a consideração das múltiplas determinações que conformam o trabalho do assistente social, tal como ele se expressa no contexto atual. Assim, pode-se apontar que, considerando os dilemas que se apresentam ao trabalho do assistente social na contemporaneidade, superar os conflitos de classe que se expressam e implicam no seu próprio trabalho requer, como produto de construção coletiva, propostas de alteração do factual distanciamento entre o projeto profissional e o trabalho dos assistentes sociais.

Disto depreende-se a necessidade imperativa do diálogo afinado e permanente entre o campo acadêmico e o "chão da fábrica", ou seja, com os trabalhadores assistentes sociais que atuam nos diferentes espaços socio-ocupacionais. ideia repousa na acepção de que ambos os espaços são constituídos de sujeitos trabalhadores assistentes sociais dotados de capacidade ontocriativa e imbricados nos interesses de uma mesma classe. É no esforço mútuo de construir essa interação que se materializa de maneira processual, dialética, a práxis transformadora, ideal exposto no próprio projeto ético-político do Serviço Social.

Por fim, cabe registrar que a construção deste trabalho acadêmico teve como mola impulsora o interesse de que os dados elucidados contribuam com ações propositivas, convergentes com os interesses e necessidades dos trabalhadores assistentes sociais, enfim, da classe trabalhadora, assim como com a práxis transformadora.

Com a história "na mão", tem-se como imperativa a opção por um horizonte de construções possíveis, pois, parafraseando lamamoto (1999, p.17), "o momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar".

Referências bibliográficas

ABEPSS. **História**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/historia-7>>. Acesso em 28 mar. 2018.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 34. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015, p. 161-180.

ALVES, Gláucia Lelis. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária! **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 34. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015, p. 181-203.

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Mônica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.411-427.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, Rio de Janeiro, nº 50, p.78-86, abril 1996.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 34. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015, p. 19-40.

ASSIS, Eliane Santos de. **Fazendo o caminho de volta**: análise do exercício profissional dos assistentes sociais em uma emergência de grande porte do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, nº 106. São Paulo: Cortez, 2011, p.205-218.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, n.33, 2011, p. 83-104.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Projeto de Lei (PL) 4.302/1998**. Dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20794>>. Acesso em 28 jul.2017.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29/2003**. Ementa. Institui a liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=110958>>. Acesso em 20 jul.2017.

_____. **Projeto de Lei (PL) 4.193/2012**. Ementa. Altera a redação do art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551682>>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016**. "Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos". Ementa. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>. Acesso em 22 jul.2017.

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 10 nov. 2017.

_____. **Lei nº 13.429/2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências" e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em 29 jul.2017.

BRAVIN, Rita Marilza. **Serviço Social e sistema penitenciário**: um estudo sobre a possibilidade de materialização das diretrizes do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Dissertação de mestrado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In: Assistente Social: ética e direitos. 3. ed. Coletânea de Leis e Resoluções. **CRESS 7ª Região**. Rio de Janeiro: 2001.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina** (imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI). Londrina, UEL, 2010, p. 70-79 Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/8_fabiobueno&raphaelseabra.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite. **O processo de trabalho do (a) assistente social na universidade pública**: análise da "política de assistência estudantil" da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Márcia Helena de. **O Serviço Social como trabalho**: afirmação que ainda provoca debates no interior da profissão. Artigo apresentado no 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 2016. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/45/45362b02-bd65-405d-95d4-d8a37de5c2f1.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

CASTRO, Ramon Pena. Trabalho abstrato e trabalho concreto. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CAVALLI, Michelle. A categoria mediação e o processo de trabalho no Serviço Social: uma relação possível? **Intertemas**, v. 5, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/2257/2219>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

COHN, Amélia; MARSIGLIA, Regina G. Processo e organização do trabalho. In: ROCHA et al (Orgs.). **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

_____. Pesquisa: "**Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional**". Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 6 nov. 2017.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/7ª REGIÃO/RJ (CRESS/7ª REGIÃO). **Contribuições para um exercício profissional comprometido com a defesa dos direitos humanos**. Cartilha. 2013.

COSTA, Gilmaísa M. Aproximação ao Serviço Social como Complexo Ideológico. **Temporalis**, Brasília, v.2, p. 95-117, 2000.

_____. **Serviço Social em debate: ser social, trabalho e ideologia**. Edufal, Maceió, 2011.

COSTA, Joyce Vieira da. **O Serviço Social na previdência: alterações da normatização do Benefício de Prestação Continuada e os impactos no exercício profissional**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

COSTA, Renata Gomes da. A práxis do/a assistente social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n.2, p. 366-378, jul./dez. 2014.

DA HORA, Senir Santos. **O Serviço Social na Política de Assistência Social: discutindo as tensões entre projeto profissional e trabalho assalariado**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. São Paulo: IFCH/Unicamp, nº 29, agosto de 1997.

DOCA, Geralda. Flexibilização da CLT entra na pauta do governo Temer. **O Globo**, 22/05/2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/flexibilizacao-da-clt-entra-na-pauta-do-governo-temer-19353463>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

FERNANDES, Angele da Silva. **O trabalho dos assistentes sociais no campo educacional: incidências das mudanças do mundo do trabalho na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/RJ**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". **Educação e Sociedade**, ano XXIII, nº 79, ago/2002, p. 258-272.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Lúcia M. de B. Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 102, abr./jun., 2010.

_____. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França (Orgs). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro, EPSJV, 2008.

GASPARIN, Juliana Danielle. **A crise contemporânea do capitalismo e o projeto ético-político do Serviço Social**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 122, p.357-380, abr./jun. 2015a.

_____. **Serviço Social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Rio de Janeiro, 2015b.

GOMEZ, Carlos Minayo; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência e Saúde Coletiva**, nº10 (4), 2005, p.797-807.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009, p. 702-715.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Belo Horizonte, 2007a. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, nº 91, São Paulo, p.05-33, 2007b.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, V.24, n. 01, p. 15-22, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 120, p. 609-639, out./dez., 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IBGE. **Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade - Brasil - 2004/2014** (Gráfico 4.4 PNAD/IBGE). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2017.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasil - 1995/2015 (PNAD/IBGE). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, v.1, n.1 pp. 35-58, Brasília, 2000.

_____. **Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Andréia da Silva. **As racionalidades do processo de trabalho do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (PROINAPE) da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 145-166, jan/abr. 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: Miemeyer Almeida Filho (Org.).

Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_dependencia.pdf>. Acesso em 19 ago. 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. (Os Pensadores).

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. Livro Primeiro, Tomo 1. (Os Economistas).

_____. **O Capital**: Livro I, Capítulo VI (inédito). 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de. **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. São Paulo, Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MUNIZ, Marcelo Augusto do Nascimento. **Saúde, Organizações Sociais e Trabalho**: os limites do "novo" modelo de gestão da saúde no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade** nº 50, Ano XVII, abril / 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVAR, Mônica Simone Pereira. O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 102, abr./jun., 2010.

PEREIRA, Isadora de Souza Modesto. **As demandas na intervenção profissional: espaço de contradição**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011, p. 420-437.

ROCHA, Daniel Albuquerque. **As expressões da precarização do trabalho na assistência social do município de Duque de Caxias-RJ**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

RODRIGUES, Fernanda. **Autonomia de Voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, V.6, n. 19, set./dez. 2006, p. 37-50.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 5ª ed.

SANTOS, Marcelle Pereira dos. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social no CREAS: um olhar para o município de São João de Meriti**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Mossicléia Mendes da. **Projeto ético-político e assistência social: um estudo do cotidiano de trabalho dos (as) assistentes sociais do Centro Sul / Vale do Salgado-CE**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Rodrigo Manhães da. **Assistência Social e o trabalho no CRAS: uma análise a partir do município de Itaguaí**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Marcio de. **Caminhos da Precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do**

Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

STAMPA, Inez. Transformações recentes no "mundo do trabalho" e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**, nº 30. Rio de Janeiro: Uerj, v. 10, 2º semestre 2012, p. 35-60.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, marxismos e Serviço Social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 09-11, jan./jun., 2013.

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRINDADE, Rosa L. Prêdes. **Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social**: descobertas e inquietações a partir dos dez anos de pesquisa sobre a realidade de Alagoas. 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2-zBHhnHGVbNWFhNTU4MjltODgyOS00MWQ2LWI2ZmItY2JIYTJkOTQyNGRj/view?ddrp=1&hl=pt_BR#>. Acesso em 13 nov. 2017.

VALLE, Jonatas Lima. **Entre o princípio da emancipação e o fardo da institucionalização**: dilemas do projeto ético-político profissional na busca de caminhos para a intervenção. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n.56, São Paulo: Cortez, 1998, p. 114-134.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Apêndice

Relação das 24 dissertações e 5 teses que se constituíram objeto de análise desta dissertação:

ASSIS, Eliane Santos de. **Fazendo o caminho de volta**: análise do exercício profissional dos assistentes sociais em uma emergência de grande porte do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

BENTO, Adriana Pereira. **Os rebatimentos do neoconservadorismo no exercício profissional do assistente social**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2014.

BRAVIN, Rita Marilza. **Serviço Social e sistema penitenciário**: um estudo sobre a possibilidade de materialização das diretrizes do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite. **O processo de trabalho do (a) assistente social na universidade pública**: análise da "política de assistência estudantil" da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Joyce Vieira da. **O Serviço Social na previdência**: alterações da normatização do Benefício de Prestação Continuada e os impactos no exercício profissional. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

DA HORA, Senir Santos. **O Serviço Social na Política de Assistência Social**: discutindo as tensões entre projeto profissional e trabalho assalariado. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2014.

ELIAS, Wiataiana de Freitas. **"O casamento da mocinha com o justiceiro": o velho e o novo na relação entre o Serviço Social e o judiciário mineiro.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, Angele da Silva. **O trabalho dos assistentes sociais no campo educacional:** incidências das mudanças do mundo do trabalho na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/RJ. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2015.

GASPARIN, Juliana Danielle. **A crise contemporânea do capitalismo e o projeto ético-político do Serviço Social.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Márcia Regina Botão. **Serviço Social e consultoria empresarial:** uma possibilidade de intervenção crítica. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, Andréia da Silva. **As racionalidades do processo de trabalho do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (PROINAPE) da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ).** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

LOPES, Antônio Jardson Ferreira. **A comunicação como um direito humano no âmbito do conjunto CFESS/CRESS a partir das percepções das assessorias de comunicação.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2016.

MATTOS, Vivian de Almeida. **Entre o princípio da emancipação e o fardo da institucionalização:** dilemas do projeto ético-político profissional na busca de caminhos para a intervenção. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, Ingrid Adame. **O exercício profissional dos assistentes sociais em urgência e emergência (refletindo sobre) as particularidades do atendimento no espaço sócio-ocupacional.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2014.

MUNIZ, Marcelo Augusto do Nascimento. **Saúde, Organizações Sociais e Trabalho:** os limites do "novo" modelo de gestão da saúde no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Isadora de Souza Modesto. **As demandas na intervenção profissional: espaço de contradição**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Priscila dos Santos Smith. **A política de assistência estudantil e o trabalho do assistente social do CEFET/RJ**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2015.

RIBEIRO, Gilvane Mazza. **Trabalho do assistente social no Programa de Habitação de Interesse social no Distrito de Vargem Alegre-Barra do Piraí, RJ: desafios para a ultrapassagem de uma prática conservadora**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2014.

ROCHA, Daniel Albuquerque. **As expressões da precarização do trabalho na assistência social do município de Duque de Caxias-RJ**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

RODRIGUES, Fernanda. **Autonomia de Voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **Serviço Social e educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Marcelle Pereira dos. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social no CREAS: um olhar para o município de São João de Meriti**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Mossicléia Mendes da. **Projeto ético-político e assistência social: um estudo do cotidiano de trabalho dos (as) assistentes sociais do Centro Sul / Vale do Salgado-CE**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Diego Tabosa da. **Serviço Social, assistência social e drogas: um estudo do trabalho profissional do assistente social nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social no município do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Rodrigo Manhães da. **Assistência Social e o trabalho no CRAS: uma análise a partir do município de Itaguaí**. Dissertação de Mestrado apresentada

ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Marcio de. **Caminhos da Precarização**: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2016.

VALLE, Jonatas Lima. **Entre o princípio da emancipação e o fardo da institucionalização**: dilemas do projeto ético-político profissional na busca de caminhos para a intervenção. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

VIDAL, Dolores Lima da Costa. **A gestão de equipes de Serviço Social em hospitais públicos no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ, 2014.